

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

FRANCIELLI PIROLI DA SILVA

A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PARANÁ

TOLEDO/PR

2017

FRANCIELLI PIROLI DA SILVA

**A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Toledo. Linha de Pesquisa: Democracia e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves

TOLEDO/PR
2017

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/*Campus* de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Silva, Francieli Pirolli da
S586s A socialização política dos jovens estudantes do ensino médio no
município de Toledo - Paraná / Francieli Pirolli da Silva .--
Toledo, PR : [s. n.], 2017
119 f. : il. (algumas color.), graf., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. *Campus* de Toledo. Centro de Ciências
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertações 2. Socialização política 3.
Jovens –Toledo (PR) – Conduta 4. Jovens - Atividades políticas 5.
Cultura política 6. Participação política 7 Ensino médio I. Alves,
Gustavo Biasoli, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.23098162

FRANCIELLI PIROLI DA SILVA

**A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa: “Democracia e Políticas Públicas”, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves (Orientador)
UNIOESTE - Toledo

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP - São Paulo

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo
UNIOESTE - Toledo

Toledo, 11 de setembro de 2017.

Dedico este trabalho ao meu irmão,
Rafael Pirolli da Silva (*In Memoriam*),
por todo o amor compartilhado.

AGRADECIMENTOS

A minha Mãe, Maria Rozane Pirolli da Silva, e ao meu Pai, Iraél Gomes da Silva, primeiramente, por todo o amor e carinho que recebo infinitamente. Agradeço-lhes por sempre me incentivarem a buscar meus objetivos e nunca desistir daquilo que pretendo alcançar.

Ao meu companheiro, Rodrigo Assufi Dallanol, por compartilhar comigo essa caminhada de realizar o mestrado. Agradeço pelos incentivos, pelas discussões teóricas, pelas críticas construtivas e, principalmente, pela paciência. Você é a minha fortaleza.

As minhas sobrinhas, Sthefany e Nathália, que me trazem alegria e sempre me tiram um sorriso do rosto. Vocês são a energia que, muitas vezes, falta-me. É por vocês que realizo as minhas lutas.

A Professora Dra. Rosana Kátia Nazzari, por ter selecionado o meu projeto e sido, inicialmente, minha orientadora. Agradeço pelas contribuições, pelo incentivo e pelo conhecimento compartilhado. Ao Professor Dr. Gustavo Biasoli Alves, pela disponibilidade em seguir como orientador até o término deste trabalho. Obrigada pelas contribuições.

Ao Professor Dr. Paulo Roberto Azevedo, pelas orientações para a realização da pesquisa quantitativa. Agradeço pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e pela disponibilidade de me auxiliar no processo da pesquisa de campo e, também, por participar da minha qualificação.

Ao Professor Dr. Geraldo Magela Neres, por ter sido meu coorientador no período de qualificação, e ao Professor Dr. Marco Antônio Arantes, por também ter participado da minha qualificação. Agradeço as contribuições que foram pontuais para a continuidade da pesquisa.

A Professora Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy e ao Professor Dr. Paulo Roberto Azevedo, por aceitarem o convite e pela disponibilidade em participar da banca avaliadora deste trabalho.

A todos os Professores do Mestrado em Ciências Sociais, pela oportunidade de fazer parte do programa, pelo conhecimento compartilhado, pelos questionamentos e reflexões sobre o estudo nessa etapa de formação acadêmica.

A Secretária do curso, Marilucy, pela simpatia, prestatividade, eficiência, atenção, paciência e por sempre ter disponibilidade para esclarecer nossas dúvidas.

Aos colegas do mestrado, pela amizade e companheirismo, pelos momentos que passamos juntos, pela troca de experiências e conhecimentos. Em especial, à Danielle, pela amizade e por todos os momentos compartilhados.

As minhas amigas Vânia e Viviane, pelo apoio e por compreenderem o meu período de ausência, e a minha amiga Rosângela, pelo incentivo e pelas críticas construtivas e contribuições durante a realização do mestrado e da pesquisa.

A todos os meus parentes que, de uma forma ou outra, apoiaram-me e me acompanharam nessa jornada.

As minhas amigas de trabalho Crislaine, Janete Márcia, Rosemary e Rosi, pelo incentivo, e a todos os meus colegas de trabalho que contribuíram de várias formas e, em muitos momentos, ficaram em meu lugar durante a minha ausência.

A Secretaria Estadual de Educação do Paraná e ao Núcleo Regional de Educação de Toledo, por permitirem a realização da pesquisa nos estabelecimentos de ensino. A direção e equipe pedagógica de todos os colégios públicos e privados que permitiram a aplicação dos questionários.

Agradeço, principalmente, aos jovens estudantes que participaram da pesquisa, sem a colaboração de vocês esse trabalho não poderia ser concluído. Meus sinceros agradecimentos!

O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim,
Tem que se unir, [...]
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
Deixa ele viver! É o que Liga.
(Não é sério – Charlie Brown Jr.)

SILVA, F. P. **A Socialização Política dos Jovens Estudantes do Ensino Médio no Município de Toledo/Paraná.** 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

RESUMO

Essa dissertação tem como tema a socialização política, no município de Toledo/Paraná. O objeto de pesquisa são os jovens com idade entre 16 e 19 anos, estudantes do ensino médio nas escolas públicas e privadas do município. O objetivo é analisar e identificar como eles realizam a socialização política e quais as questões, ações e atividades relacionadas à política de que eles participam. Para a realização da proposta deste trabalho, a pesquisa de caráter bibliográfico abordou temas como cultura política, socialização política e juventude. Na pesquisa empírica, 420 questionários – de cunho quantitativo, compostos por questões socioeconômicas e sobre assuntos políticos – foram aplicados aos jovens, com as idades acima mencionadas, distribuídos entre 12 colégios públicos e 03 colégios privados. Constatou-se que os meios e as formas pelas quais os jovens constroem a socialização política são estabelecidos conforme o meio social que estão inseridos e as agências socializadoras de que participam.

Palavras-chave: Socialização política. Juventude. Democracia. Participação.

SILVA, F. P. **The Political Socialization of Young High School Students in the Municipality of Toledo/Paraná.** 2017. 119p. Dissertation (Master's Degree in Social Sciences) - State University of Western Paraná, Toledo, 2017.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the political socialization, in the municipality of Toledo/Paraná. The research object is the young people, aged 16 to 19 years, who are high school students in the public and private schools. The goal is to analyze and identify how they conduct political socialization and what issues, actions, and activities related to politics they participate in. To carry out the proposal of this work, the bibliographic research approached topics such as political culture, political socialization and youth. In the empirical research, 420 questionnaires – quantitative ones, composed of socioeconomic and political questions – were applied to the young people, with the abovementioned ages, distributed among 12 public and 03 private schools. It was found that the means and ways in which young people construct political socialization are established according to the social environment they are inserted and to the socializing agencies they take part in.

Keywords: Political socialization. Youth. Democracy. Participation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Cruzamento idade X sexo dos entrevistados	55
Gráfico 02 - Adesão ao título eleitoral: faixa etária por sexo, município de Toledo/PR	57
Gráfico 03 - Cor dos entrevistados	58
Gráfico 04 - Renda dos entrevistados	63
Gráfico 05 - Situação familiar dos entrevistados	65
Gráfico 06 - Situação profissional dos entrevistados.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Cruzamento sexo X título eleitoral	55
Tabela 02 - Cruzamento cor X título eleitoral.....	60
Tabela 03 - Cruzamento situação profissional X título eleitoral	69
Tabela 04 - Confiança no resultado das urnas eletrônicas	80
Tabela 05 - Motivos de votar.....	85
Tabela 06 - Motivos de não votar.....	86
Tabela 07 - Participação dos entrevistados em eventos e atividades.....	98
Tabela 08 - Cruzamento participação em eventos e atividades dos entrevistados com e sem título eleitoral	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Colégio Estadual
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
FÓRUM DCA	Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NRE	Núcleo Regional de Educação
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	18
2.1	CULTURA POLÍTICA.....	18
2.2	SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	22
2.3	SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE	26
2.4	ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL.....	28
3	CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE JUVENTUDE	33
3.1	LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À JUVENTUDE NO BRASIL	38
3.2	DIREITO À PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE.....	43
3.3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PARANÁ E O PERFIL DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	45
4	A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PARANÁ	49
4.1	METODOLOGIA	49
4.2	RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA	53
4.3	RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS.....	54
4.3.1	Socialização Política e Sexo	54
4.3.2	Socialização Política e Raça	58
4.3.3	Renda	63
4.4	SITUAÇÃO FAMILIAR: A FAMÍLIA COMO AGENTE SOCIALIZADOR	64
4.5	JOVENS URBANOS E RURAIS.....	66
4.6	JUVENTUDE, TRABALHO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	67
4.7	A ESCOLA COMO AGENTE DE SOCIALIZAÇÃO	69
4.7.1	Educação no Estado do Paraná e no Município de Toledo	72
5	PERCEPÇÕES DOS JOVENS QUANTO A QUESTÕES POLÍTICAS	77
5.1	ADESÃO AO TÍTULO ELEITORAL	77
5.2	CONFIANÇA NAS URNAS ELETRÔNICAS.....	79
5.3	FILIAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS.....	80
5.4	PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO ELEITORAL DE 2014 E 2016.....	82

5.4.1	Motivadores de Votação	84
5.5	CONHECIMENTO POLÍTICO.....	87
5.6	MÍDIA COMO AGENTE DE SOCIALIZAÇÃO.....	88
5.7	ACOMPANHAMENTO DOS JOVENS SOBRE AÇÕES E INFORMAÇÕES POLÍTICAS.....	92
5.8	CONVERSAS SOBRE ASSUNTOS POLÍTICOS COM PESSOAS DO CÍRCULO SOCIAL	95
5.9	PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EM EVENTOS E ATIVIDADES	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE I	116

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre socialização política são importantes para se analisar o comportamento político dos indivíduos. Com a consolidação da democracia, houve um aumento notável na produção acadêmica e na efetuação de pesquisas em relação a esse tema. Há várias possibilidades de pesquisa na área da socialização política, dentre elas, as relacionadas à juventude e ao comportamento político. Dentro dessa linha de pesquisa sobre juventude, há, também, uma diversidade de temas que podem ser explorados, que abarcam desde a área da biologia, passando a psicologia, a sociologia, a política, até a cultura, identidade e geração. Observa-se, assim, que a juventude, como objeto de estudo, é um campo amplo, que proporciona muitos recortes e possibilidades de pesquisa, como apontado por Abramo e Léon (2005, p. 6):

O tema da juventude tem tomado corpo no Brasil, de forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para quem atua em ações e iniciativas dirigidas aos jovens.

A discussão sobre juventude e política, muitas vezes, parece um campo temático que está afastado no sentido de que a obrigatoriedade com a questão política se inicia a partir dos 18 anos de idade. No entanto, o próprio Estatuto da Juventude (2013) amplia a juventude até os 29 anos de idade, ressignificando esse campo de discussão na história do Brasil, marcada por lutas e conquistas realizadas pelos jovens. Nesse percurso, a participação juvenil se destaca com a fundação da União Nacional dos Estudantes, em 13 de agosto de 1937, considerada um marco na história da participação estudantil e juvenil do Brasil.

No século XX, as lutas da juventude no Brasil tinham diversas bandeiras, dentre elas, o direito à participação política. Após a Constituição de 1988 e o período de redemocratização que ocorreu no país, muitas lutas engajadas pela juventude foram conquistadas, o que culminou em uma maior adesão dos jovens as mais diversas formas de participação, como passeatas, plebiscitos, ações culturais, entre outros. Esse aumento da participação juvenil levantou e defendeu as mais diversas bandeiras, destacando-se a luta por direitos de igualdade, educação, ecologia, gênero e política. No percurso da história, outros elementos entraram em cena na

questão da participação e acrescentaram outros meios para a participação política da juventude.

Com a ampliação da discussão sobre juventude, além das pesquisas realizadas, o tema também se tornou relevante nas políticas públicas do país. Foram criados diversos órgãos para estabelecer questões relacionadas à juventude, como o Conselho Nacional de Juventude; a Secretaria Nacional de Juventude; e o Estatuto da Juventude. Eles permitiram a efetivação de uma série de questões relacionadas à juventude perante a lei, ocasionando mudanças nas questões políticas e sociais.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi considerada o marco da consolidação da democracia, ampliando e possibilitando diversos canais democráticos para a participação popular. Considerando que o presente trabalho enfatiza a questão da socialização política, é essencial conhecer o cenário político do país para que se compreenda em que contexto a pesquisa foi realizada. Ademais, as seções deste trabalho abordam temas sobre socialização e cultura política, democracia e juventude, que são assuntos importantes para situar a pesquisa.

O tema da pesquisa em questão é a socialização política dos jovens estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR, tendo como objeto de estudo os jovens estudantes do ensino médio com a faixa etária de 16 a 19 anos de idade. Parte-se da hipótese de que o fato do jovem possuir ou não o título de eleitor interfere na socialização política deles. O Objetivo geral é analisar a socialização política, investigando como e por quais meios esses jovens se socializam politicamente e se a adesão ao título eleitoral influencia em sua ação e participação política. O método utilizado foi a socialização política.

Nesta pesquisa, utilizou-se o conceito de socialização política para auxiliar na análise e compreensão dos comportamentos políticos apresentados pelos jovens estudantes entrevistados. De acordo com Castro (2009, p. 480), “[...] o conceito de socialização política ilumina justamente o processo de preparação dos jovens frente a assumir e exercer a atividade política conforme os modos convencionais e estabelecidos pelas gerações anteriores [...]”. Assim, a socialização política é uma herança das gerações passadas, mas que sofre alterações em cada geração que se sucede.

Após a pesquisa de cunho bibliográfico, foi realizada a pesquisa quantitativa, em que foram aplicados 420 questionários aos estudantes do ensino médio do

município de Toledo, abarcando doze colégios pertencentes à rede pública de ensino e três da rede privada. A escolha dos alunos para a aplicação do questionário se realizou de maneira aleatória, abrangendo estudantes de primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. Após a aplicação dos questionários, foi possível realizar um perfil detalhado dos jovens em questão no que se refere à situação socioeconômica e socialização política. Em seguida, foi realizada a mensuração dos dados e a comparação com a literatura e com os resultados obtidos em pesquisas semelhantes já realizadas.

A partir da introdução, considerada a primeira seção, o trabalho foi dividido em outras quatro seções e as considerações finais. A segunda seção tem como objetivo apresentar aspectos relacionados à cultura e socialização política, abordando a história e os autores referentes a esse tema, que embasou e contextualizou esta pesquisa. Ainda nesta seção, apresentou-se a conjuntura política do país no período da realização da pesquisa.

A terceira seção se volta a apresentar um quadro teórico e conceitual acerca da temática da juventude. Essa seção aborda a questão geracional e a construção do conceito de juventude, bem como as políticas públicas de juventude existentes no país. Além disto, relata-se como os jovens se introduziram no cenário político brasileiro e apresenta-se uma breve caracterização do município de Toledo/PR e o perfil dos jovens estudantes do ensino médio.

A quarta e quinta seção têm como propósito apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa. Primeiramente, tratou-se da pesquisa bibliográfica, seguida da pesquisa de campo, com aplicação de questionários, e, então, foi efetuada a mensuração dos dados obtidos e a análise dos resultados em comparação com a bibliografia. Estas seções têm, ainda, como objetivo apresentar os dados obtidos com a aplicação dos questionários e a análise dos resultados da pesquisa, como o perfil socioeconômico dos jovens entrevistados e as considerações sobre socialização política. Por fim, as considerações finais apresentam as principais conclusões do trabalho, bem como as suas limitações e contribuições para o tema de discussão aqui proposto.

2 CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

2.1 CULTURA POLÍTICA

O termo cultura política tem sua origem nos anos de 1960, tendo como percursores Gabriel Almond e Sidney Verba, autores da obra *The Civic Culture* de 1963, que se caracteriza como uma consistente pesquisa empírica realizada em cinco países da América do Norte e da Europa: respectivamente, Estados Unidos e México e Grã-Bretanha, Alemanha e Itália. Conforme Almond e Verba (2001), a cultura cívica se caracteriza por não ser nem tradicional nem moderna, mas por abranger ambas e por ser uma cultura pluralista baseada na comunicação e na persuasão, uma cultura de consenso e de diversidade que permitiu mudança, mas também a moderou. De acordo com os autores, quando a cultura cívica estivesse consolidada, as classes trabalhadoras poderiam entrar no jogo político e apresentar as suas demandas e os meios para torná-los efetivos.

Os autores Almond e Verba (2001) definiram o termo cultura política como orientações especificamente políticas e posturas relativas ao sistema político e seus elementos diferentes, sendo um conjunto de orientações relacionadas a um sistema de objetos e processos sociais. O termo foi empregado pelos autores por possibilitar a utilização dos conceitos da antropologia, da sociologia e da psicologia. Para os eles, falar sobre a cultura política de uma sociedade significa falar sobre o sistema político que informa o conhecimento, os sentimentos e as avaliações de sua população.

Caracterizar la cultura política de una nación significa, en efecto, rellenar una matriz semejante mediante una muestra válida de su población. La cultura política se constituye por la frecuencia de diferentes especies de orientaciones cognitivas, afectivas y evaluativas hacia el sistema político en general, sus aspectos políticos y administrativos y la propia persona como miembro activo de la política (ALMOND; VERBA, 2001, p. 182).

Almond e Verba (2001) apresentaram três tipos de cultura política: a cultura política paroquial, que supõe a ausência relativa de previsões de evoluções iniciadas pelo sistema político, sendo que o indivíduo não espera nada do sistema político; a cultura política de súdito, em que o indivíduo tem consciência de uma autoridade governamental especializada e está orientado para ela, podendo o súdito sentir

orgulho dela ou não o agradar e avaliá-la como legítima ou ilegítima, consiste, essencialmente, em um relacionamento passivo; e a cultura política de participação, que é aquela em que os membros da sociedade tendem a estar orientados para o sistema como um todo e para suas estruturas e seus processos políticos e administrativos, em que os indivíduos tendem a ter um papel ativo na política, porém pode variar de acordo com a aceitação e a rejeição.

Os estudos e pesquisas sobre cultura política são comuns nas ciências sociais. Como exposto por Almond e Verba (2001), desenvolveram-se métodos que permitiram um aprofundamento sobre a base motivacional das atitudes e condutas políticas dos indivíduos e grupos, assim como a análise de atitudes e comportamentos eleitorais, análise das relações entre tendências ideológicas e políticas e estudos de atitudes políticas em agrupamentos sociais. De acordo com os autores, os sistemas políticos são constituídos por indivíduos, admitindo-se que as tendências psicológicas particulares de indivíduos e dos grupos sociais são um elemento importante para o funcionamento dos sistemas políticos e seus elementos administrativos.

Conforme Amorim (2010), os autores Almond e Verba introduziram “[...] a estatística na pesquisa comparada, permitindo a observação de determinadas regularidades e a comparação de sistemas políticos, independentemente de suas diferenças culturais ou políticas [...]” (AMORIM, 2010, p. 37). A partir desse estudo base, outras pesquisas foram se solidificando no campo de estudos da cultura política permitindo uma maior problematização conceitual e teórica do termo. O resultado desse avanço levou a um amadurecimento desse conceito e, atualmente,

Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país (RENNÓ, 1998, p. 71).

A cultura política ocorre de maneira diferenciada nos países, aspecto que se deve à orientação de cada sistema político vigente. Decorre daí o fato de que esta cultura seja formada, como exposto por Rennó (1998), pelas experiências que as pessoas têm com o governo, a sociedade e a situação econômica de cada país. Ainda, segundo o autor, as técnicas de pesquisa e, principalmente, o modelo de *survey* possibilitaram o aumento da confiança nas pesquisas e na análise de dados

relacionados ao comportamento político. Em paralelo, os dados acumulados com as pesquisas realizadas permitiram construir análises mais consistentes e confiáveis acerca das mudanças que ocorreram na cultura política (RENNÓ, 1998).

De acordo com o autor supracitado, nos anos 1960 e 1970 a cultura política foi marcada por uma fase de desinteresse e críticas, em que se sobressaiu o ataque da crítica ao sistema capitalista. Nesse cenário, a “[...] ciência política se viu dominada pelos reducionismos de esquerda e de direita [...]” (RENNÓ, 1998, p. 73). Em decorrência, nos anos de 1980, houve um renascimento do estudo sobre cultura política influenciado por outras teorias e áreas do saber, entre elas, a sociologia europeia, por meio dos trabalhos de Max Weber; os estudos de psicologia social, que abordavam a relação dos indivíduos com outros indivíduos e grupos sociais; e os estudos de psico-antropologia, que se reportavam à questão da adoção de valores pelos indivíduos (RENNÓ, 1998). O propósito dos estudos da cultura política era, então, o de compreender o sucesso e o fracasso da democracia e as condições para a estabilidade democrática (RENNÓ, 1998).

A obra *The Civic Culture* de 1963, de Almond e Verba, tem sido considerada marco dos estudos e pesquisas sobre cultura política, no sentido de possibilitar que outros estudiosos realizassem pesquisas empíricas relacionadas ao comportamento político. Os autores, segundo Amorim (2010, p. 38) “[...] definem cultura política como padrão de atitudes e orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político, internalizadas na dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa.”. A cultura política é, assim, construída a partir das relações, orientações e atitudes dos cidadãos em relação às questões políticas, ou seja:

A cultura política, fruto da conexão entre políticas micros (motivações e atitudes dos indivíduos) e macros (estruturas e funções do sistema político), configura-se em três tipos ideais: 1) cultura política paroquial, caracterizada pela ausência de consciência política e de expectativas em relação ao sistema político; 2) cultura política moderada, aquela em que os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar e 3) cultura política participante, caracterizada pela presença de cidadãos conscientes, ligados afetivamente ao sistema político e com capacidade avaliativa, propensos à participação política (AMORIM, 2010, p. 38).

Observa-se, assim, que a cultura política pode ser considerada fruto tanto das relações entre os indivíduos quanto deles com o sistema político, e não se trata de uma condição exclusiva da vida adulta, pois, conforme autores já citados, esta cultura começa a ser construída na infância e tem continuidade na fase adulta. Esse

aspecto processual permite observar que há três tipos de cultura política: a paroquial, a moderada e a participante, que são divididas por grau de consciência e participação no que se refere ao sistema político.

Em essência, a cultura política busca explicações para o comportamento político, aqui entendido como “[...] atitudes e opiniões individuais, não apenas políticas, coletadas pelos *surveys*, que constituem o material empírico para a definição das características da cultura política [...]” (RENNÓ, 1998, p. 75). Depreende-se daí que a ideia de uma formação cultural política envolve valores e orientações socioculturais que influenciam a ação política dos cidadãos e o funcionamento do sistema político.

Na América Latina, os estudos sobre cultura política se destacam com o processo de redemocratização de diversos países, associada à questão da democracia e da cidadania. Baquero (2011) observa que a cultura política na América Latina se desenvolveu em um cenário em que existia uma incompatibilidade das necessidades da população com o desenvolvimento requerido. Dito de outra forma, muito era prometido, mas não era cumprido, gerando frustração nos cidadãos o que, segundo o autor, ocasionava a inibição da democratização da vida pública. Aprofundando as implicações teóricas acerca deste tema, Baquero (2011, p. 33) afirma que:

As classificações de cultura política vão além de simples descrições do mundo ou percepções sobre os assuntos cotidianos, mas envolvem expectativas e comportamentos. São essas expectativas que influenciam a mentalidade que se institucionaliza na arena política. Isso explicaria, por exemplo, porque os cidadãos se orientam para valorizar ou não os princípios democráticos. Igualmente, as expectativas políticas das pessoas auxiliam a formatar a própria política e o comportamento dos indivíduos como membros de uma coletividade, na medida em que se estabelece um contrato social onde o viável e o legítimo dentro de um sistema político depende do contexto no qual as pessoas interagem.

Depreende-se do exposto que a cultura política não é formada somente pelas ações políticas do cidadão, mas engloba também o comportamento e os assuntos do cotidiano. Acerca desse aspecto, Schimdt (2000, p. 33) define cultura política “[...] como conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema.”. Baseando-se em Almond e Verba (1965), Schimdt considera que a cultura política está intrinsecamente ligada às

orientações políticas, ou seja, às atitudes pertencentes ao sistema político e ao papel dos cidadãos no sistema.

Nessa perspectiva, parece seguro afirmar que o conceito e os estudos de cultura política estão ligados às questões da democracia, no sentido de proporcionar a realização de estudos e pesquisas do universo político associados a temas como comportamento político e eleitoral e, por fim, o desenvolvimento da socialização política. Observa-se, assim, que o universo de abrangência da cultura política é relativamente amplo e complexo, abrangendo outras temáticas. Todavia, a discussão aqui pretendida procura focar um aspecto específico, aprofundando-se na ideia de socialização política, abordada de forma mais detalhada a seguir.

2.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Antes de prosseguir para o tema específico da socialização política, faz-se necessário apresentar algumas considerações sobre socialização, importantes para que se perceba o universo de abrangência deste estudo. Nesse sentido, é relevante retomar, por exemplo, a autora Jahoda (2000), que definiu socialização como “[...] os processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social [...] começam na infância e prosseguem ao longo da vida [...]”. (2000, p. 710). Para ela, portanto, a socialização é considerada um processo de aprendizagem e os indivíduos estão expostos a influências socializantes. Esta mesma estudiosa apresenta a ideia de socialização primária, que se inicia na infância e está relacionada diretamente à formação da personalidade, tendo como principal influência a família, considerada uma agência socializadora. Além da família, a autora destaca outras importantes agências socializadoras:

As principais agências socializantes nas sociedades ocidentais são: a escola e o grupo de pares, o ingresso na vida econômica, a exposição aos veículos de comunicação de massa, o estabelecimento de uma família e o casamento, a participação da vida comunitária organizada e, finalmente, as condições de aposentadoria (JAHODA, 2000, p. 712).

As agências socializadoras exercem um papel importante na socialização dos indivíduos, pois influenciam as escolhas realizadas por eles, à medida que vão se

inserindo na vida dos indivíduos conforme a fase cronológica que se encontram. Também estão relacionadas aos papéis que esses indivíduos desempenham na sociedade. Percebe-se, assim, que os estudos de socialização são amplos e variados, conforme observado acima, agregando especificidades de distintas áreas. Dentre os diversos estudos relacionados à socialização, encontra-se a socialização política, a partir de agora, abordada especificamente neste tópico de estudo.

A socialização política é uma linha teórica dentro da cultura política e suas pesquisas e estudos estão relacionados à questão da formação política dos indivíduos. As pesquisas sobre socialização política, assim como a cultura política, também se iniciaram na década de 1950. Na América Latina, os estudos se intensificaram, concomitantemente à redemocratização de diversos países, e continuam sendo realizados.

Realizando uma retrospectiva histórica sobre os estudos de socialização política, Schimdt (2000) considera *Political Socialization* de Herbert Hyman publicada no ano de 1960, como a obra inaugural dessa área. Além dela, são relevantes os estudos de David Easton, Jack Dennis e Robert Hess, dentre outros que publicaram a obra *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy* (1969), oriunda de entrevistas aplicadas a adolescentes norte-americanos, posto que, até então, os estudos de socialização política eram pautados pela socialização infantil e pela influência da família. Outra obra marcante nessa fase foi *The Political Character of Adolescence: The Influence of Families and Schools* (1974), de M. Kent Jennings e Richard Niemi, que abriu espaço para abordar questão da socialização política, não só na infância, percebendo como os indivíduos estão sujeitos a influências de outras agências socializadoras, além da família.

No Brasil, a socialização política também foi tema de muitas pesquisas e estudos. De acordo com Baquero (1997), as experiências vividas pelo indivíduo no decorrer de sua formação influenciam no seu desenvolvimento político e a aprendizagem que ocorre na infância serve como orientação para aprendizagens e definições de valores posteriores, inclusive aqueles relacionados à formação política. Baquero (1997) também aponta para o fato de que a criança é influenciada pela família, principalmente pelas pessoas com quem tem um contato direto. Observa, no entanto, que a partir de certa idade a criança é exposta a outras instituições, como a escola, a igreja e os meios de comunicação, que também acabam influenciando na formação social, cultural e política do indivíduo. Nesse sentido, pode-se dizer que:

A socialização política é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação de identidade social do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições (BAQUERO, 1997, p. 10).

Os estudos relacionados à socialização política permitem entrever autores para quem a questão do entendimento político pode ter início desde a infância e autores para os quais ela é vista como algo contínuo. De acordo com Nazzari (2006), tomando como referência Hyman (1959), a formação das atitudes políticas está relacionada ao estímulo que o indivíduo recebe das agências socializadoras na infância e na juventude, que se tornam influências que designam a formação de adultos participativos. A autora traz, ainda, reflexões sobre a contribuição de Percheron (1972) para quem a socialização política pode ser entendida como um processo que acontece durante todas as fases da vida, de forma permanente. Ainda assim, “[...] a socialização política é o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos, que se dá sob um enfoque geracional ou processo de interiorização da cultura política, existente em um meio social por parte das novas gerações [...]”. (NAZZARI, 2006, p. 34).

Contribuindo com a discussão sobre o período de formação da socialização política, Shmidt (2000) traz algumas considerações acerca dos estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) que utilizam os termos “socialização primária” e “socialização secundária”. Em seu estudo, Schimdt (2000) observa que tais autores entendem socialização primária como a que ocorre na infância e sofre influência, principalmente, da família e socialização secundária como a que ocorre após a infância, influenciada pelos novos setores em que os indivíduos se inserem. O autor também aborda as expressões “socialização latente” e “socialização manifesta” utilizadas, originalmente, por Almond e Coleman (1969). Estes conceitos podem ser assim sintetizados:

Por socialização latente designa-se a transmissão de orientações de modo difuso e não programado, que ocorre principalmente na infância e sob influência da família, mas que é desempenhada também pelas demais instituições, grupos e fatores sociais. Por socialização manifesta compreende-se a transmissão explícita de orientações, desempenhada pelas diversas agências de socialização de uma sociedade. À medida que o indivíduo amadurece, cresce a taxa de socialização manifesta e reduz-se a socialização latente (ALMOND; COLEMAN, 1969 apud SCHMIDT, 2000, p. 63).

Conforme o excerto acima, pode-se considerar que a socialização política tem início na infância, período em que a família exerce grande influência, mas também passa a sofrer influências de outras instituições, como a escola, conforme o indivíduo passa a frequentá-la. Na juventude e fase adulta, o indivíduo tende a amadurecer e definir sua formação política, fase em que frequenta outras instituições, sofrendo influência de um número maior de agências socializadoras do que na infância. Além disto, é importante considerar que a socialização política é algo permanente e contínuo e pode ser modificada conforme acontece a formação do indivíduo.

Na socialização política, as agências socializadoras como família, escola, mídia, entre outras, desempenham um papel importante na formação dos indivíduos, pois são tão significativas quanto os condicionantes como a idade, o sexo, a cor, a escolaridade, a situação socioeconômica, a ocupação profissional, a religião, a região geográfica, entre outros. Assim, é fundamental considerar que as agências socializadoras e os condicionantes são essenciais no processo da formação e da socialização política dos indivíduos. Entretanto, a socialização política não acontece de maneira única e universal.

As pesquisas mais recentes atestam que não há um padrão universal de socialização política. Ela é tributária das circunstâncias históricas e sociais, que variam de país para país, de região para região, de classe para classe. A pesquisa deve considerar sempre três aspectos fundamentais: 1. cada pessoa vive em uma dada sociedade; 2. cada indivíduo ocupa um lugar na sociedade; 3. cada sociedade tem um conjunto de crenças e atitudes, e um determinado grau de unanimidade entre os cidadãos (PERCHERON, 1972 apud SCHIMDT, 2000, p. 106).

Ao se realizar pesquisas sobre socialização política, é primordial considerar todas as condições que marcam a vida dos indivíduos, assim como suas características pessoais. Até mesmo o período histórico é relevante para o resultado das pesquisas, pois as mudanças que acontecem por meio da globalização e da evolução das tecnologias influenciam no comportamento político. Outro fator considerável é o cenário político apresentando durante o processo de socialização política dos indivíduos, pois este é um motivador no processo socializador.

A socialização política é sempre um processo datado, histórico-social, assentado em uma realidade sócio-temporal específica; a pesquisa deve, pois, levar em conta os condicionantes históricos do grupo ou país, bem como a conjuntura mais imediata em que vivem os indivíduos [...] a

socialização política é um elemento e só pode ser compreendida no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto a estabilidade quanto a mudança (SCHIMDT, 2000, p. 112).

Percebe-se, assim, que o processo de socialização acontece por meio das agências socializadoras e dos condicionantes, sendo estes os meios pelos quais os indivíduos desenvolvem também a socialização política. No entanto, vale ressaltar, conforme reiterado nesse estudo, que não existe uma regra única para a formação da socialização política, pois cada indivíduo, de acordo com as suas peculiaridades, constitui sua socialização política motivado por fatores pessoais e sociais. Sob essa ótica, a socialização política é permanente e ocorre em todas as fases da vida do indivíduo. Dentre estas fases, este estudo tem especial interesse pela fase da juventude e, constatando que já foram realizados diversos estudos voltados para a socialização política na juventude, a pesquisa em questão tem como objeto de estudo os jovens com faixa etária entre 16 a 19 anos de idade.

Nesse sentido, estabelecidos os recortes em que se insere esta pesquisa, convém aprofundar a questão da relação entre socialização política e juventude do ponto de vista teórico, para, depois, analisar as implicações desse quadro conceitual no objeto de estudo aqui analisado. Esse exercício de aprofundamento teórico é iniciado no tópico a seguir.

2.3 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE

Como definido pelo Estatuto da Juventude, lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, considera-se jovem a pessoa que possui entre 15 a 29 anos de idade. Dentre os estudos sobre socialização política, encontram-se vários relacionados à juventude¹. Como o campo da socialização política permite que sejam realizados estudos sobre comportamento eleitoral, é notável os estudos realizados sobre este tema com a população jovem.

De acordo com Castro (2009), propiciou-se a invisibilidade dessa categoria social nas questões sociais e políticas sob o argumento de que os jovens eram considerados atores pré-políticos. Na socialização política, as atitudes dos jovens

¹ Algumas pesquisas realizadas no Brasil sobre socialização política e juventude foram feitas por Baquero (1996-2014), Schmidt (1999) e Nazzari (2002).

não podem ser comparadas à dos adultos, tampouco alegar que eles não sejam suficientemente maduros para tomar decisões em relação à política. Para a autora (2009, p. 482):

A teoria de subjetividade juvenil nos estudos de socialização política retrata os jovens como sujeitos ainda não sociais, como também, sujeitos ainda não políticos (ou pré-políticos), opondo, em campos distintos, duas configurações identitárias: ou se é jovem/criança, ou se é adulto. Crianças e jovens não são nunca adultos, e estes, por sua vez, não são nunca jovens ou crianças.

A criança, o adolescente e o jovem não devem ser excluídos da ação política, sendo importante considerá-los como agentes políticos. Para Castro (2009), a socialização política também acontece por meio das gerações no sentido de deixar a cargo das gerações mais velhas a reprodução societária para as gerações seguintes, quando as novas gerações “[...] podem acrescentar, modificar ou recusar ao longo do processo de transmissão geracional se considera, frequentemente, como ‘crise’, ‘gap’ geracional, ou então, permanece invisível como desgaste do próprio processo [...]” (2009, p. 484). No entanto, mesmo que as gerações mais velhas aceitem o que é acrescentado pelas mais novas os jovens não se encontram em posições iguais.

Outro questionamento referente à crise geracional apresentado por Castro (2009) reside na transmissão cultural ser realizada de cima para baixo, tendo o adulto como iniciador e o jovem como destinatário. A autora (2009, p. 484) argumenta que a transmissão cultural deveria ser pensada de “[...] forma mais horizontal, privilegiando a demanda de cada indivíduo, e, portanto, que desnaturaliza posições fixas, seja de destinatário ou remetente [...]”. Dessa maneira, aconteceria uma troca de experiência e informações entre gerações em vez de ser algo imposto, o que poderia tornar mais efetiva a participação das novas gerações e também a construção da socialização política.

Como apresentado, a socialização política é composta por diversos fatores, como as agências socializadoras, os condicionantes e a transmissão cultural por meio das gerações, sendo relevante considerar também o momento histórico, social e econômico em que os indivíduos estão inseridos. As pesquisas e estudos sobre socialização política vêm sendo realizadas desde os anos de 1970 e vão se enquadrando conforme as situações apresentadas. O início do século XXI tem sido

marcado pela inserção de novas experiências como a globalização e o avanço das tecnologias, o que pode influenciar na socialização dos indivíduos.

A situação política do país também pode ser considerada um indicador em relação à formação da socialização política. O Brasil é um país cujo regime democrático foi marcado por alguns acontecimentos políticos que deixaram rastros na história da nação. Como a pesquisa em questão envolve jovens com faixa etária de 16 a 19 anos de idade, é válido apresentar, brevemente, alguns desses pontos marcantes em relação às questões políticas e sociais do país que puderam ser acompanhadas e presenciadas por estes jovens.

2.4 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL

Antes de apresentar a conjuntura política e social do Brasil, é interessante abordar a forma dos movimentos sociais ocorridos no século XXI, assim como as transformações da sociedade, devido a globalização e as novas tecnologias de comunicação os movimentos sociais também passaram por mudanças, sendo que novos personagens e ambientes entraram em cena. De acordo com Castells (2013, p. 128):

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que dominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda a parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem.

Para Castells (2013), os movimentos sociais são desencadeados pela indignação que a injustiça provoca e pela esperança de uma possível mudança. Os movimentos sociais conectados em redes de múltiplas formas têm, em geral, a sua “[...] base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet.” (CASTELLS, 2013, p. 129). Devido as redes de comunicação, os movimentos sociais conquistaram espaço, além do físico, e suas reivindicações são contínuas na internet e nas redes sociais. E, muitas vezes, quando os movimentos se iniciam na internet, eles se propagam e ocupam o espaço urbano.

“Esses movimentos são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, seja relacionado a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes.” (CASTELL, 2013, p. 130). Eles se tornam virais, não se identifica líderes devido à desconfiança dos participantes em relação a delegação de poder, e uma das suas características é o companheirismo entre as pessoas. Como aponta Castells (2013, p. 132) “[...] o movimento produz seus próprios antídotos contra a disseminação dos valores sociais que desejam combater”. Estes são alguns dos princípios desses movimentos.

São movimentos profundamente autorreflexivos. Questionam-se permanentemente como movimento, e seus participantes como indivíduos, o que são, o que desejam e o que pretende realizar, que tipo de democracia e sociedade estão almejando e como evitar os imprevistos e armadilhas de tantos movimentos fracassados por reproduzir em si mesmos os mecanismos do sistema que queriam mudar, em particular no que se refere à delegação política da autonomia e da soberania. Essa autorreflexividade manifesta-se no processo de deliberação das assembleias, mas também em múltiplos fóruns da internet, assim como numa miríade de blogs e grupos de discussão nas redes sociais (CASTELLS, 2013, p. 132).

Além de serem reflexivos, eles possuem muitas demandas e ilimitadas motivações. Como não se identifica líderes, eles podem ser caracterizados como movimentos autônomos e abrangem diversas tarefas e projetos com uma democracia deliberativa. Essas características formam uma cultura da sociedade em rede, prezando pela autonomia do indivíduo sobre as instituições sociais.

Para que aconteçam os movimentos sociais, é necessário que as pessoas se conectem e isto pode ser realizado por meio das redes de comunicação interativas, em que se constitui a internet e as redes sem fio. Para Castells “[...] há uma comunicação fundamenta, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em redes: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas [...]” (2013, p.135). Os movimentos sociais realizados na e por meio da internet e das redes sociais trazem uma mudança cultural para a sociedade e se caracterizam pela liberdade e autonomia.

De acordo com Castells (2013, p.138), o significado dos movimentos sociais em rede é que “[...] eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas

herdadas de uma estrutura social historicamente superada [...]”. No Brasil, também houve essa mudança cultural em relação aos movimentos sociais organizados na e a partir das sociedades em rede.

Dentre os acontecimentos recentes em relação a questões sociais e políticas no país, destaca-se as manifestações de junho de 2013, que tiveram origem na cidade de São Paulo, desencadeando uma onda de manifestações populares em diversas cidades brasileiras. A princípio, as causas das manifestações estavam relacionadas ao aumento das tarifas do transporte público no município de São Paulo, mas com a disseminação dos protestos, outras pautas entraram em cena.

O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública. As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas através das redes sociais, e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e a hora das manifestações (GOHN, 2014, p. 431).

Como exposto por Gohn (2014), as manifestações não se prenderam a uma pauta única, dentre as já citadas, outras que se destacaram foram em relação aos recursos destinados a Copa do Mundo, que aconteceu no Brasil em 2014, e a indignação com os atos de corrupção. Outro ponto relevante dessas manifestações é que a organização e o convite para a população participar dos atos foram realizados, principalmente, por meio das redes sociais. Sobre o perfil dos participantes dessas manifestações, Avritzer (2016) aponta que a maioria era formada por jovens com idade entre 14 a 29 anos, estudantes e muitos com ensino superior completo e pertencentes à classe média.

Outro aspecto das manifestações de 2013 foi a violência e repressão sofrida pelos manifestantes. Como apresentado por Gohn (2014), os manifestantes sofreram repressão policial, muitas vezes brutal, além do registro de violência comportamental de alguns manifestantes. De acordo com a autora, a violência praticada nas manifestações após junho de 2013 “[...] ofuscou a legitimidade das ações, afastou as grandes massas das manifestações e contribuiu para o isolamento e segmentação dos ativistas [...]” (GOHN, 2014, p. 434). Com a presença da

violência, o movimento acabou sendo desconstruído. Para Avritzer (2016), algumas lições ficaram das manifestações para o sistema político e para a opinião pública.

Há uma enorme insatisfação no Brasil ligada a diversas agendas, algumas progressistas e outras conservadoras. As agendas conservadoras são: a infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde e educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui ao governo petista. Existe também uma agenda progressista, que tem como centro a mobilidade urbana e a melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público, mas que de alguma maneira perdeu apoio da classe média da região Sudeste desde junho de 2013 (AVRITZER, 2016, p. 81).

As manifestações de 2013 foram importantes para demonstrar o descontentamento da população em relação aos governos federal, estaduais e municipais e com a qualidade dos serviços públicos. Conforme Gohn (2016), no ano de 2014 os protestos continuaram nas redes sociais on-line e houve, nas ruas, manifestações tímidas contra a Copa do Mundo de Futebol e no período eleitoral de 2014 “[...] ocorreu intensa mobilização das redes sociais e alguns grupos criados tiveram grande atuação nas manifestações de março de 2015 [...]” (GOHN, 2016, p. 137).

Após as eleições de 2014, em âmbito federal e estadual e com a vitória acirrada no segundo turno da Presidente Dilma Rousseff, muitos protestos que surgiram no Brasil no ano de 2015 estavam direcionados ao pedido de impeachment da Presidente, embora houvesse outros contra o impeachment. As manifestações de março de 2015 possuíam características diferentes das ocorridas em junho de 2013. “A questão política entra em cena como divisor de água entre aqueles que apoiavam o governo da Presidente Dilma Rousseff e aqueles que são contra seu governo [...]” (GOHN, 2016, p. 138).

No ano de 2015, aconteceram outras manifestações e protestos pelo país que tinham como pauta principal o impeachment da Presidente Dilma. Como apresentado por Avritzer (2016), notou-se nas manifestações de 2015 uma mudança no perfil dos manifestantes que, em sua maioria, pertenciam à classe média, além disso, a faixa etária se tornou mais diversificada, desde crianças até idosos. O autor enfatiza, ainda, que as pautas eram mais conservadoras e a questão da corrupção apareceu como tema fundamental.

No decorrer dos fatos, no dia 12 de maio de 2016 a Presidente Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República para que ocorresse o processo de impeachment, conforme decisão do Senado, alegando que havia indícios de que a Presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática de “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. Quem assumiu como Presidente Interino foi o então Vice-presidente Michel Temer. O impeachment foi aprovado no dia 31 de agosto de 2016, promulgando o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff do cargo e a presidência de Michel Temer. Entende-se, neste estudo, que é fundamental a apresentação desse cenário político brasileiro, pois a pesquisa sobre socialização política aqui proposta será realizada dentro desse contexto específico, conforme aprofundado nos capítulos posteriores.

3 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE JUVENTUDE

Esta seção tem como objetivo realizar uma reflexão sobre juventude e seus conceitos, a partir da análise de concepções teóricas desenvolvidas sobre o tema. Neste primeiro momento, pretende-se refletir sobre a questão geracional, a construção do conceito de juventude, as políticas públicas existentes para este grupo e a forma como os jovens se introduziram no cenário político brasileiro, apresentando o perfil dos jovens estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR, que são o objeto de estudo desse trabalho.

A discussão sobre juventude ocorre nas diversas áreas das ciências, sendo constantemente empregada também como objeto de pesquisa. A juventude é uma categoria etária que separa a fase da infância da vida adulta, implicando conceitos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e geracionais. No Brasil, de acordo com o Estatuto da Juventude de 2013, a faixa etária pertencente a essa categoria envolve as pessoas que possuem de 15 a 29 anos de idade, dividindo-as em três subgrupos: jovem-adolescente, de 15 a 17 anos; jovem-jovem, 18-24; e jovem-adulto, 25-29.

Das diversas discussões relacionadas à juventude, uma delas é a questão geracional. Uma geração é marcada por um determinado período de tempo, em que são compartilhados acontecimentos históricos, conhecimentos e experiências. “Os indivíduos que pertencem à mesma geração, que nasceram no mesmo ano, são dotados, nessa medida, de uma situação comum na dimensão histórica do processo social [...]” (MANNHEIM, 1982, p. 71). Aquelas pessoas que vivem uma situação comum no mesmo tempo histórico formam uma geração. Desse modo, para o autor (1982, p. 73):

O fenômeno social da “geração” não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo histórico-social. Enquanto a natureza da posição de classe pode ser explicada em termos de condições econômicas e sociais, a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma para outra geração.

As gerações estão em processo de interação e a mudança de geração ocorre constantemente, conforme as transformações que acontecem na sociedade. De acordo com Mannheim (1982), as gerações são seguidas por outras, e a criação e acumulação cultural são realizadas por indivíduos diferentes, ocasionando o

surgimento de novos grupos etários. Neste processo, a nova geração incorpora os conhecimentos produzidos pelas gerações anteriores e também acrescenta algo de novo. As mudanças de geração atingem a todos que estão vivendo naquele período.

Sociologicamente, portanto, as gerações não surgem da cadência temporal estabelecida por uma sucessão de gerações biológicas. Em outras palavras: não há padronização do tempo para medir ou prognosticar seu ritmo. Do ponto de vista sociológico, uma geração pode ter dez anos, ou como aconteceu nas sociedades pré-modernas, vários séculos. Pode incluir uma pluralidade de gerações biográficas ou, como na história de muitas sociedades tradicionais, apresentar apenas uma geração sociológica. Elas cessam quando novos e grandes eventos históricos – ou, mais frequentemente, quando lentos e não catastróficos processos econômicos, políticos e de natureza cultural – tornam o sistema anterior e as experiências sociais a ela relacionadas sem significado (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191).

O início de uma nova geração é marcado pelo tempo histórico-social e retrata a atuação e posição do sujeito no seu grupo de idade ou de socialização no tempo. Com o avanço da sociedade em rede, a partir dos anos 1990, “[...] surge uma nova teoria em torno da noção de ‘sobreposição geracional’. Isto corresponde à situação em que os jovens são mais habilidosos do que as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital [...]”. (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 186). A cultura digital se inseriu na sociedade e abrangeu a todos os indivíduos. No entanto, a geração que nasceu na era digital desenvolveu mais habilidades em relação as tecnologias digitais do que as gerações anteriores – observa-se, pois, que o objeto desta pesquisa são jovens nascidos na era digital.

A discussão sobre gerações está também atrelada à juventude, pois nesta fase é comum que os indivíduos da mesma faixa etária se socializem e troquem experiências, tanto com outros jovens como com pessoas de outras idades, o que contribui para a construção da identidade e da juventude. Os jovens, muitas vezes, destacam-se por serem apontados como responsáveis pela reprodução e transformação social:

A abordagem das gerações, por sua dimensão dialética, permite perceber que, sociologicamente, a juventude é um veículo de ligação entre o passado e o futuro e que por meio dela a sociedade se renova permanentemente. O instigante é que esse processo de transição ininterrupto das gerações estabelece-se por meio das interações constantes entre jovens e adultos (WEISHEIMER, 2013, p. 66).

A juventude é, assim, um elo entre o passado e o futuro, pois os processos históricos simultâneos são vivenciados de maneira diferente pelas pessoas, conforme a geração a que pertencem. Além disto, quem faz parte de uma mesma geração pode atribuir significados distintos a experiências semelhantes (WEISHEIMER, 2013). Afinal, a juventude nem sempre é marcada por uma mesma característica, apresentando mudanças conforme as passagens das gerações. O seu conceito vai além da delimitação da faixa etária: é considerada uma geração que participa como receptora e transformadora das questões sociais, dos fatos históricos e, também, da cultura, seja interagindo, seja produzindo culturalmente.

Nesse sentido, parece importante enfatizar que o conceito de juventude se encaixa em uma categoria social construída na modernidade. Para Weisheimer (2013, p. 24), “[...] devemos pensar os sentidos da juventude como algo que é produzido em determinados contextos de relações sociais [...]”. Neste contexto de relações sociais, a juventude é a faixa etária marcada por ser a transição para a vida adulta, permitindo o surgimento de novos papéis sociais a serem desempenhados pelos jovens. Para Groppo (2000) quando se define juventude como categoria social, permite-se que ela se torne uma representação sociocultural e uma situação social, pois:

Juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p. 8).

Cada indivíduo experimenta a juventude de maneira intrínseca e seu comportamento é diferenciado “[...] de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional [...]” (GROOPO, 2000, p. 10). Não seria interessante classificar todos que pertencem à categoria juvenil de uma forma única, pois é relevante considerar o contexto em que esses jovens estão inseridos, haja vista que, ainda que pertençam a um mesmo grupo e contexto social, vivenciam diferentemente a juventude e essa diversidade ocorre por consequência da criação da juventude na modernidade.

A criação das juventudes é um dos fundamentos da modernidade, e a existência da multiplicidade quase incontrolável de juventudes é um sinal de que este fundamento, assim como outros fundamentos da modernidade,

possui suas contradições. [...] Ou seja, a multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, inteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-culturais anteriores paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual-projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da modernidade (GROOPO, 2000, p. 18-19).

De acordo com Groopo (2000), com as mudanças constantes que ocorrem no mundo modernizado, cada geração vive a juventude de maneira diferente. Por mais que as experiências sejam parecidas, elas não são vividas de maneira igual, pois estão inseridas em contextos históricos distintos em que são atribuídos significados diferentes aos acontecimentos e às relações socioculturais. O autor explica que a modernidade concebeu a juventude como um direito humano de todos que se encontrassem nesse período do desenvolvimento humano, indiferentemente da classe ou estrato social. Porém, “[...] as relações sociais e as diferenças limitam, impedem ou parcializam a aplicação dos direitos [...]” (GROOPO, 2000, p. 73). Segundo o autor, algumas nações, regiões, etnias e alguns gêneros não chegam a conquistar o direito à juventude ou o conquistam com certa demora e, muitas vezes, acabam o perdendo, mesmo depois de conquistado.

Como exposto, a juventude além de direito é uma categoria social, abrangendo gerações conforme o tempo cronológico. Cada geração tem experiências diferentes em sua fase juvenil, devido ao contexto histórico inserido, e conforme a classe social e econômica, a etnia, a religião, o gênero e a região geográfica os jovens de uma mesma geração vivenciam a fase da juventude de maneiras diferentes. Alguns optam por trabalhar, estudar, formar família, sair da casa dos pais, entre outros diversos aspectos, passando pela transição para a fase adulta de forma distinta. Assim, parece seguro afirmar que a juventude é algo comum, definida como questão etária – embora as experiências e vivências nessa fase sejam peculiares a cada indivíduo.

Outra perspectiva relacionada à juventude é o estilo de vida adotado nesse período. Em cada fase cronológica da vida são praticados estilos de vida diferentes que são influenciados por questões biológicas, psicológicas e sociais. Conforme a fase cronológica do indivíduo, há um estilo de vida predeterminado pela sociedade, embora isto não signifique um consenso, pois nem todos os que estão na mesma fase cronológica seguirão obrigatoriamente o mesmo estilo de vida.

Na trajetória de socialização que vivenciam os jovens desde sua infância até a autonomia pessoal, vêm-se mergulhados simultaneamente a um sem-número de contextos culturais e redes de relações sociais preexistentes — família, amigos, companheiros de curso, meios de comunicação, ideologias, partidos políticos, entre outras — dos quais selecionam e hierarquizam valores e ideais, estéticas e modas, formas de relacionamento ou convivência e vida, que contribuem para modelar seus pensamentos, sua sensibilidade e seus comportamentos. Hoje, junto a estes espaços da vida cotidiana que operam como mecanismos de mediação constitutiva e ancoramento histórico da subjetividade, da busca de uma identidade própria individual e geracional, as novas tecnologias geram modos de participação mais globais que introduzem os adolescentes e jovens em uma nova experiência de socialização, distinta da familiar, da escolar e em geral, as mais comuns (LÉON, 2005, p. 15).

Conforme exposto por Léon (2005), para formar o estilo de vida, os jovens são influenciados por diversos fatores como as relações pessoais, o contexto cultural e as novas tecnologias que os introduzem no conhecimento sobre acontecimentos e culturas globais. É relevante considerar que não existe uma homogeneidade na formação do estilo de vida juvenil, pois nem todos partilham das mesmas experiências e os que o fazem podem atribuir significados diferentes. Ocorre que “[...] é possível observar certos traços comuns em suas formas de ser, a verdade é que não existe somente uma cultura adolescente ou juvenil, mas várias, bem como estilos de vida diferenciados [...]” (LÉON, 2005, p.16).

A juventude também é considerada uma cultura na qual os jovens possuem sua própria identidade, e estas são diversas em seu universo. A cultura juvenil, assim como as demais, possui suas características particulares e passam por mudanças, recebendo influências e contribuindo com as demais culturas. As influências e contribuições não necessariamente precisam estar dentro da faixa etária compreendida como juventude para fazer parte da sua cultura, isto porque a juventude não possui uma cultura única ou imutável: dadas as condições de uma cultura, as mudanças podem ocorrer em setores como educação, trabalho e lazer. Os jovens tomam para si o que se torna mais favorável e benéfico e, às vezes, até mesmo o que é mais popular.

A visão culturalista da juventude envolve uma definição de outras variáveis, convertendo-a em um conceito menos quantitativo, considerando o/a jovem como um construtor importante da cultura e da sociedade. É possível encontrar, ainda, a visão da juventude como um processo que se inicia com a capacidade do indivíduo de reproduzir a espécie e termina quando este se torna capaz de reproduzir a sociedade. Nessa perspectiva, Sandoval (1985) ressalta que a juventude é um conceito cultural e, como tal, é um fenômeno variável de acordo com cada sociedade, dando-se de formas diversas, em

momentos distintos, e em grupos diferentes de uma mesma sociedade (BAQUERO; CUNHA, 2010, p.55).

Além dessas características, a juventude é vista como uma condição o que leva a sociedade a lhe atribuir diversos significados, além daqueles concedidos pelos próprios jovens. Esses significados acerca das particularidades juvenis são, via de regra, dados, principalmente, pelos adultos. Não se pode adotar única e exclusivamente o conceito de juventude elaborado por teorias, pois a juventude também se baseia em uma construção social elaborada conforme a realidade existente.

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 21).

Grosso (2004, p. 13) afirma que a origem da juventude vem de grupos que possuem um caráter homogêneo de acordo com a faixa etária, “[...] reunindo indivíduos que passam a ser chamados e considerados jovens, que passam a desenvolver comportamentos esperados, permitidos ou impostos aos jovens [...]”. Na construção social, os jovens são definidos em diversas categorias, como estudantes, trabalhadores, chefes de famílias, entre outros, porém, conforme a cultura social a que pertencem e as condições ofertadas, eles passam a construir sua identidade sem que esta seja necessariamente a mesma construída pela sociedade. Esses aspectos são importantes na medida em que servem de base para construção de diretrizes e políticas de juventude, ponto acerca do qual convergem os dados de pesquisa apresentados no item a seguir.

3.1 LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À JUVENTUDE NO BRASIL

Conforme já abordado, são diversas as condições atribuídas à juventude, dentre elas: a geração, a cultura, a categoria social e a modernidade. Contudo, além de tudo isto, é importante pensar a juventude como um direito humano. No Brasil, a

primeira lei direcionada especificamente a essa faixa etária foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que assegura, especificamente no art. 2, a seguinte definição: “Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos [...]” (BRASIL, 1990, s.p.).

É importante ressaltar que o ECA foi criado para atender aos direitos e deveres da pessoa até os dezoito anos e a partir dessa idade não havia legislação específica. Isto se deve, basicamente, ao fato de que “[...] a história do Estatuto da Criança e do Adolescente alicerça-se no então emergente movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente [...]” (SANTOS, 2011, p. 402). Diante das necessidades de atender às demandas sociais e políticas referentes à criança e ao adolescente, público que se encontrava legalmente desamparado durante muitos anos, surgiram diversos movimentos sociais na década de 1980 que se articularam contra a situação que estava submetida à infância pobre no Brasil. Essas organizações conseguiram fazer com que fossem instituídos instrumentos jurídicos legais para ampliar a defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes (SANTOS, 2011).

Santos (2011) aponta que após várias organizações dos movimentos sociais e da sociedade, foi criado, em março de 1988, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), cujo objetivo foi a articulação e participação das entidades no desenvolvimento de ações conjuntas no combate à violência em relação à infância pobre. O Fórum DCA se estabeleceu como o principal interlocutor da Sociedade Civil no Congresso Nacional nas questões sobre crianças e adolescentes. Após várias ações e debates voltados, especificamente, aos assuntos referentes ao grupo de faixa etária entre 12 e 18 anos, ocorreu que o projeto de lei referente ao ECA:

Foi votado e aprovado pelo Senado em 25 de abril de 1990. Recebeu a aprovação da Câmara em 28 de junho e foi homologado pelo Senado em 29 de junho. Sancionado pelo presidente da República em 13 de julho e entrou em vigor em 14 de outubro do mesmo ano (SANTOS, 2011, p. 409).

O ECA, foi o primeiro instrumento legalizado para deliberar normas referentes aos direitos e deveres da criança e do adolescente no país. Historicamente, isto aconteceu a menos de três décadas, considerando que a legislação específica para

atender esse público é recente e a idade contemplada era até os 18 anos. Mesmo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente contribuiu para mudar a realidade desse grupo em relação aos seus direitos. A efetivação do ECA, entretanto, permitiu a ampliação da discussão sobre questões voltadas ao público juvenil, favorecendo o surgimento de outras instituições organizadas em prol da juventude – quanto a essa questão, uma das instituições organizadas para abordar assuntos referentes à juventude foi o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que é,

por sua vez, um órgão de caráter consultivo, criado no Brasil em fevereiro de 2005, que prevê a participação de 20 conselheiros representantes do poder público e 40 da sociedade civil. Seus principais objetivos são assessorar a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) para a formulação de diretrizes pelos governos, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil, e, sobretudo, contribuir para assegurar que a política nacional de juventude do governo federal seja conduzida por meio dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (CASTRO; ABRAMOVAY; LEON, 2007, p. 15).

O CONJUVE “[...] situa a juventude como um conjunto múltiplo que vive uma realidade no hoje, em um momento dado, e com necessidades próprias, além de ressaltar a figura do jovem como sujeito de direitos coletivos [...]” (CASTRO; ABRAMOVAY; LEON, 2007, p. 22). Como apresentado anteriormente, o CONJUVE não situa o jovem no futuro, mas no momento presente, preocupando-se em inseri-lo na realidade do agora e da existência das diversidades juvenis. Em relação às políticas públicas para a juventude, tal Conselho é a via de participação da sociedade civil para o acompanhamento dessas políticas. Um dos assuntos em pauta pelo CONJUVE foi a elaboração e aprovação do Estatuto da Juventude que, após quase dez anos de tramitação no Congresso, foi sancionado pela lei nº 12.852/2013, de 05 de agosto de 2013. O recente Estatuto da Juventude (EJUVE) visa, em essência, legitimar os direitos juvenis. Desse modo:

Ao dispor sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, o Estatuto torna a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos. Com o Estatuto, o Estado brasileiro reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população (BRASIL, 2013, p. 7).

O EJUVE e o ECA são os principais instrumentos legais para garantir os direitos dos jovens e adolescentes no país. O Estatuto da Juventude se aplica às pessoas até os 29 anos de idade, garantindo, ao todo, 11 direitos e a implementação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que tem por objetivo planejar, implementar, acompanhar e avaliar tudo o que está relacionado às políticas públicas de juventude.

É interessante considerar que antes da efetivação do Estatuto da Juventude como lei federal, já existia a discussão e a aplicação de políticas públicas voltadas aos jovens. No entanto, conforme Spósito e Carrano (2007), essas políticas eram elaboradas a partir de problemas sociais referentes aos jovens, considerando-os algo problemático e cujas propostas eram executadas como prevenção aos problemas de caráter juvenis. Os autores apontam também que os primeiros programas específicos aos jovens foram realizados no final da década de 1980, com foco na área da saúde. A intensificação das ações voltadas à juventude ocorreu a partir do ano de 1995, com a implantação de programas direcionados a diversas áreas.

Com a efetivação e realização de políticas, programas e ações voltados à juventude, esta categoria passou a conquistar espaço na sociedade brasileira, enquanto portadores de direitos, iniciando o processo de ruptura com o rótulo imposto aos jovens como um problema social. Porém, outra questão importante a ser observada e realizada pelas políticas públicas de juventude é atender aos jovens em suas diversidades. Nesse sentido, Carrano (2011, p.236) ressalta que “[...] a arena pública das políticas de juventude precisa ser possibilidade de explicitação das desigualdades que perduram e se multiplicam no Brasil e que incidem diretamente sobre os jovens social e economicamente mais desprotegidos [...]”. Assim, ao reconhecer que nem todos os jovens possuem as mesmas oportunidades, as políticas públicas de juventude deveriam agir como um instrumento em busca da minimização das desigualdades.

Em que pesem os referidos avanços democráticos e narrativos sobre os jovens no plano da sociedade civil e de governos, é preciso dizer que ainda perdura o abismo entre concepções e práticas, entre as demandas por direitos manifestas pelos jovens e as respostas na forma de políticas públicas efetivas. O diagnóstico que eu faço é de que as PPJ ainda não se constituíram em suportes suficientes para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo de juventude e, também, caminhar em

transições não tão acidentadas para autonomia na vida adulta (CARRANO, 2011, p. 238).

Como destacado por Carrano (2011), as políticas públicas para a juventude não são suficientes, por si só, para que os jovens vivam essa fase de forma digna e façam a transição de forma autônoma para a fase adulta. O autor explica, ainda, que não se deve atribuir às melhorias adquiridas pelos jovens de classes populares somente às políticas públicas de juventude, sendo necessário considerar também os efeitos econômicos ocasionados pelas políticas de transferência de renda implantadas no país nos últimos anos. Nesse sentido, Novaes (2011) enfatiza que as políticas públicas específicas para juventude emergiram quando o jovem se tornou uma questão social, especificamente, nos anos 1980.

Essa invenção da juventude como alvo específico de políticas públicas remete a esse momento histórico e, assim sendo, também revela a fragilidade de um modelo de desenvolvimento econômico e embates políticos presentes na sociedade. Foi nesse contexto em que se delineavam caminhos para enfrentar a crise que surgiam demandas de criação de 'organismos de juventude' com seus prós e contras (NOVAES, 2011, p. 344).

As políticas públicas de juventude podem ser classificadas em três categorias: as universais, que estão relacionadas à universalização de acessos que deveriam abranger a todos os cidadãos, inclusive os jovens; as atrativas, que são direcionadas a públicos definidos, não sendo necessariamente à juventude, mas que atraem um grande número de jovens por estarem ligadas a assuntos que interessam a essa parcela da população; e as específicas, que são destinadas, exclusivamente, à população de 15 a 29 anos, com características definidas para este público e com pretensão de serem inclusivas. As políticas públicas direcionadas para jovens precisam reconhecer as especificidades das condições juvenis, levando em consideração as desigualdades e diferenças existentes (NOVAES, 2011, p. 346-348).

A categoria juvenil nas últimas três décadas passou a conquistar o *status* de portadores de direitos e um dos instrumentos que possibilitou isto foi a concretização de leis e políticas direcionadas especificamente para esse público. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013), os direitos dessa categoria se tornaram lei, mas as políticas públicas de juventude também contribuíram para as iniciativas e conquistas voltadas à juventude. Mesmo

com leis e políticas públicas específicas para a juventude, é necessário ponderar alguns pontos, como os debatidos por Carrano (2011) e Novaes (2011), sobre o fato de que as políticas públicas para juventude estão associadas a outras políticas e programas direcionados à população, o que influencia, diretamente, nos resultados obtidos. Outro ponto significativo discutido pelos autores reside em considerar as diversidades existentes entre os jovens, quando se pensa na elaboração de políticas públicas para eles, avaliando que cada um vive uma realidade peculiar, o que pode ocasionar em resultados diferentes na aplicação de uma mesma política.

3.2 DIREITO À PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Um dos direitos assegurados no Estatuto da Juventude é a participação social e política. Considerando a existência de uma grande discussão em relação à definição de participação e as suas modalidades, optou-se, neste trabalho, por considerar a participação como sendo direta e representativa. A consolidação da democracia permitiu que a participação pudesse ser incluída na arena política da sociedade, o que, por muito tempo, foi privado para a maioria dos cidadãos, tornando-se um mecanismo para que esses fossem ouvidos e que suas opiniões pudessem ser expostas. No EJUVE, a seção II – Art. 3º defende que:

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: I - desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações; II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios (BRASIL, 2013, p. 11-12).

É necessário, pois, a promoção de políticas, programas e ações que incentivem e ampliem a participação juvenil e também promovam a participação ativa nos espaços decisórios. O EJUVE, como ferramenta de direito, permite que os jovens tenham uma participação ativa e que possam ser ouvidos – o que requer políticas públicas desenvolvidas para a juventude que existam, de fato, e sejam funcionais. Observa-se que, quando o Estatuto da Juventude foi sancionado como lei, em 2013, já existiam ações voltadas para a participação da juventude. Como apontado por Novaes (2011), foi criada a Política Nacional de Juventude no ano de 2005, que incluía a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); e o Programa Nacional

de Inclusão de Jovens (ProJovem), que buscava articulação da Secretaria Nacional da Juventude com ministérios, secretarias e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

Apesar de existirem meios que possibilitam a participação política dos jovens, pode-se questionar se, de fato, todos têm acesso a esses meios e se realmente a participação é efetiva e viável. Consta-se que a proposta da Política Nacional da Juventude (2005), por meio das instituições, programas e políticas públicas para juventude, visava incentivar a participação e dar voz aos jovens. Castro (2011) traz alguns questionamentos em relação a essa discussão, explicando que os jovens como sujeitos políticos, quando permitidos, falam de injustiças e situações de opressão sofridas por eles e que acontecem com outras pessoas, mesmo que não seja com igual intensidade, despertando a busca pela igualdade e justiça.

Antes dos jovens serem reconhecidos como portadores de direitos, eles não tinham oportunidade de participar. A esse respeito, Castro (2011, p. 305) pondera que os jovens eram vistos como subordinados ao poder parental e governamental, para os quais “[...] o lugar social dos jovens ficou restrito ao âmbito do privado, e, conseqüentemente, suas ações ficaram desautorizadas de qualquer alcance coletivo e público que pudesse colaborar para reformar a ordem social [...]”. Desse modo, e por todos esses motivos, a voz dos jovens, por um longo período, foi silenciada, e quando alguns se manifestavam não obtinham êxito.

A incidência de políticas públicas sobre demandas históricas da juventude é um desafio, ao mesmo tempo, teórico e prático. Significa reconhecer que houve avanços políticos que retiraram sujeitos e demandas do gueto de marginalidade e os colocaram no centro da estrutura política brasileira. No entanto, esse processo é complexo e está sujeito a muitas dificuldades, que não se resolvem simplesmente através da maior participação. Sabemos que o investimento nos jovens ainda está muito aquém do que é preciso e há problemas graves na concepção e implantação de muitas políticas públicas para a juventude, que sofrem, principalmente, de falta de integração e de descontinuidade (BRASIL, 2014, p. 97).

Como apontado pela Secretaria Nacional de Juventude (ABRAMO, 2014), as políticas públicas de juventude foram um passo importante para a abertura da participação dos jovens, embora este processo ainda seja complexo e encontre diversas dificuldades que não serão resolvidas somente pela participação. É necessário que sejam realizados “[...] novos modelos de política participativa, distanciando a juventude de instituições que parecem funcionar com lógicas distintas

no que tange ao reconhecimento dos jovens como sujeitos [...]” (BRASIL, 2014, p. 99). Apesar do desenvolvimento da participação juvenil, como proposto pela Política Nacional de Juventude e como direito adquirido com o Estatuto da Juventude (2013), esse é um dos pontos acerca do qual ainda é preciso realizar considerações e intervenções para sua melhoria.

O tema relacionado à participação juvenil é suscetível a diversas discussões e considerado um grande campo de pesquisa, pois a diversidade encontrada entre os jovens leva a questionar se todos eles têm percepções semelhantes a diversas questões, entre elas a política. Nesse ponto, evidencia-se uma das questões norteadoras da presente pesquisa, que pretende analisar a socialização política dos jovens de faixa etária entre 16-19 anos, estudantes do ensino médio nos colégios públicos e privados no município de Toledo/PR. Especificamente, busca-se construir essa análise no período eleitoral, visando à vinculação do público juvenil à discussão aqui apresentada conceitualmente acerca da socialização política. Para tanto, faz-se necessário retratar, de forma geral, o perfil dos jovens em questão, exercício apresentado no tópico a seguir.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR E O PERFIL DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

O município de Toledo² está localizado no oeste do estado do Paraná. Inicialmente, pertencia ao município de Foz de Iguaçu, desmembrando-se deste município e tendo a sua emancipação político-administrativa no dia 14 de novembro de 1951. No entanto, apenas no dia 14 de dezembro de 1952 Toledo foi oficialmente levado à condição de município e, atualmente, conta com dez distritos. Durante o processo de colonização, fizeram-se presentes sujeitos de origem alemã, italiana, gaúcha, indígena, paraguaia e argentina.

No ano de 2015, a população do município era de 132.077 habitantes – o crescimento urbano aumentou nas últimas décadas. A economia do município é marcada pelo agronegócio e a diversificação no setor agropecuário. Toledo se desenvolveu na área industrial, nos setores farmacêutico, metal-mecânico, têxtil, entre outros. A Câmara de Vereadores do Município, na legislatura de 2017-2020, é composta por 19 vereadores, sendo 16 homens e 03 mulheres.

² Os dados sobre Toledo foram obtidos no site oficial do município.

O Município também se destaca por ser um polo universitário, contando com as instituições: UNIOESTE, UNIPAR, PUC, UTFPR, FAG e UFPR, e unidades de ensino a distância da CESUMAR, UNOPAR, UNIP e UNINTER. Em relação à educação, segundo os dados do município, Toledo conta com 27 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 36 escolas municipais de educação infantil, que englobam o ensino pré-escolar e o fundamental, séries iniciais (1º ao 5º ano). De acordo com os dados do IBGE (2015), há, no município, 8 escolas de ensino pré-escolar privadas; 26 escolas de ensino fundamental públicas estaduais; 4 escolas de ensino fundamental privadas; 17 escolas de ensino médio públicas estaduais; e 5 escolas de ensino médio privadas.

No município, a Secretaria Municipal da Juventude existe desde o ano de 2011, por meio da lei nº 2.065, de 26 de agosto de 2011. O Conselho Municipal da Juventude foi criado em 2001 e foi reestruturado no ano de 2015. O município conta com dois Centros da Juventude, localizados no Jardim Europa e no Jardim Coopagro, ambos inaugurados no ano 2012. O Centro da Juventude é um espaço que proporciona, aos jovens, atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional. Desenvolve-se, ainda, em Toledo, o Programa Estação Juventude, implementado no ano de 2013, por meio de um convênio Federal com a Secretaria Nacional de Juventude, em que são desenvolvidas as seguintes ações: Cine Estação; Oficina de Inclusão Digital; Festival da Cultura Jovem; Cursos de Formação; Curso Pré-Vestibular “Jovens na Universidade”; e Central de Informações.

Outro programa existente no município é o PROJOVEM Adolescente, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Proteção à Família (SMAS), por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O programa incentiva atividades de cidadania, educação, esporte, cultura, lazer, além de cursos profissionalizantes gratuitos. Há, também, o Projeto Florir Toledo, que é um programa de assistência social e de fortalecimento de vínculos comunitário e familiar. Coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o programa capacita profissionalmente os participantes – adolescentes de 13 a 17 anos –, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, com ações ativas para a proteção do meio ambiente, incentivando o protagonismo juvenil e fomentando o desenvolvimento social e econômico. Os programas citados visam ao atendimento aos adolescentes e jovens do município de Toledo/PR.

O conceito de juventude, como já discutido neste trabalho, possui diversas definições, sendo uma delas a faixa etária, que, no Brasil, conforme estabelecido pelo Estatuto da Juventude, inclui jovens de 15 a 29 anos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, divulgou dados apontando a existência de uma quantidade de 51,3 milhões de jovens no país, o que representa 26% da população brasileira. Desta parcela, 84,8% vive nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra, ainda, que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos já trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente. Em relação à escolaridade dos jovens, 16,2% chegaram ao ensino superior, 46,3% concluíram o ensino médio e 35,9% têm o ensino fundamental.

De acordo com o Censo (IBGE), realizado no ano de 2010, no município de Toledo, a quantidade de jovens com faixa etária entre 15-29 anos era de 33.088, sendo 16.556 homens e 16.532 mulheres. A quantidade de jovens com idade entre 15-19 anos era de 5.415 homens e 5.435 mulheres; de 20-24 anos, 5.788 homens e 5.704 mulheres; e com 25-29 anos, 5.353 homens e 5.393 mulheres.

Os dados utilizados sobre os alunos matriculados no município foram os disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio dos Microdados do Censo Escolar de 2015. Conforme divulgado pelo INEP, em 2015 estavam matriculados nos colégios públicos e privados, que ofertam a modalidade de ensino médio, um total de 4.617 alunos, sendo que, destes, 2.347 eram do sexo masculino e 2.270 do sexo feminino.

A faixa etária dos alunos matriculados era de 14 a 42 anos de idade, sendo que o maior número de alunos se concentrava na faixa etária de 16 e 17 anos de idade. Dos 4.617 alunos, 3.655 estavam matriculados em colégios públicos de nível estadual e 962, em colégios privados. Sobre a cor, raça e etnia declarada, 416 participantes não declararam; 3.028 apontaram cor branca; 65, cor preta; 1.085, cor parda; 19, cor amarela; e 4, indígena. Sobre a zona residencial, 3.934 afirmaram que moravam na área urbana e 683 na área rural.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “Art. 4º, O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...]” (BRASIL, 1996, s.p). Neste caso, para a realização da pesquisa, estipulou-se que o objeto de estudo seria os jovens com faixa etária de 16-19 anos que fossem estudantes do ensino médio, partindo do

pressuposto de que a escola é o lugar onde se concentra um número representativo com jovens nessa faixa etária, mesmo considerando que muitos pertencentes a esse recorte etário podem já ter concluído o ensino médio, não ter efetivado matrícula, ou não estar estudando. Dentro da faixa etária dos jovens selecionados para a pesquisa, os que tinham 16 e 17 anos de idade possuíam o direito, mas não a obrigatoriedade de ter aderido ao título eleitoral, e os jovens que tinham 18 e 19 anos de idade tinham a obrigatoriedade estipulada por lei de aderir ao título.

4 A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR

4.1 METODOLOGIA

Este tópico tem por objetivo especificar a metodologia utilizada na realização desta pesquisa, que se fundamentou em analisar a socialização política dos jovens estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR. A primeira etapa foi de caráter bibliográfico, em que se realizou uma pesquisa e um aprofundamento em temas como democracia, cultura, socialização política e juventude. Foram analisadas, também, pesquisas semelhantes já realizadas no país. Esta etapa auxiliou na contextualização do tema em questão, embasou a pesquisa empírica de caráter quantitativo, orientou a construção dos questionários que foram aplicados de acordo com a técnica de *survey* amostral.

De acordo com Babbie (1999), a metodologia de *survey* é embasada em três objetivos: descrição, explicação e exploração. Conforme o autor “*Surveys* são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isso é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos.” (BABBIE, 1999, p. 96). A pesquisa em questão se utilizou da técnica de *survey* amostral, que consiste em verificar as opiniões de uma amostra selecionada de uma população maior.

O objeto de estudo desta pesquisa são os jovens com faixa etária entre 16 e 19 anos de idade estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR. O total de jovens estudantes matriculados em escolas públicas e privadas que possuíam esse perfil, de acordo com dados do Censo Escolar de 2015, era de 3.794. Como apontado por Babbie (1999, p. 119), “[...] uma amostra de indivíduos de uma população deve conter essencialmente a mesma variação existente na população, para permitir descrições uteis dela [...]”. O método utilizado para a seleção dos jovens entrevistados para esta pesquisa foi a amostragem probabilística. “Um princípio básico da amostragem probabilística é: uma amostra será representativa da população da qual foi selecionada se todos os membros da população tiverem oportunidade igual de serem selecionados para a amostra.” (BABBIE, 1999, p.120).

Os questionários foram aplicados em quinze colégios do município, sendo doze da rede pública e três da rede privada, localizados em regiões diferentes e um

deles no interior. Em relação ao/à ano/série, foram englobados estudantes do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio dos turnos matutino, vespertino e noturno.

A amostra selecionada para pesquisa foi de n=420 estudantes. Com esta configuração permite estimar informações com uma margem de erro de 5% para mais e para menos num nível de confiança de 95%. A técnica utilizada para a escolha dos jovens com a faixa etária condizente a pesquisa, que responderiam ao questionário foi a amostra sistemática de início aleatório.

Na amostragem sistemática cada K elemento na lista total [...] é escolhido para a inclusão na amostra. Se a lista tem 10.000 elementos, e você quer uma amostra de 1000 elementos, seleciona cada décimo elemento para a amostra. Para garantia contra algum viés humano possível ao utilizar esse método, você seleciona o primeiro elemento aleatoriamente. [...] Refere-se tecnicamente a este procedimento como uma 'amostra sistemática de início aleatório' (BABBIE, 1999, p. 135).

Para realizar a aplicação dos questionários nas escolas públicas, foi necessária a autorização da Secretaria Estadual da Educação do Paraná, que ocorreu via Núcleo Regional da Educação de Toledo, para o qual foi encaminhado o projeto de pesquisa. A referida instituição repassou o projeto de pesquisa para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, que respondeu com o parecer favorável à realização da pesquisa, dando, então, condições para que a pesquisa prosseguisse. Posteriormente, houve uma conversa com a direção e equipe pedagógica das escolas participantes, para viabilizar a aplicação dos questionários, que ocorreu de acordo com a possibilidade de horários, turnos e turmas, respeitando as especificidades de cada colégio. Nas escolas privadas, foi realizada, previamente, uma conversa com a direção e equipe pedagógica, para verificar a disponibilidade da realização da pesquisa no estabelecimento de ensino.

A pesquisa foi realizada no ano de 2016, entre os meses de novembro e dezembro. Optou-se por esse período específico por ser posterior às eleições de âmbito municipal, que ocorreram no mês de outubro do mesmo ano, considerando que algumas perguntas do questionário eram pertinentes às eleições. No ano de 2016, cinco escolas da rede privada ofertavam o ensino médio, porém uma delas não permitiu a aplicação dos questionários e outra só ofertava o primeiro ano do ensino médio e a faixa etária dos alunos matriculados não condiziam com a faixa

etária recortada para a aplicação dos questionários. Sendo assim, foi possível a aplicação do questionário em três escolas da rede privada do município.

Na rede pública, no ano de 2016, a modalidade de ensino médio era ofertada por dezoito escolas, sendo que a aplicação do questionário foi realizada em doze escolas. Em cinco escolas não foi realizada aplicação dos questionários pelos seguintes motivos: em duas, somente o ensino médio na modalidade de educação de jovens adultos era ofertado e os alunos estavam fora da faixa etária do recorte da pesquisa; uma ficava no interior do município e, como era próxima a outra escola localizada no interior do município que ofertava o ensino médio, optou-se por aplicar os questionários somente em uma delas; nas outras duas, localizadas na área urbana do município, não foi realizada a aplicação dos questionários pois havia um número reduzido de alunos matriculados no ensino médio que condiziam com a faixa etária proposta da pesquisa, sendo o questionário, então, aplicado em outras escolas próximas a estas. O quadro abaixo apresenta os colégios e a sua localização:

Quadro 01 - Colégios que foram aplicados os questionários

Colégios Públicos	
Colégio	Localização
CE Antônio José Reis	Jardim Belo Horizonte
CE Sen. Atílio Fontana	Vila Pioneira
CE Ayrton Senna da Silva	São Francisco
CE Pres. Castelo Branco	Jardim La Salle
CE Dario Vellozo	Centro
CE Jardim Europa	Santa Clara IV
CE Jardim Gisele	Jardim Gisele
CE Jardim Maracanã	Jardim Maracanã
CE Jardim Porto Alegre	Jardim Porto Alegre
CE João Arnaldo Ritt	Distrito de Vila Nova
CE Luiz Augusto Morais Rego	Centro
CE Novo Horizonte	Jardim Coopagro
Colégios Privados	
Colégio	Localização
Colégio FUNET	Jardim La Salle
Colégio La Salle	Jardim La Salle
Colégio SESI – Paraná	Vila Industrial

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A divisão de quantos questionários seriam aplicados por colégio foi feita conforme o número de alunos matriculados na modalidade ensino médio, com a faixa etária entre 16 a 19 anos. Realizou-se, então, um cálculo de quantos

questionários seriam aplicados em cada colégio. Para a aplicação dos questionários, primeiramente, ao entrar no colégio ou sala de aula, identificava-se os alunos com a faixa etária referente à pesquisa e, em seguida, distribuía-se os questionários de maneira aleatória para serem respondidos.

Ressalta-se que a construção de um questionário para ser aplicado em uma pesquisa precisa ser realizado de maneira cautelosa. Conforme Babbie (1999, p. 213), “[...] apesar do cuidado ao construir questionários, raramente é possível chegar a uma única pergunta que represente adequadamente uma variável complexa [...]”. Portanto, constrói-se medidas compostas de variáveis que são denominadas escalas e índices que “[...] combinam vários itens de questionário, evitando assim os vieses inerentes aos itens únicos.” (BABBIE, 1999, p. 213).

Na elaboração das perguntas do questionário, é importante observar se eles não influenciarão a resposta do entrevistado, da mesma forma é importante que o entrevistador também mantenha uma postura neutra para não influenciá-lo. Antes de aplicar o questionário, é fundamental testá-lo, observando se as perguntas estão elaboradas de maneira que a interpretação fique clara. Devido à heterogeneidade dos entrevistados, em algumas pesquisas, é essencial dar atenção aos termos utilizados nas perguntas, analisando se estes não estão complexos, de modo que confundam a interpretação. As perguntas e alternativas das respostas precisam ser elaboradas de maneira clara e neutra.

O questionário quantitativo é composto de 31 questões, 11 delas relacionadas ao perfil socioeconômico do jovem, como colégio, série e turno que estudava, data de nascimento, idade, sexo, cor, bairro de residência, situação familiar, situação profissional e renda familiar. As outras 20 questões eram relacionadas a assuntos sobre política, buscando levantar dados, como: se o jovem possuía título de eleitor, se fez o título eleitoral antes de completar 18 anos e se confiava no resultado das urnas eletrônicas, além de dados sobre filiação em partidos políticos, votação nas eleições de 2014 e 2016 e o motivo de ter votado ou não e se conhecia algum vereador do município. Sete questões estavam relacionadas a conhecimentos gerais sobre política, no âmbito nacional, estadual e federal, tendo como objetivo verificar se os jovens acompanhavam essas informações.

A metodologia utilizada neste conjunto de perguntas foi testar um conhecimento empírico específico sobre um tema e afirmar se o entrevistado

acertou ou não, testando, assim, se o conhecimento de determinado assunto é real por parte do entrevistado. Outra questão procurou levantar informações acerca do meio de comunicação que o jovem utilizava e duas questões abordaram a frequência com que se dedicavam ao acompanhamento das questões políticas e a conversas sobre assuntos políticos. Por fim, havia uma questão sobre eventos e atividades de que o jovem havia participado no ano de 2016. O software utilizado para a organização e análise dos dados foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – Versão 22.0. O método utilizado para a elaboração dos questionários e análise dos resultados foi o método da socialização política.

De um modo sintético, pode-se dizer que o método da socialização política consiste em investigar a formação de orientações e atitudes políticas em indivíduos e grupos através da análise de manifestações exteriores (opiniões, ações, votos...), coletadas por meio de técnicas quantitativas e qualitativas, interpretando os resultados obtidos à luz do contexto sociocultural (incluindo a esfera econômica, política e histórica) e do desenvolvimento psicológico-cognitivo (esfera individual) (SCHMIDT, 2000, p. 202).

O método da socialização política, como exposto por Schmidt (2000), consiste na investigação da formação das atitudes e orientações políticas. Nesta pesquisa, isto foi investigado por meio da aplicação dos questionários, que teve como objetivo constatar a temática da socialização política entre os jovens cuja faixa etária, por lei, pode fazer o título de eleitor. A escolha desse público de estudantes do ensino médio foi estratégica, pois nas escolas é possível encontrar um número considerável de jovens com idade entre 16 e 19 anos.

4.2 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA

Esta seção tem por objetivo analisar os dados quantitativos provenientes dos questionários aplicados aos estudantes do ensino médio dos colégios públicos e privados do município de Toledo/PR, com faixa etária entre 16 e 19 anos de idade. O total de questionários aplicados foi de 420, divididos entre 15 colégios: 12 pertencentes à rede pública de ensino e 03 colégios privados.

Nos estudos sobre socialização política, um dos vieses considerados é a participação do indivíduo em atividades relacionadas à política. A socialização política está inerte ao indivíduo desde o seu nascimento. Como exposto nas seções

anteriores, o indivíduo forma a sua socialização política a partir das agências socializadoras que são: a família, a escola, as relações de trabalho, os grupos de afinidades, entre outros.

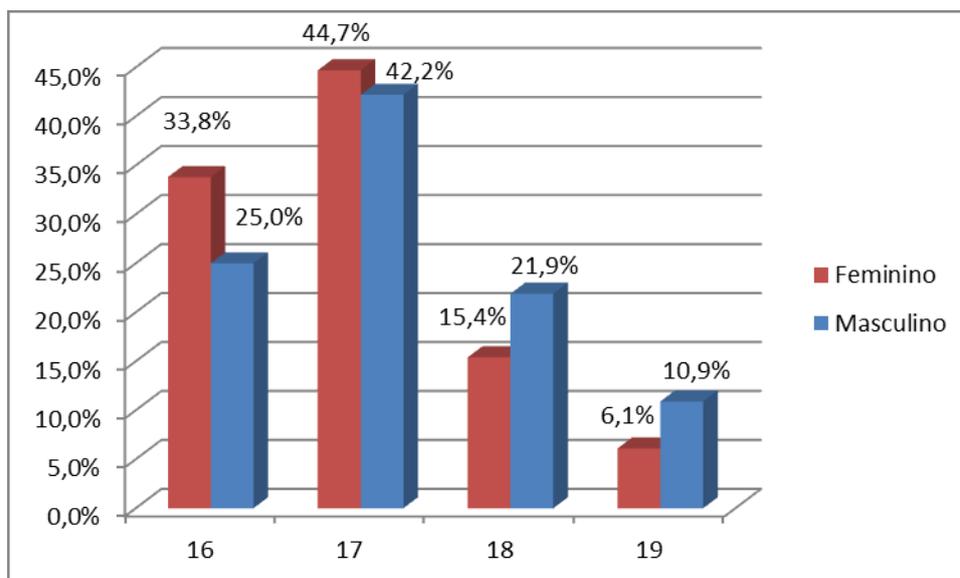
Dentre tantas possibilidades de estudos sobre socialização política, uma das linhas está direcionada à socialização política dos jovens. Conforme Castro (2009, p. 480), “[...] o conceito de ‘socialização política’ indica num primeiro plano, o processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política [...]”. Nesta pesquisa, pretendeu-se analisar a socialização política dos jovens com faixa etária de 16 a 19 anos de idade, estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR, observando se o fato de o jovem possuir ou não o título de eleitor o influenciaria a se interessar, acompanhar e participar de eventos e atividades políticas.

Foram analisados vários fatores da socialização política, com as variáveis obtidas na pesquisa, com a intenção de verificar quais destas se destacam quando comparadas a pesquisas já realizadas e a literatura existente.

4.3 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS

4.3.1 Socialização Política e Sexo

Neste primeiro momento, foi analisado o perfil socioeconômico dos estudantes entrevistados. De acordo com o Censo Escolar (BRASIL, 2015), o número total de estudantes matriculados no ensino médio no Brasil, no ano de 2015, era de 8.076.150; no estado do Paraná, 474.267; e, no município de Toledo, 5.457. No entanto, o número de alunos matriculados no município de Toledo com idade entre 16 a 19 anos era de 3.794, sendo 1.908 do sexo masculino e 1.886 do sexo feminino. Em relação aos 420 entrevistados, 228 (54,3%) eram do sexo feminino e 192 (45,7%) do sexo masculino. O Gráfico 01, a seguir, mostra a porcentagem do sexo dos estudantes com relação à idade.

Gráfico 01 - Cruzamento idade X sexo dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota-se, pois, que, na faixa etária de 16 e 17 anos, a porcentagem maior é do sexo feminino e, na faixa etária dos 18 e 19 anos, ocorre o contrário, sendo o número maior do sexo masculino. Deste montante, a maioria dos entrevistados tinha entre 16 e 17 anos de idade. Com o objetivo de identificar se o sexo é um indicador em relação à socialização política, um dos pontos que passaram a orientar a pesquisa visava analisar o sexo dos jovens atrelado ao fato de ter feito o título de eleitor, conforme Tabela 01:

Tabela 01 - Cruzamento sexo X título eleitoral.

Sexo	Título de Eleitor		Total
	Sim	Não	
Feminino	47,8%	59,3%	54,3%
Masculino	52,2%	40,7%	45,7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Apesar do número de entrevistados ser de maioria feminina, percebe-se que uma porcentagem maior de meninos fez o título eleitoral: dos 184 jovens que tinham o título de eleitor, 52,2% eram do sexo masculino e 47,8% do sexo feminino. Quanto a ter feito o título eleitoral antes de completar 18 anos, o resultado aponta 35,5% do sexo feminino e 41,7% do sexo masculino. No quesito comparecimento às urnas,

nas eleições do ano de 2014, apesar de um número menor dos entrevistados ter idade para votar, o percentual maior de votantes foi do sexo masculino, com 4,2%, e do sexo feminino, com 3,9%. No ano de 2016, o percentual maior de votantes também foi do sexo masculino, com 42,2%, sendo que do feminino foi de 34,2%. Percebe-se, assim, que o índice de mulheres que votaram é menor do que o de homens. Na história eleitoral do Brasil, sabe-se que, por muito tempo, as mulheres não tinham direito ao voto. O direito eleitoral às mulheres ocorreu no ano de 1932, por meio do Decreto nº 21.076.

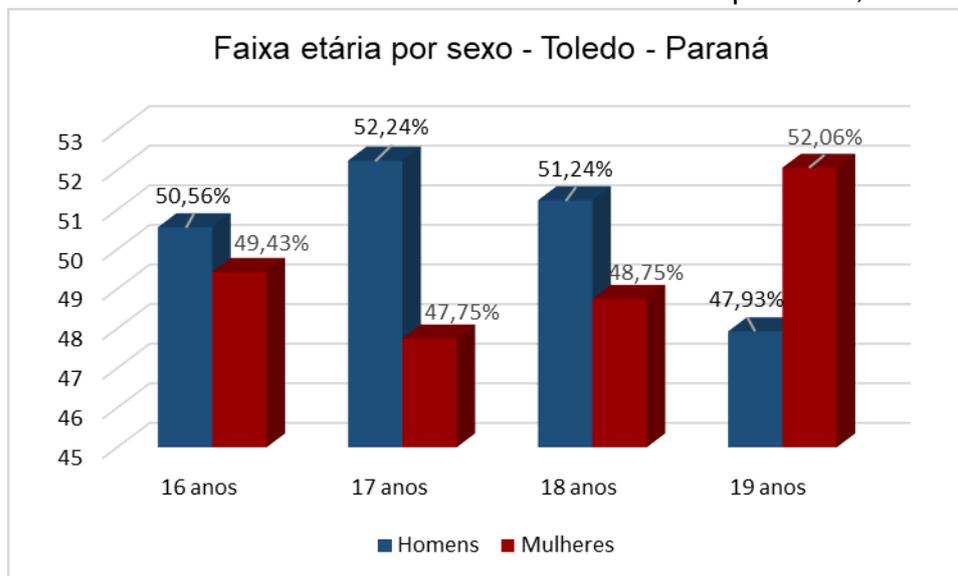
O dia 24 de fevereiro foi um marco na história da mulher brasileira. No código eleitoral Provisório (Decreto 21.076), de 24 de fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, o voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República, foi ainda aprovado parcialmente por permitir somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres (BARANOV, 2014, s.p).

A conquista da participação das mulheres na política é algo que aconteceu no século XX, e o movimento feminista foi um dos principais articuladores para estas conquistas. “As raízes históricas do problema da hierarquia sexual na sociedade abrangem a cidadania seletiva que privou as mulheres dos direitos civis e políticos [...]”. (ÁLVARES, 2011, p. 58). No entanto, desde as conquistas do sufrágio universal e a partir da Constituição Brasileira de 1988, as mulheres passaram a ter o mesmo direito e obrigatoriedade que os homens nas questões eleitorais.

Nesse estudo de socialização política, foi observado, também, se os entrevistados, do sexo masculino, possuíam maior índice de participação nas questões políticas do que o sexo feminino e se isto poderia influenciar nos resultados que foram apresentados acima, em que os meninos apresentaram maior participação nas eleições e também na adesão ao título eleitoral. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016), em relação a adesão do título eleitor por faixa etária no município de Toledo/PR, observa-se que na faixa etária 16-18, o número de meninos que fizeram o título era maior, ao passo que as meninas apresentaram um número maior de adesão ao título eleitoral na faixa etária dos 19

anos, quando já estava em vigor a obrigatoriedade do documento, conforme o Gráfico 02:

Gráfico 02 - Adesão ao título eleitoral: faixa etária por sexo, município de Toledo/PR



Fonte: Adaptado de TSE, 2016.

Nos dados obtidos na pesquisa com os jovens estudantes do município, observa-se que os meninos tinham um número maior de filiação em partidos políticos, já no quesito “conhecer algum vereador do município”, as meninas apresentaram uma porcentagem maior. Os meninos acompanharam mais as ações dos políticos, mas no item “acompanhar o que acontece na política pelos meios de comunicação”, o percentual de participação foi maior entre as meninas. Os meninos buscaram com mais frequência informações sobre os políticos e sobre questões políticas e o mesmo é válido quanto a conversar com as pessoas sobre assuntos políticos.

Em relação a conversas com as pessoas sobre política, nota-se que as meninas conversavam mais frequentemente com os colegas de escola, com os familiares, com os pais e com os professores, ao passo que os meninos conversavam mais regularmente sobre política com os amigos e listas de contato das redes sociais. Assim, as meninas demonstraram que conversam mais e com diferentes círculos sociais sobre assuntos que envolvem política.

Outra análise foi relacionada a quais os eventos e atividades que os entrevistados participaram no ano de 2016. Constatou-se que a participação em

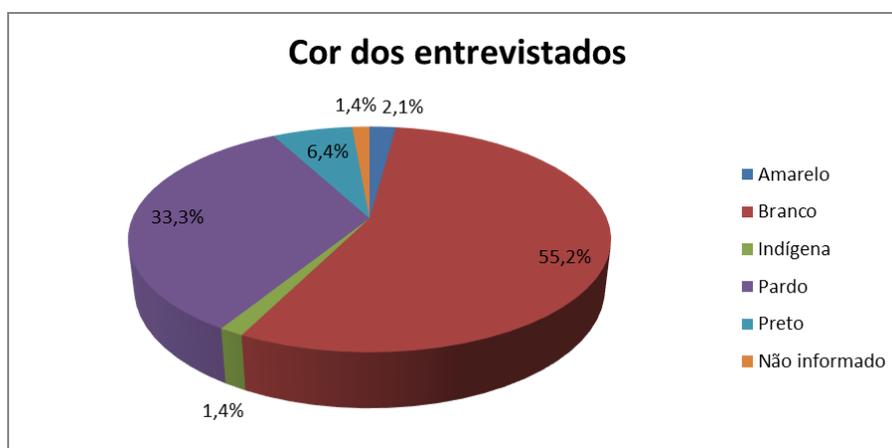
eventos e atividades foi semelhante para ambos os sexos, sendo que os meninos apresentaram maior participação em seis eventos e atividades como abaixo-assinados, associações comunitárias e de moradores, Conselho Escolar, Conselho Municipal da Juventude, orçamento participativo e sindicatos; já as meninas apresentaram maior participação em sete eventos e atividades, destacando-se atividades religiosas, grêmio estudantil, manifestações, protestos e passeatas, ocupações de escola, Organizações Não Governamentais, partidos políticos e reuniões políticas.

Nota-se, assim, que existe similaridade na socialização política entre os jovens entrevistados, mas algumas atividades foram realizadas mais frequentemente por um determinado sexo. Apesar de as meninas conversarem com um círculo social mais amplo sobre questões políticas e terem uma participação maior em eventos e atividades relacionadas à política, a adesão ao título eleitoral e a participação no processo eleitoral por meio do voto somente ocorreu a partir da obrigatoriedade, ou seja, a partir dos 18 anos de idade.

4.3.2 Socialização Política e Cor

Outro fator analisado foi a cor dos estudantes entrevistados e a relação à socialização política. Dos 420 estudantes, por meio de autodeclaração, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 03 - Cor dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A predominância da cor branca, seguida pela cor parda, pode estar atrelada à colonização do município de Toledo. Na região Oeste do Paraná, houve uma presença marcante de imigrantes de origem europeia. De acordo com Priori et al. (2012, p. 76), “[...] na década de 1920, houve uma entrada significativa de imigrantes alemães e italianos, que se dirigiam principalmente para o Oeste paranaense e se estabeleceram em pequenas propriedades familiares rurais [...]”. Devido à extração e exportação da madeira, várias companhias colonizadoras se instalaram na região. No município, a companhia madeireira que se fixou foi a Colonizadora Maripá, que, após adquirir recursos, iniciou os investimentos para a ocupação e colonização da região.

A Maripá fixou sede em Toledo e tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores na região. Privilegiou a venda das terras em pequenas propriedades [...] Os compradores eram selecionados rigorosamente. Chama a atenção que a venda desses lotes era feita de preferência para gaúchos e catarinenses, em sua maioria com descendência alemã ou italiana (PRIORI et al., 2012, p. 83).

No entanto, durante a colonização do município, foi anulada a participação dos indivíduos que residiam na região, que era constituída de mata nativa e habitada pelos índios Kaingang e Guarani. Também residiam na região paraguaios e argentinos que trabalhavam para companhias colonizadoras estrangeiras na exploração da madeira e da erva mate. Esses sujeitos foram utilizados como mão de obra pela Colonizadora Maripá, mas foram deixados de fora do projeto colonizador. Os índios foram expropriados de seus territórios e confinados em limitadas áreas indígenas e muitas famílias de posseiros foram retiradas de suas terras de maneira violenta e agressiva (AMORIM, 2010).

Na construção da região do Oeste do Paraná, os colonizadores se destacam, em boa parte da historiografia local, como os principais pioneiros e desbravadores da região, esquecendo-se dos índios, dos paraguaios e dos argentinos, que já habitavam a região. Devido à exclusão do grupo de pessoas já existentes na região e a imigração de povos de origem europeia, principalmente a germânica e a italiana, esclarece-se o porquê da grande porcentagem dos jovens entrevistados serem de cor branca e parda.

Considerados o fato de possuir título de eleitor e a questão da cor, nota-se que 55,6% dos negros tinham o título de eleitor; seguidos pelos pardos, com 45,7%;

os brancos, com 41,4%; os amarelos com 33,3%; e os indígenas 33,3%, conforme apresenta a Tabela 02:

Tabela 02 - Cruzamento cor X título eleitoral

Título de Eleitor	Cor						Total
	Amarelo	Branco	Indígena	Pardo	Preto	NI	
Não	6 66,70%	136 58,60%	4 66,70%	76 54,30%	12 44,40%	2 33,30%	236 56,20%
Sim	3 33,30%	96 41,40%	2 33,30%	64 45,70%	15 55,60%	4 66,70%	184 43,80%
Total	9 100,00%	232 100,00%	6 100,00%	140 100,00%	27 100,00%	6 100,00%	420 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Além da maior porcentagem de adesão ao título eleitoral se efetivar pelos jovens que se declararam negros, a participação no processo eleitoral de 2016, no município de Toledo/PR, também foi maior por estes jovens, 48,1% deles votaram nas eleições de 2016 e dos jovens que se declararam brancos, 35,3% o fizeram. Em pesquisa realizada por Elkins (2002), em que o autor analisa o efeito do voto obrigatório no Brasil, um dos itens considerados é a raça. O referido estudo demonstra que esta questão começou a ser registrada no Censo Brasileiro a partir de 1950. “Foi apenas na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) de 1976 que o governo apresentou os dados de raça nos indicadores sociais, assim como educação e renda [...]” (ELKINS, 2002, p. 120). No Brasil é permitido utilizar a autodeclaração, por meio da qual o indivíduo declara a sua cor ou raça. Em relação à raça e participação política no Brasil, Elkins (2002, p. 121-122) aponta que:

Entretanto, os dados indicam que raça não exerce um papel significativo na participação política no Brasil. As taxas de comparecimento para as três maiores categorias (negro, mulato e branco) são muito equivalentes. Negros, mulatos e brancos são igualmente participativos (ou não - participativos, como eram). [...] Há algo especial nas eleições brasileiras. Uma explicação é que o voto obrigatório serviu de algum modo para criar normas e hábitos de votar – normas e hábitos que não conseguiram se desenvolver em outras formas de participação. [...] Raça tem aqui muitas nuances e é uma influência significativamente menos polarizadora no Brasil do que em qualquer parte. Discriminação racial e marginalização certamente existem, e têm efeito sobre comportamento político. Entretanto, é provável que a desigualdade racial seja mais significativa em outras arenas da sociedade brasileira do que na arena da participação eleitoral.

De acordo com o autor, na categoria raça, a participação política eleitoral ocorre de maneira semelhante no Brasil. A obrigatoriedade do voto influencia na participação eleitoral, pois todos os brasileiros, com idade entre 18 a 70 anos, são obrigados a votar, indiferentemente da cor. Porém, o autor não descarta a existência da desigualdade racial em outras arenas de participação política.

Com o objetivo de minimizar a desigualdade racial, foram criados alguns órgãos e programas no Brasil. De acordo com Ribeiro (2009), em âmbito federal existe o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura e a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), ambos criados em 1988. No ano de 1996, Zumbi dos Palmares foi reconhecido como Herói Nacional e foram criados o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação (GTEDEO).

Conforme Ribeiro (2009), as políticas de promoção de igualdade racial se intensificaram a partir de 2003 com o Governo Lula. No ano de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tendo como objetivo articular e coordenar políticas para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial. Em 20 de novembro de 2003, foram publicados os decretos referentes à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e à Regularização para as Comunidades Quilombolas. E o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado por meio da lei nº 12.288, de julho de 2010.

Na área da educação, desponta-se a lei nº 11.645/08, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas das redes públicas e privadas no ensino fundamental e médio. O sistema de cotas raciais para o ingresso no ensino superior também foi importante para o combate à desigualdade racial. Esse sistema de cotas raciais no Brasil teve início em 2003. A lei nº 12.711/12, de cotas sociais, foi sancionada em 29 de agosto de 2012, garantindo 50% das matrículas nas universidades e institutos federais para alunos oriundos do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

A inserção de ativistas com conteúdos feminista e antirracista nas esferas governamentais e de decisão possibilita uma imediata mudança de discussão e visão política, favorecendo agendas determinantes para a

promoção dessas populações excluídas. Propicia uma proximidade e otimização de interlocução e resolução dos pleitos por meio de revisão e/ou correção das políticas existentes e, conseqüentemente, a elevação das possibilidades da eficácia das políticas governamentais, na medida em que o diálogo com a sociedade civil se fortalece (RIBEIRO, 2009, p. 22).

As políticas de promoção de igualdade racial proporcionaram avanços em relação aos movimentos sociais negros e a desigualdade racial, possibilitando, também, o diálogo com a sociedade civil. A análise referente à cor, no quesito da socialização política, foi realizada conforme o universo da cor declarada pelos jovens entrevistados e se observou que os que mais demonstram confiança no resultado das urnas eletrônicas foram os que se declararam pardos, seguidos pelos amarelos. Os que apresentaram maior desconfiança foram os que se declararam indígenas, seguidos pelos negros. Sobre ser filiado a algum partido político, somente alguns jovens que se declararam brancos e pardos afirmaram o ser.

Em relação a acompanhar as ações dos políticos e o que acontece na política pelos meios de comunicação, notou-se que os entrevistados que se declararam brancos e pardos foram os que realizavam essa atividade com mais regularidade; já a busca de informações sobre os políticos foi realizada mais regularmente pelos jovens que se declararam negros e pardos. No que se refere a buscar informações sobre questões políticas e conversar com as pessoas sobre assuntos políticos, houve maior frequência entre os jovens que se declararam negros e brancos.

No item “conversar sobre política com as pessoas do círculo social”, nota-se que os amigos aparecem com mais frequência pelos jovens que se declararam amarelos e negros, já conversar com colegas de escola foi uma atividade realizada com mais assiduidade pelos brancos e negros. Quanto a conversar com familiares, pais e contatos das redes sociais, verifica-se maior frequência entre os negros e brancos. Em relação a conversar com professores, houve maior frequência entre os amarelos e negros.

Nas atividades e nos eventos relacionados a questões políticas, observou-se que em abaixo-assinados, manifestações, protestos e passeatas e orçamento participativo, os jovens que mais participaram foram os que se declararam indígenas e negros, já em associação comunitária e de moradores, atividades religiosas e Organizações Não Governamentais, participaram mais assiduamente os amarelos e negros. No conselho escolar, despontam os que se declararam amarelos e indígenas e no Conselho Municipal da Juventude, os pardos e brancos. No grêmio

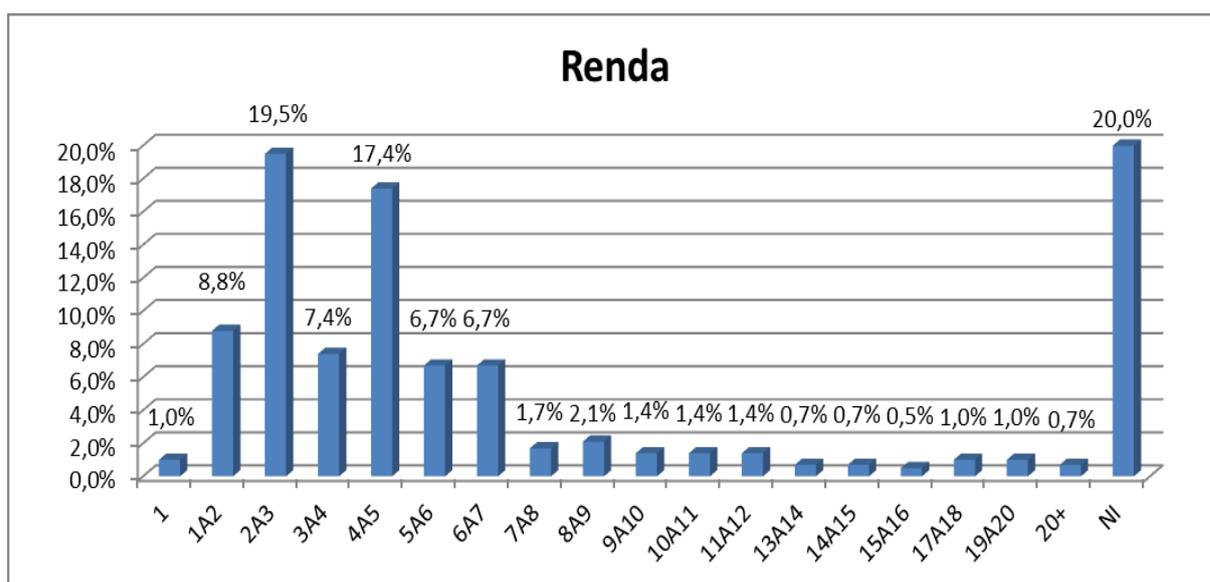
estudantil, sobressaem-se os amarelos e brancos e nas ocupações de escola, os negros e pardos. Em relação aos partidos políticos, destacam-se os brancos e pardos e, em reuniões políticas, os pardos e amarelos tem maior participação. Por fim, em sindicatos de trabalhadores, os pardos e negros demonstraram maior presença.

Percebeu-se que os jovens entrevistados que se declararam negros apresentaram uma participação significativa quanto à busca de informações, à conversa e à participação em atividades e eventos relacionados a questões políticas. Isto pode estar relacionado ao fato dos entrevistados negros apresentarem uma adesão maior ao título de eleitor e comparecerem às urnas no processo eleitoral.

4.3.3 Renda

Em relação à renda familiar dos entrevistados, nota-se maior frequência na renda declarada de 2 a 3 salários mínimos, seguido pela renda de 4 a 5 salários mínimos. No Brasil, é notável a desigualdade de renda da população e este dado foi constatado também entre os entrevistados. O Gráfico 04, a seguir, mostra os resultados, no geral:

Gráfico 04 - Renda dos entrevistados



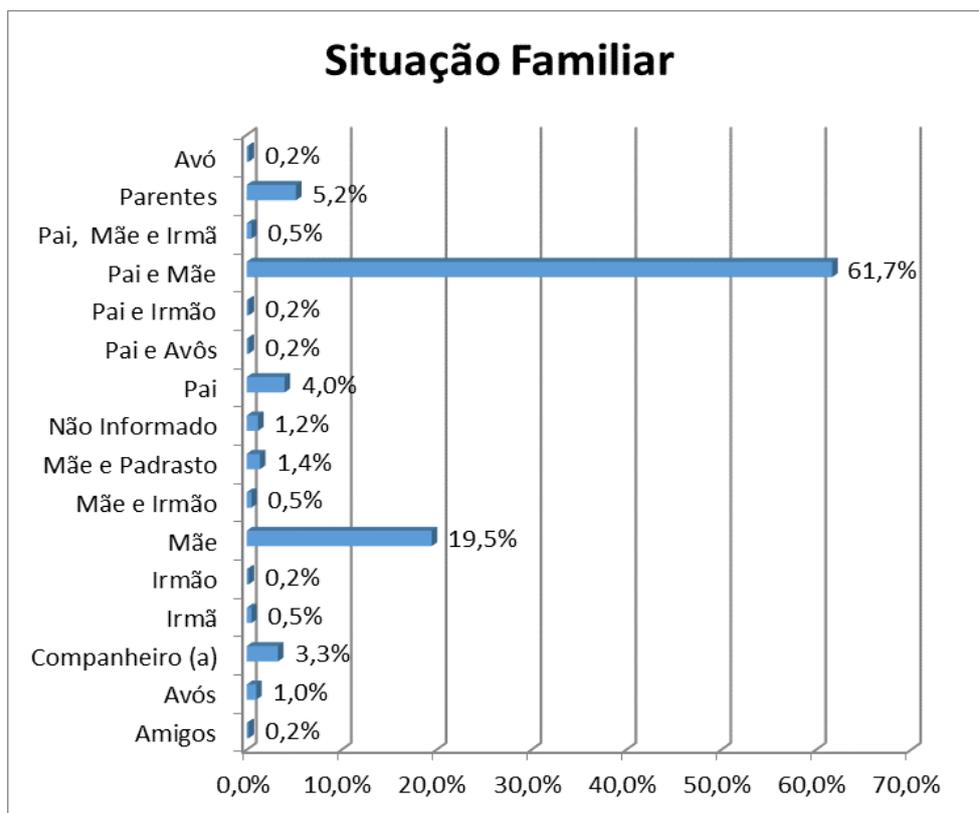
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O item renda foi dividido em conjunto de salários para auxiliar na análise, sendo equivalente a conjuntos de 1 a 5 salários mínimos; de 5 a 10; de 10 a 15; e de 15 a 20. Entretanto, no quesito renda e a adesão ao título de eleitor, o conjunto que representa o maior percentual é o grupo de 1 a 5 salários mínimos, seguido pelos grupos de 5 a 10, de 15 a 20 e de 10 a 15. No que se refere à participação nas eleições do ano de 2016, os jovens que declararam renda de 2 a 3 salários mínimos foram os que mais compareceram às urnas, com 22,6%, seguidos pelos que declaram de 4 a 5 salários mínimos, com 17,6%.³

4.4 SITUAÇÃO FAMILIAR: A FAMÍLIA COMO AGENTE SOCIALIZADOR

Sobre a situação familiar dos estudantes, procurou-se identificar com quem moravam e como a família era constituída. A análise foi realizada conforme o Gráfico 05, abaixo, considerando que a família é uma agência socializadora que pode refletir na formação política dos indivíduos. Relacionando a situação familiar com participação eleitoral, os jovens que aderiram ao título eleitoral e os que mais compareçam às urnas nas eleições de 2016 foram os que moravam com o Pai e com a Mãe, seguidos dos que moravam com a Mãe.

³ No Brasil, por muitos anos, o direito ao voto esteve atrelado a determinada renda anual, proveniente de empregos, do comércio, da indústria e da propriedade de terras. Após a Proclamação da República, Deodoro da Fonseca aboliu o voto censitário por meio do Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889. Com a Constituição Federal de 1988, após o voto se tornar obrigatório a todos com idade entre 18 e 70 anos, a renda não foi mais requisito para aderir ao título eleitoral.

Gráfico 05 - Situação familiar dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que mais da metade dos jovens entrevistados moravam com o pai e a mãe, o que é comum a essa faixa etária, pois a maioria dos entrevistados era menor de idade. No processo de socialização, considera-se que uma das agências socializadoras é a família, perfazendo-se como o primeiro agente socializador com o qual o indivíduo tem contato. A família também é um agente de socialização política, pois os indivíduos que a compõem transmitem suas opiniões políticas uns aos outros, o que pode vir a influenciar na formação política.

Conforme exposto por Nazzari (2005, p. 111) “[...] sabe-se que um dos principais agentes de socialização política, e também o que primeiro encaminha o indivíduo para a vida em sociedade e lhe transmite valores e aptidões, é a família [...]”. De acordo com a autora, no ambiente familiar são tomadas decisões coletivas e o incentivo à participação nessas decisões aumenta o sentimento de eficácia política na criança, o que pode elevar a probabilidade de participação no sistema político. Entretanto, não se pode anular a formação e a estrutura da família brasileira para a construção da socialização política.

Nesse caso, a família, como principal agência socializadora no Brasil, reforça as características de cunho particularistas e antidemocrática, levadas ao isolamento e afastamento do espaço público pelo paternalismo e, na atualidade, pela sociedade de consumo de massas, o que fortalece ainda mais as relações de apadrinhamentos e defesa de interesses pessoais, obstruindo a construção da cidadania, que viabilizaria a democracia no nosso país (NAZZARI, 2005, p. 115).

Mesmo se configurando como a primeira e uma das principais agências de socialização, a família ainda mantém características patriarcais e antidemocráticas e é responsável pela transmissão social de valores morais, culturais e éticos, que podem transparecer na formação da socialização política do jovem. Isto decorre do fato de que as atividades políticas desenvolvidas pelos pais e outros familiares com os quais o jovem mantém contato podem influenciar decisivamente.

Isso significa que a participação dos pais, dependendo do ambiente familiar, pode compensar o efeito negativo da escolaridade dos pais ou potencializar o seu efeito positivo. Em outras palavras, jovens formados por pais com baixa educação formal, mas com alto nível de ativismo político, têm boas chances de acumular um estoque considerável de conhecimento político. Já os jovens cujos pais, além de terem frequentado o ensino superior, estão vinculados a instâncias e associações participativas tendem a ser politicamente sofisticados (FUKS, 2012, p. 90).

A escolaridade dos familiares, assim como o ativismo político, pode causar influência na socialização política dos mais jovens, considerando que o contato familiar ocorre constantemente. A família, a escola e a mídia são algumas das agências socializadoras que promove a formação da socialização política nos indivíduos.

4.5 JOVENS URBANOS E RURAIS

Como os questionários foram aplicados em colégios com localização geográfica diferente, o bairro de residência dos estudantes foram os mais diversos, totalizando 60 bairros, entre área urbana e área rural. Nesse contexto, 82,4% dos jovens informaram residir na área urbana, 9,8% na área rural e 7,9% não informaram, evidenciando-se, assim, que a maioria deles residia na área urbana do município.

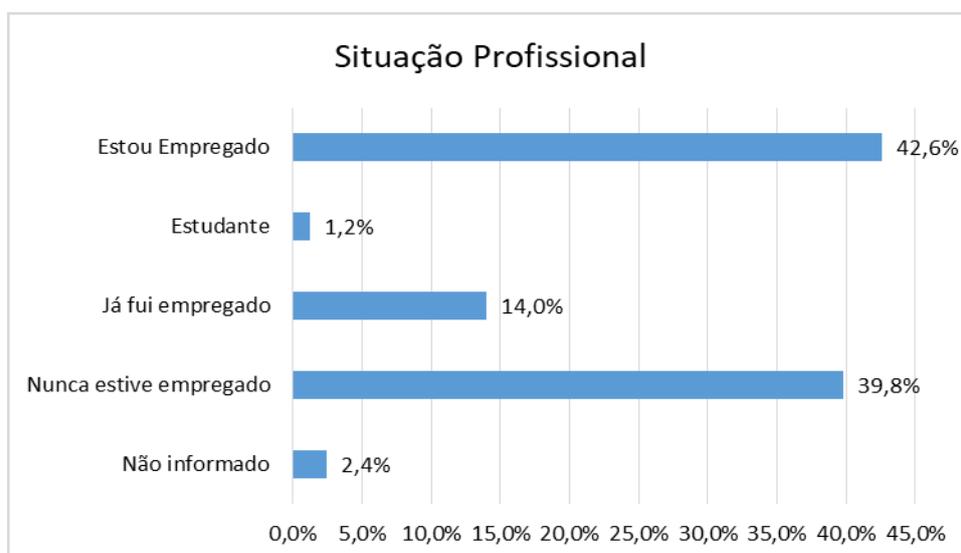
Como já mencionando, o município de Toledo, após a sua colonização e emancipação, possuía como principal fonte de trabalho e renda a agricultura. De

acordo com Amorim (2010), no ano de 1956, a população do município era majoritariamente rural, com o predomínio da agricultura e da agropecuária, destacando-se a produção de cereais e suínos. Porém, com o processo de industrialização e a substituição da mão de obra por máquinas na agricultura, a partir da década de 1970, houve uma intensa evasão rural, levando à formação de indústrias comunitárias no município, que influenciaram no desenvolvimento socioeconômico. Isto ocasionou um rápido processo de urbanização, com aumento demográfico e ampliação das atividades econômicas, de modo que, a partir de 1980, o número da população urbana excedeu a população rural de Toledo e, a partir de então, o município passou a ter uma característica predominante urbana.

4.6 JUVENTUDE, TRABALHO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Uma das características da juventude está relacionada ao seu ingresso no mundo do trabalho, haja vista que a partir dos 14 anos os jovens podem trabalhar como menores aprendizes e muitos o fazem. A respeito da situação profissional dos jovens entrevistados, buscou-se verificar se estavam empregados ou se já haviam trabalhado alguma vez – questionamento que levou ao resultado abaixo indicado pelo Gráfico 06:

Gráfico 06 - Situação profissional dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a maioria dos jovens estava trabalhando. 42,6% trabalhava e 39,8% nunca trabalharam. A faixa etária dos entrevistados na pesquisa corresponde àquela em que um número significativo de jovens ingressa no mercado de trabalho pela primeira vez, pois na passagem para a fase adulta o trabalho é uma experiência vivenciada pela maioria das pessoas.

O mundo do trabalho passou por diversas modificações na estrutura da produção, e a inserção de máquinas e da tecnologia levou à busca por trabalhadores com maior escolaridade, qualificação e experiência, dificultando o acesso dos jovens ao primeiro emprego.

A relação jovem e trabalho ganhou visibilidade recentemente, sobretudo, a partir dos anos 1990 devido ao significativo aumento populacional dos jovens (denominada onda jovem) em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, desencadeadas a partir da década de 1970. Uma das consequências das mudanças no mundo do trabalho foi o desemprego juvenil, que não se limitou aos jovens, mas os afetou intensamente em termos de oportunidades de trabalho. Em razão da existência da mão de obra excedente, muitas vezes os jovens encontram-se em desvantagem, assumindo funções inferiores, com menores salários e jornadas mais intensas, revelando a precarização a que está submetido o trabalho entre os jovens, marcando especialmente o acesso ao primeiro emprego (POCHMANN, 2000 apud NUNEZ; FERNANDEZ, 2016, p. 67).

Cumprе ressaltar que o desemprego não atingiu somente os jovens, mas a população em geral. No caso específico da presente pesquisa, dos jovens entrevistados, somando os que estavam empregados com os que já haviam trabalhado, mais de 50% deles já teve algum tipo de experiência de trabalho.

No Brasil, existem diversas políticas públicas que visam inserir o jovem no mercado de trabalho, além de programas para a qualificação profissional dos jovens. Entretanto, como exposto por Pochmann (2000 apud NUNEZ; FERNANDEZ, 2016), muitas vezes, os jovens ficam em desvantagem no mercado de trabalho e também na questão salarial. Ainda que se considere os programas que aprimoram as habilidades dos jovens, isto “[...] não é condição suficiente para lhes garantir um trabalho digno e de qualidade [...]” (NUNEZ; FERNANDEZ, 2016, p. 68). Vale ressaltar que, além do trabalho, os jovens na faixa etária entre 16 e 19 anos, em sua maioria, também são estudantes e realizam outras atividades. No contexto da presente pesquisa, quanto à socialização política, nota-se que os jovens que trabalham ou já trabalharam apresentam maior porcentagem quanto a possuir o título de eleitor, como exposto na Tabela 03:

Tabela 03 - Cruzamento situação profissional X título eleitoral.

Situação Profissional	Título de Eleitor		Total
	Sim	Não	
Empregado	52,7%	34,7%	42,6%
Estudante	0,5%	1,7%	1,2%
Já fui empregado	15,8%	12,7%	14,0%
Nunca estive empregado	28,3%	48,7%	39,8%
Não informado	2,7%	2,1%	2,4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ao comparar a questão da situação profissional, em relação a possuir o título eleitoral, dos jovens que declararam estar empregados, 52,7% tinha o título de eleitor, ao passo que os jovens que já haviam trabalhado, mas no momento da entrevista estavam desempregados, totalizaram um percentual de 15,8%. Dentre os que nunca trabalharam, 28,3% possuía o título eleitoral.

Observa-se que o fato de ter ingressado no mercado de trabalho é um indicativo para a aquisição do título eleitoral. Na mesma perspectiva, os jovens que declararam estar trabalhando quando a pesquisa foi realizada apresentaram um índice maior de participação nas eleições de 2016, isto é, 52,8%, e entre os que nunca trabalharam, 30,2% compareceram às urnas nesse mesmo ano.

De acordo com Jahoda (2000), o ingresso na vida econômica é uma das principais agências socializadoras, pois o ingresso na vida econômica pode ser considerado uma realização pessoal para o jovem, levando-o a participar, de alguma maneira, de uma sociedade competitiva, em que passa a ter contato com outras pessoas e receber influências exteriores – dinâmica que influencia, também, na socialização política do jovem.

4.7 A ESCOLA COMO AGENTE DE SOCIALIZAÇÃO

Quanto aos colégios selecionados para a aplicação dos questionários, 13 pertencem à rede pública de ensino. Nestes, 348 questionários foram aplicados, correspondendo a 82,9% do universo da pesquisa, já nos 3 colégios privados, foram aplicados 72 questionários, o equivalente a 17,1%. Acerca da série em que os estudantes estavam cursando, do primeiro ano do ensino médio foram entrevistados 17,4% estudantes, seguidos por 27,1% do segundo e 54,8% do terceiro. Dos

estudantes entrevistados, 0,7% não informaram a série que estavam cursando. A respeito do turno em que estudavam, 47,6% dos jovens eram do período matutino, 16% do vespertino, 36,2% do noturno e 0,2% não informou.

A história da educação brasileira é marcada por três fases, que, de acordo com Gadotti (1997), podem ser definidas como: uma primeira fase que vai do descobrimento até 1930, em que predominou a educação tradicional, centrada na autoridade do educador, extremamente religiosa e o ensino privado. A segunda fase vai de 1930 a 1964, em que predominavam as ideias liberais; uma educação centrada na criança e em novos métodos, fazendo oposição à educação tradicional. O terceiro período vem após 1964 e foi marcado pela educação autoritária dos governos militares, predominando o tecnicismo educacional. Após 1985, devido à redemocratização do país, a escola e a educação passaram por uma transição que ainda se faz presente.

A Constituição Brasileira de 1988 prevê a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para exercer a cidadania, bem como a qualificação para o trabalho. A Constituição ainda prevê a progressiva universalização do ensino médio gratuito e a oferta do ensino noturno regular, reafirmando o acesso obrigatório e gratuito.

Sobre a etapa do ensino médio, a qual os jovens entrevistados estavam cursando, Gadotti (1997) aponta que a partir da década de 1990, houve no Brasil uma considerável expansão do ensino público. Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a obrigatoriedade escolar até os 17 anos de idade, impactou diretamente no ensino médio, aumentando, significativamente, o número de alunos matriculados. Isto é relevante porque além de a escola ser um espaço para a realização do processo de ensino e aprendizagem, é, também, uma agência de socialização, conforme destaca Schimdt (2000, p. 69):

A escola poderia ser considerada, a um primeiro olhar, a única entre as agências de socialização que se ocupa explicitamente da transmissão intencional de atitudes políticas. Afinal, a atividade de ensino é estritamente a transmissão planejada e sistemática de conhecimentos acerca da sociedade e do mundo. Na sala de aula são difundidas informações sobre as atividades e instituições políticas, analisados fatos políticos e debatidas as formas possíveis de inserção na vida sócio-política. Por isso, em todas as sociedades modernas o conhecimento político está fortemente associado à escolaridade.

Na escola, além da construção e transmissão do conhecimento didático-pedagógico, existe a discussão de ideias que entende a escola como um ambiente que agrega pessoas das mais diversas culturas e opiniões. O ambiente escolar, sob essa ótica, é propício para a socialização, pois os indivíduos nele inseridos compartilham constantemente informações e opiniões, conforme exposto por Carlos (2015, p. 25):

Pode-se concluir, então, que a escola possui um papel fundamental tanto na manutenção de atitudes políticas pré-concebidas, como na transmissão de novos valores e novos conhecimentos acerca do sistema democrático, além de ser uma importante agência de educação cívica. Entretanto, a estrutura curricular dos cursos de ensino médio tem falhado em transmitir o conteúdo político propriamente dito, e a sala de aula não tem fornecido um ambiente seguro e encorajador, capaz de estimular a discussão e o envolvimento cívico e político dos jovens, o que pode influenciar diretamente no modo como ele se portará em relação à participação política no futuro.

Apesar das falhas encontradas no currículo do ensino médio, a escola continua sendo umas das principais agências socializadoras e que, ainda, fomenta a discussão e transmissão do conhecimento político. A sala de aula seria o espaço para que houvesse o debate dos mais diversos assuntos entre estudantes e professores de forma democrática, contribuindo para a formação das atitudes políticas dos indivíduos.

No quesito “estudar em escola da rede pública ou da rede privada”, percebe-se que 48% dos alunos das escolas públicas possuíam o título de eleitor e nas escolas privadas, apenas 23,6%. Além disso, os alunos de escola pública também compareceram em maior número nas eleições de 2016. Em relação ao turno em que os jovens estudavam, os alunos do período noturno foram os que apresentaram maior porcentagem quanto a possuir um título de eleitor, 58,6%, seguido dos alunos do turno matutino, com 39,5%, e os do turno vespertino, com 23,9%. Os alunos que estudavam no período noturno foram os que mais compareceram às urnas nas eleições de 2016.

Considerando-se os problemas enfrentados pela educação brasileira, percebe-se a socialização política como um mecanismo para a juventude adotar e internalizar orientações políticas diferentes das estruturas verticais de poder verificadas nos países da América Latina. A socialização política funciona como difusora do sistema político democrático. O capital social é alternativa importante para o resgate de uma comunidade cívica, baseada nas variáveis de confiança social, cooperação mútua e ampla participação política (NAZZARI, 2006, p. 62).

A maioria dos indivíduos passa um período de suas vidas na escola, que além de transmitir conhecimentos técnicos e científicos é também considerada uma agência socializadora. A escola é composta por pessoas com diferentes ideias e opiniões que, quando discutidas, podem influenciar na socialização política dos indivíduos. Juntamente com as outras agências de socialização, como a família e a mídia, o indivíduo, por meio da vivência e da troca de experiências com os agentes socializadores, constitui sua socialização política.

4.7.1 Educação no Estado do Paraná e no Município de Toledo

No ano de 2015 o estado do Paraná foi marcado por uma intensa greve na educação. No dia 07 de fevereiro de 2015, em assembleia composta por professores e funcionários de escolas da rede pública do estado do Paraná, foi decidido que a categoria entraria em greve. Dentre as pautas para a deliberação da greve estavam o atraso no terço de férias e nas promoções e progressões de carreira, o fechamento de turmas e, em alguns casos, o de escolas inteiras devido às dispensas dos PSSs (GOZZI, 2016).

No dia 09 de fevereiro de 2015, o ano letivo não foi iniciado, tendo a greve uma grande adesão e apoio dos estudantes e dos pais. Em Curitiba, na Praça Nossa Senhora da Salette, foi estabelecido um acampamento pelos educadores. De acordo com Gozzi (2016), em 10 de fevereiro os servidores públicos estavam reunidos na Praça com intuito de pressionar o governo a recuar em relação as propostas, sendo estas denominadas de “pacotaço”, enviadas à Assembleia Legislativa, entre elas a “[...] apropriação pelo estado de um fundo de aproximadamente R\$ 8 bilhões em depósitos efetuados exclusivamente pelos servidores ao longo dos anos com vistas a suas aposentadorias.” (GOZZI, 2016, p.60). Devido à aprovação desta proposta, e de outros projetos que atingiriam negativamente ao funcionalismo público do estado do Paraná, a Assembleia Legislativa foi ocupada pelos servidores públicos. No dia 12 de fevereiro, após a retirada do “pacotaço” da pauta, a Assembleia Legislativa do Paraná foi desocupada.

Após alguns acordos entre o governo e a APP-Sindicato, que é a entidade representante dos funcionários da educação básica, e por decisão da categoria em assembleia, no dia 09 de março de 2015, foi aprovado o fim da greve. Conforme

apontado por Gozzi (2016), próximo ao dia 01 de maio, em que, até então, era reajustado o salário dos funcionários públicos do Paraná, o Palácio do Iguazu não havia realizado menção de negociar o índice de reajuste com o Fórum das Entidades Sindicais. No dia 25 de abril, a assembleia os professores e funcionários das escolas do Paraná decidiram iniciar a segunda greve. Na semana seguinte os educadores voltaram a acampar na Praça Nossa Senhora da Salette em Curitiba e, assim, teve início o massacre dos servidores públicos do Paraná.

Perto da 1h da manhã do dia 28, a PM enviou guinchos à praça com o objetivo de rebocar dois caminhões de som usados pelos professores. Ou seja, além de impedir que os professores entrassem na Assembleia, a Polícia Militar queria dificultar a comunicação entre eles, assim como sua organização no decorrer dos protestos. Os professores se sentaram no chão na tentativa de impedir pacificamente que a PM entrasse no acampamento e rebocasse os caminhões. Os policiais usaram spray de pimenta, bombas de gás e balas de aço revestidas de borracha contra os professores (GOZZI, 2016, p. 105).

No dia 28, foi iniciado a repressão e o massacre que foi intensificado no dia 29 de abril de 2015 – data que ficou marcada na educação paranaense. Neste dia, os manifestantes, primeiramente, se reuniram na Praça 19 de dezembro e seguiram em passeata até chegar na Praça Nossa Senhora da Salette. Após o início da sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Paraná, teve início o massacre contra o funcionalismo público do Paraná e, em sua maioria, os professores e funcionários de escola.

Daquele momento em diante, e por aproximadamente duas horas, a PM paranaense atirou granadas de efeito moral e balas de aço revestidas por borracha e recorreu a jatos d'água e bombas de gás lacrimogênio. Um helicóptero da polícia foi usado diretamente na repressão, sobrevoando baixo a Praça Nossa Senhora da Salette para que policiais a bordo descarregassem suas armas contra os servidores. Um segundo helicóptero, identificado pelo prefixo PR-HBZ, também foi visto sobrevoando a região. Esta aeronave, soube-se posteriormente, é de uso pessoal do governador e só levanta voo mediante ordem da governadoria. Não se sabe se Beto Richa esteve a bordo naquele dia, nem é possível assegurar que dela também tenham sido despejadas bombas sobre os manifestantes. A Casa Civil chegou a negar que o helicóptero de uso pessoal do governador tivesse sobrevoado o Centro Cívico na tarde de 29 de abril, mas acabou desmentida por filmagens amadoras e profissionais. Os manifestantes até tentavam recuar, fugir, mas a ação da polícia não permitia. Os estrondos e a gritaria pareciam incessantes. Do alto de um caminhão de som, líderes da APP-Sindicato pediam desesperadamente aos manifestantes para que recuassem e imploravam para que a PM interrompesse os ataques. Não se tratava de confronto, mas de uma forma ofensiva de uma força policial armada até os dentes contra manifestantes indignados, mas pacíficos e desarmados – e, com a ofensiva, amedrontados (GOZZI, 2016, p. 119).

O massacre ao funcionalismo público do Paraná ocorrido no dia 29 de abril deixou mais de 200 pessoas feridas, entre elas crianças que acompanhavam seus pais, idosos e pessoas com deficiências – algumas pessoas tiveram ferimentos gravíssimos e foram encaminhadas aos hospitais de Curitiba. Todos os manifestantes, além de serem agredidos fisicamente devido à repressão policial, sofreram agressões psicológicas devido ao cenário massacrante que vivenciaram. Após o massacre, os professores e funcionários da educação da rede pública continuaram em greve, ainda sem um acordo entre o governo e o funcionalismo público e com o governador Beto Richa, intensificando sua ofensiva contra os servidores.

De acordo com Gozzi (2016), os deputados estaduais paranaenses apresentaram novas propostas de reajuste aos servidores estaduais, que foram elaboradas tanto por deputados da situação como da oposição, tornando-se improváveis de serem rejeitadas. As propostas não satisfaziam totalmente a demanda dos servidores, mais foram suficiente para encerrar as paralisações. Após a assembleia dos professores e funcionários da rede básica de ensino paranaense, a greve chegou ao fim no dia 09 de junho de 2015, sendo uma das greves mais longas protagonizadas pela categoria.

No ano de 2016, a educação paranaense foi marcada pelo movimento Ocupa Paraná, que foi realizado pelos alunos secundaristas de todo o estado. O movimento ocorreu em outros estados do país, mas teve forte adesão no estado do Paraná. As manifestações iniciaram devido à publicação da Medida Provisória (MP-746/2016), que reorganizava a estrutura do ensino médio e a PEC 241/2016 – que depois se transformou em Emenda Constitucional nº 95/2016 – que tinha como objetivo o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Dentre as diversas manifestações protagonizada por vários setores do funcionalismo público e dos estudantes, a manifestações dos estudantes secundaristas foi destaque.

A (Medida nº 746/20163, que alterou a Lei nº 9.394/96 quanto à organização e à oferta do Ensino Médio e, ainda, a PEC nº 241/20164, que propõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos), as quais têm, respectivamente, como objetivos, formar trabalhadores conforme os interesses do capital, reduzir investimentos e gastos governamentais, privando, conseqüentemente, a classe trabalhadora do acesso às políticas públicas que podem, em curto e médio prazo, alterar suas condições de vida, nos limites da sociedade capitalista e, quiçá, em longo prazo, contribuir para a instauração de outra forma de sociabilidade. Essas medidas afetam

diretamente a oferta e a qualidade almejada para a educação pública brasileira (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 168).

A Reforma do Ensino Médio, proposta pelo Governo Federal brasileiro, estava sendo imposta, pois não havia se discutido ela com a sociedade, pesquisadores do assunto, com os professores, funcionários da educação, com os estudantes e os demais envolvidos. De acordo com Flach e Schlesener (2017), o governo federal elencou 24 justificativas tal Medida Provisória, entre elas a necessidade de reorganização dos currículos, a ampliação progressiva da jornada escolar e a urgência para preparar trabalhadores para um país sustentável economicamente e socialmente. No entanto, a Medida Provisória não havia sido discutida previamente com a população, principalmente com os estudantes e profissionais da educação que seriam atingidos diretamente.

Dentre as alterações mais significativas estabelecidas pela MP nº 746/2016, estão as seguintes: ampliação progressiva da carga horária anual das 800 horas atuais para 1400 horas; a retirada da obrigatoriedade dos ensinos de arte e educação física (reafirmando sua obrigatoriedade apenas na Educação Infantil e Ensino Fundamental); ênfase curricular nas seguintes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional, podendo o currículo ser composto com ênfase em apenas uma das áreas (a critério dos sistemas de ensino); a possibilidade de convalidar conteúdos do Ensino Médio no Ensino Superior; o notório saber como possibilidade de inclusão de qualquer profissional não licenciado à categoria de profissional da educação, além da omissão a respeito do ensino de sociologia e filosofia, antes explícito na Lei nº 9.394/96 (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 172).

A Medida Provisória 746/2016, como foi inicialmente apresentada, feria a questão democrática na educação, tendo um ensino voltado, estritamente, à formação de mão de obra. Foram várias as manifestações contrárias à tal MP, realizadas por pesquisadores, profissionais da educação e estudantes, motivando manifestações públicas e ocupação das escolas, com o intuito de mostrar a toda a população a necessidade de se discutir o que estava sendo imposto pelo Governo Federal em relação à reforma da educação. Conforme Flach e Schlesener (2017, p. 174), a “[...] Emenda Constitucional nº 95/2016 destroem toda a discussão e a construção em torno do Plano Nacional de Educação, comprometendo o cumprimento de todas as estratégias previstas para serem alcançadas até o ano de 2024 [...]”. O movimento de ocupação de escolas realizado pelos secundaristas foi uma medida encontrada para resistir aos ataques ao ensino público.

O movimento de ocupações de escola no estado do Paraná iniciou no dia 03 de outubro de 2016 e teve adesão em vários municípios. De acordo com o Movimento Ocupa Paraná (FLACH; SCHLENSER, 2017), o total de escolas ocupadas chegou a 850 e também foram ocupadas 14 universidades e 3 Núcleos Regionais de Educação. No Paraná, as ocupações de escolas foi uma forma de mostrar para a sociedade as ações governamentais que estavam sendo tomadas.

A ocupação dos estudantes foi organizada, planejada e com objetivo claro de resistir, de opor-se às ações do Governo Federal que afetam diretamente a educação. E, desse modo, chamar a atenção da população, esclarecer, debater e motivar deputados e senadores envolvidos na discussão parlamentar a respeito tanto da Medida Provisória em tela quanto da Proposta de Emenda à Constituição. Portanto, mostraram a sua força de organização juvenil em prol de garantias futuras para toda a população brasileira. O lema 'Ocupar e Resistir' usado pelos estudantes expressou de forma clara que a ocupação visava oposição justificada em relação às ações governamentais, ou seja, que a criticidade juvenil existe e é também impulsionadora de ações que visam proteger direitos sociais fundamentais, como é o caso da educação (FLACH, SCHLENSER, 2017, p. 177).

O Movimento Ocupa Paraná foi um movimento legítimo protagonizado e organizado pela juventude, que teve como característica a liberdade de expressão. Os estudantes secundaristas, por meio do movimento, mostraram para a sociedade a real situação da educação do país e do estado do Paraná. Durante o Movimento, os jovens exerceram a participação política, por meio das diversas atividades realizadas nas escolas ocupadas e exercitaram o zelo pelo patrimônio público, uma vez que realizaram a manutenção do espaço ocupado. O Movimento Ocupa Paraná finalizou-se no dia 09 de novembro de 2016, totalizando 36 dias, repercutindo, assim, a força e a organização movimento estudantil.

5 PERCEPÇÕES DOS JOVENS QUANTO A QUESTÕES POLÍTICAS

Nesta etapa, foram analisados os aspectos políticos dos jovens entrevistados em relação ao voto e à participação no processo eleitoral e em outras atividades e eventos relacionados a questões política.

5.1 ADESÃO AO TÍTULO ELEITORAL

A respeito de o jovem ter aderido ao título eleitoral, dos 420 entrevistados, 56,2% não possui o título e 43,8% o possui. Quanto a ter adquirido o título de eleitor, a partir do momento em que se tem o direito, mas não a obrigatoriedade de fazê-lo, 61,2% dos jovens não havia aderido ao título antes de completar 18 anos, 38,3% fizeram o título antes de completar 18 anos e 0,5% não informou. A baixa adesão do título eleitoral entre os jovens, principalmente àqueles a quem a adesão é facultativa, é um reflexo em todo o país. Nas palavras de Cunha e Rocha (2014, p. 3),

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral cerca de 23 milhões e 500 mil jovens entre 16 e 24 anos de idade estão habilitados para as eleições gerais de 2014. Eles correspondem a quase 17% do total de 140 milhões de eleitores no Brasil, representando, portanto, um contingente significativo e capaz de decidir ou influenciar o destino político do país. Entre os jovens de 16 e 17 anos de idade, que tem direito ao voto facultativo, são 12 milhões de pessoas, e somente 2% requisitaram o título de eleitor para participar das eleições de 2014.

Para que houvesse o sufrágio universal, em que se inclui os jovens de 16 e 17 anos de idade, foram necessárias mudanças em relação às leis eleitorais e ao voto no Brasil. A primeira Lei Eleitoral Brasileira foi promulgada em 19 de junho de 1822, quando ainda não havia partidos políticos e o sistema era indireto em dois graus: o povo escolhia eleitores, que, por sua vez, elegiam os deputados. Com essa lei surge à restrição ao voto, considerando aptos a votar somente os assalariados das mais altas categorias e os proprietários de terras ou de outros bens que lhes dessem renda, criando um cenário em que o exercício do voto, enquanto direito político, assentava-se sobre bases econômicas. Com a Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, e a Constituição Brasileira de 1824, são realizadas modificações no sistema político brasileiro. As eleições, a partir de 1831, passaram a

contar com a presença dos partidos políticos, tornando as lutas políticas mais intensas (FERREIRA, 2005).

Nas primeiras eleições, o voto era restritivo e apenas uma pequena parcela da população possuía o direito de votar. Contudo, a escolha não se dava de forma direta e não existia o título de eleitor. Somente no ano de 1875 que foi instituído pela primeira vez o título de eleitor, devido à lei de 20 de outubro de 1875, que passou a atribuir responsabilidades à justiça.

Outro fator importante em relação às eleições foi o Projeto Saraiva, que realizou intensas modificações no processo eleitoral. Conforme Ferreira (2005), a Lei Saraiva, conhecida também como Lei do Censo, foi sancionada em 09 de janeiro de 1881, quando se institui, pela primeira vez, as eleições diretas e diversas alterações acerca das pessoas que eram aptas a votar foram promovidas. Com o fim do Império e a Proclamação da República, iniciou-se uma nova fase na legislação eleitoral brasileira, consolidando-se o sufrágio universal, em que poderiam votar os cidadãos brasileiros natos com seus direitos civis e políticos e que soubessem ler e escrever. Com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, houve novas alterações sobre o sistema eleitoral.

Uma nova regulamentação eleitoral viria em 1892, elaborada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. Os estados e municípios adquiriam autonomia para a realização de suas eleições com base nas leis eleitorais locais, que possuíam fundamento nas constituições próprias. Para os municípios, era facultativo ter uma lei eleitoral e, nesse caso, o eleitor precisaria de três títulos eleitorais: o federal, o estadual e o municipal (ANDRADE, 2009, p.15).

No ano de 1904, a Lei Rosa e Silva revogou toda a legislação eleitoral anterior e promulgou um único título eleitoral (ANDRADE, 2009). Após a Revolução de 1930 e as várias modificações ocorridas em relação ao processo eleitoral, foi instituído, pelo Código Eleitoral de 1932, o voto secreto e universal para homens e mulheres e com controle da Justiça Eleitoral.

O Código Eleitoral de 1932 criou a Justiça Eleitoral e todos os trabalhos eleitorais – como o alistamento, a organização das mesas, a apuração dos votos, o reconhecimento e a proclamação dos eleitos – passaram a ser competência da Justiça Eleitoral. O Código instituiu, ainda, a idade eleitoral mínima de 21 anos, o voto secreto, o sistema de representação proporcional, e adotou o voto feminino, que, no entanto, foi implantado de forma gradativa. Somente se concedia esse

direito cívico *sui juris* às mulheres solteiras, viúvas e separadas. As casadas só obtinham o direito ao voto se tivessem recursos próprios. Esse Código regulou em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais (ANDRADE, 2009).

Outro marco importante foi a Constituição de 1988, que ficou conhecida por ser a mais democrática e promover o direito de cidadania para todos. Além de diversos avanços em relação à democracia, foi concedido o direito ao voto para os analfabetos e o voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos, além de se tornar obrigatório, direto e secreto para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

Percebeu-se que dos jovens entrevistados, que aderiram ao título eleitoral, a maioria era do sexo masculino e no quesito cor, por meio da autodeclaração, dentro do universo dos entrevistados, a porcentagem maior dos que tinham título de eleitor era dos que se declararam negros, seguidos pelos pardos, brancos, indígenas e amarelos. A maior parte desses jovens que tinham título eleitoral era estudante de escolas públicas e morava com pai e mãe e, em seguida, os que moravam com a mãe. A maioria dos jovens que declaram estar empregados possuía título de eleitor, assim como foi mais expressivo o fato de ter título de eleitor entre os que possuíam renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, seguidos pelos que declaram de 4 a 5 salários mínimos.

5.2 CONFIANÇA NAS URNAS ELETRÔNICAS

Assim como houve mudança nas leis eleitorais, também ocorreram mudanças na forma de realizar as votações, passando do voto em papel para a utilização das urnas eletrônicas. Em relação à confiança no resultado das urnas eletrônicas, 50% dos entrevistados informaram que tinham dúvidas sobre os resultados, 24,3% apontaram não confiar, 24% confiavam e 1,7% não informou. A utilização de urnas eletrônicas teve início em algumas cidades do Brasil no ano de 1996, como um teste, e no ano de 2000 a votação foi realizada totalmente por urnas eletrônicas. É interessante apontar que a implantação das urnas eletrônicas têm a mesma idade dos jovens entrevistados.

A urna eletrônica facilitou o processo de votação e o seu sistema fornece o resultado das eleições de maneira mais rápida. De acordo com Mezzaroba (2013,

p.72) “[...] a urna eletrônica se apresenta como importante ferramenta tecnológica, porém não em condições de substituir o pensar crítico, a inteligência, a vontade e a autonomia de seu operador que é o cidadão [...]”. Mesmo com a tecnologia da urna eletrônica, o principal papel continua sendo o do eleitor e o exercício do voto.

Tabela 04 - Confiança no resultado das urnas eletrônicas

Confiança no resultado das Urnas Eletrônicas	Possuí Título de Eleitor	
	Sim	Não
Tem Dúvidas	46,7%	52,5%
Não Confia	19,6%	28,0%
Confia	32,1%	17,8%
Não Informou	1,6%	1,7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Constata-se que os jovens que tinham o título de eleitor demonstraram mais confiança no resultado das urnas eletrônicas e o oposto vale àqueles que não o tinham. O sexo feminino foi o que apresentou maior confiança nos resultados das urnas eletrônicas e, em relação a cor, os que se declararam de cor parda foram os que mais confiavam. Dentre os que apresentaram maior desconfiança no resultado das urnas eletrônicas estavam os jovens que se declaram indígenas. E os estudantes de escolas públicas apresentaram maior índice de confiança nos resultados das urnas eletrônicas, assim como os entrevistados que moravam com pai e mãe.

Em relação a situação profissional, os jovens que nunca trabalharam foram os que apresentaram maior índice de confiança nos resultados das urnas eletrônicas, ao passo que os que declararam estar empregados foram os mais desconfiados quanto aos resultados. Esse mesmo dado foi levantado acerca da renda familiar e os jovens que declaram renda de 2 a 3 e de 4 a 5 salários mínimos foram os que apresentaram mais confiança nos resultados das urnas eletrônicas.

5.3 FILIAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS

Sobre ser filiado a algum partido político, 97,4% não era filiado, seguido por 1,7% de jovens filiados e 1% que não informou. Percebe-se, entre os entrevistados,

uma baixa adesão à filiação a partidos políticos. Em estudos realizados por Carreirão e Kinzo (2003) sobre partidos políticos, constata-se que os eleitores utilizam os partidos políticos como referências para obter informações políticas para tomada de decisões eleitorais. Os autores acrescentam, também, que a escolha pelo partido ocorre de maneira racional e que o brasileiro não é muito propício a se identificar ou ter preferência por partidos políticos.

Com a globalização e as novas tecnologias, a política também passou por mudanças: as informações se tornaram mais difundidas e a população passou a dispor de vários meios de comunicação para se manter informada. Após a redemocratização, outros meios foram disponibilizados para as campanhas eleitorais, como a televisão e a internet, permitindo que os indivíduos expandissem a capacidade de buscar e compreender informações políticas, para além dos partidos políticos.

É evidente que a insatisfação dos cidadãos face à incapacidade do sistema partidário em canalizar suas aspirações adequada e eficazmente tem contribuído decisivamente para o crescente distanciamento do eleitor dos partidos e para a emergência de formas alternativas de representação política à margem deles (BAQUERO, 1996, p. 13).

A baixa adesão à filiação a partidos políticos e, até mesmo, a ausência da identificação partidária, conforme exposto pelos autores Baquero (1996) e Carreirão e Kinzo (2003), explica-se, por um lado, pela modernização dos meios de comunicação, o que facilita a divulgação das informações, permitindo aos cidadãos utilizá-los para formar sua opinião política independentemente da filiação a partidos políticos. Por outro lado, nota-se que a baixa adesão a partidos políticos pode estar relacionada à desconfiança dos cidadãos quanto às instituições democráticas.

A desconfiança em relação à política e as instituições democráticas são frequentes entre os brasileiros. De acordo com Moisés (2013, p. 37), as pesquisas realizadas no ano de 2006 apontam que “[...] a despeito de a adesão normativa à democracia ser majoritária no Brasil, os brasileiros desconfiam das instituições democráticas em geral e, em particular, dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do sistema judiciário [...]”. Essa falta de confiança nas instituições democráticas pode influenciar o voto do cidadão e, também, estar associada à baixa participação em decisões coletivas.

Dos pouquíssimos jovens entrevistados que eram filiados a algum partido político, a maioria era do sexo masculino, os entrevistados que declaram cor branca foram os que apresentaram maior número de filiados a partidos políticos, assim como os que estudavam em escolas públicas. Os que moravam com pai e mãe foram os que apresentaram maior porcentagem de filiação, bem como os que declararam estar empregados e os que possuíam renda familiar de 8 a 9 e de 4 a 5 salários mínimos.

5.4 PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO ELEITORAL DE 2014 E 2016

Sobre os jovens terem votado nas eleições 2014, foram consideradas somente as respostas dos que tinham 18 e 19 anos, pois os demais ainda não tinham idade para ter feito o título e votado naquele ano. A quantidade de jovens com faixa etária de 18 e 19 anos era de 112, destes, 83% não votou nas eleições de 2014, 14,3% votou, 0,9% votou em branco ou nulo e 1,8% não informou. Na eleição referente ao ano de 2016, foram consideradas as respostas dos 420 jovens, dos quais 60,2% não votou, 37,9% votou – dentre estes, 1% votou em branco ou nulo – e 1% não informou.

Existem diversos estudos que abordam o comportamento eleitoral dos indivíduos, destacando-se as correntes sociológicas, psicológicas e da escolha racional. De acordo com Radmann (2001), na corrente da sociologia as decisões individuais são compreendidas dentro do contexto dos grupos sociais; na psicologia, o indivíduo baseia seu comportamento eleitoral conforme a sua estrutura de personalidade e o seu sistema de crenças, independentemente do contexto social que está inserido; e a teoria da escolha racional parte da perspectiva economicista de que os indivíduos são racionais e sempre buscam maximizar seus ganhos, então a participação política seria uma decisão racional.

Dentre as correntes citadas em relação ao comportamento eleitoral, percebe-se uma interligação, pois os eleitores podem moldar o seu comportamento eleitoral por influência dos grupos sociais a que pertencem, por suas crenças e personalidade ou por visar às vantagens e aos ganhos, existindo, ainda, a possibilidade de que as três correntes influenciem o voto. Assim, o motivo pelo qual

cada indivíduo vota ou deixa de votar acaba sendo uma questão de escolha pessoal, que pode ter ou não influências externas.

A decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico. Nessa direção, tem se identificado o voto econômico, o voto retrospectivo, o voto prospectivo, entre outros. Tais formas de votar colocam a compreensão das razões do voto no âmago da formatação da cultura política e sua relação com o progresso ou não democrático (BAQUERO, 2010, p. 8).

O voto está relacionado à questão da democracia, com ênfase na ideia de ser um dever cívico em que o indivíduo possa exercer a cidadania, além de fiscalizar os representantes políticos. Entretanto, no Brasil, o voto é obrigatório para os eleitores com idade entre 18 e 70 anos e o não comparecimento às urnas é passível de punição. Pesquisas realizadas por Baquero (2010, p. 8) “[...] têm constatado que um segmento significativo dos brasileiros (na média 42,0%, de 1984 a 2008) não votaria se o voto não fosse obrigatório” [...]. Nota-se, assim, que a obrigatoriedade do voto faz com que os cidadãos brasileiros compareçam as urnas.

Considerando a obrigatoriedade do voto no Brasil e constatado essa renovação, o debate sobre o comparecimento eleitoral parece ser relativamente simples, pois envolve a ação de comparecer ou não as urnas. Contudo, ele pode assumir abordagens distintas e esconder aspectos relevantes quanto ao comportamento político da população. O não comparecimento às urnas pode se dar por motivos diversos, que vão desde a impossibilidade de ir ao local de votação até o ato proposital de não se habilitar para eleições através da obtenção do título de eleitor, ou seja, o não alistamento. Pode refletir, também, comportamentos variados que vão da apatia ao protesto, e motivações subjetivas do eleitor que refletem da alienação a satisfação ou insatisfação política (CUNHA; ROCHA, 2014, p. 8).

A conquista do voto aos 16 e 17 anos aconteceu com a Constituição Federal de 1988, quando os jovens passaram a ter o direito ao exercício do voto, mas não a obrigação de exercê-lo. Segundo Cunha e Rocha (2014), mesmo sendo facultativo, em 1992, 3.221.480 jovens alistados como eleitores votaram no Brasil, porém esse número veio diminuindo e, em 2014, o número de votantes foi de 1.638.469. Percebe-se, pois, uma diminuição do alistamento eleitoral dos jovens e, dessa forma, a diminuição do comparecimento às urnas.

Entre os jovens entrevistados, constata-se um baixo comparecimento às urnas: no ano de 2014, nas eleições de âmbito municipal, somente 14,3% foi às urnas e, no ano de 2016, o percentual aumentou para 37,9%.

A baixa participação eleitoral onde o voto é facultativo não compromete o exercício da política em sua essência, mas em sociedades como a brasileira, em que a herança autoritária ainda está presente nas relações sociais e o voto é obrigatório, pode indicar um fator de instabilidade governamental (CUNHA; ROCHA, 2014, p. 2).

Na pesquisa realizada por Keil (2004), notou-se a rejeição dos jovens pela política e pelos políticos. Para a autora, os jovens não têm interesse em buscar espaços de participação política e se tornaram mais individualizados e voltados à valorização profissional. A falta de coletividade e o consumismo são marcas dessa geração juvenil e influenciam negativamente na agregação em projetos políticos. Conforme a autora (2004, p. 31) “[...] aos olhos dos jovens a política e as instituições perdem cada vez mais a credibilidade [...]”. A falta de credibilidade dos jovens com a política faz com que deixem de fazer política e participar dos canais democráticos.

Dos jovens entrevistados, os que mais compareceram às urnas no processo eleitoral do ano de 2016 foram: os do sexo masculino; os que se declaram de cor negra, seguidos pelos pardo; os que estudavam em escolas públicas; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam com a mãe; os que declararam estar empregados; e os que declararam renda de 2 a 3 salário mínimos.

5.4.1 Motivadores de Votação

A Constituição Federal de 1988 permite que os jovens com idade entre 16 e 17 anos possam aderir ao título eleitoral, mas eles não são obrigados a votar, pois a obrigatoriedade inicia a partir dos 18 anos de idade. Na presente pesquisa, 162 jovens entrevistados responderam à questão acerca dos motivos que os levaram a votar, conforme a Tabela 05, a seguir, procura especificar:

Tabela 05 - Motivos de votar

Motivos de Votar	Frequência	Porcentagem
Confio na capacidade dos meus candidatos	1	0,6%
É importante é a principal forma de expressar sua cidadania e democracia	1	0,6%
Influência dos meios de comunicação	3	1,9%
Influência dos pais	15	9,3%
Interesse em querer fazer a diferença na sociedade	1	0,6%
Interesse em votar	95	58,6%
Não queria pagar multa	2	1,2%
Não saberia dizer	7	4,3%
Obrigação	1	0,6%
Para iniciar minha vida política	1	0,6%
Para melhorar meu ambiente	1	0,6%
Participar das ações políticas	1	0,6%
Por ser a primeira vez	1	0,6%
Porque é obrigatório e é a única garantia de direito para colocar alguém no poder	1	0,6%
Simpatizei com o candidato (a)	10	6,2%
Somente porque fiz o título de eleitor	20	12,3%
Outros	1	0,6%
Total	162	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se, pois, que a maior porcentagem de jovens que votaram, 58,6%, foi motivada pelo interesse em votar, seguido por aqueles que só votaram porque fizeram o título de eleitor, um total de 12,3%. Dos 161 jovens que fizeram o título eleitoral antes de completar 18 anos de idade, 86,3% votaram nas eleições de 2016, demonstrando que o jovem que faz o título de eleitor, quando esta opção é facultativa, apresenta um índice significativo de interesse em participar do processo eleitoral.

No que se refere ao motivo pelo qual os jovens não votaram nas eleições, 258 deles responderam. Segue a Tabela 06, apresentando os motivos:

Tabela 06 - Motivos de não votar

Motivos de Não Votar	Frequência	Porcentagem
Justifiquei	1	0,4%
Não estar no estado de Origem	1	0,4%
Não possuir título de eleitor	157	60,9%
Não ser obrigatório	29	11,2%
Não simpatizar com os candidatos	10	3,9%
Não ter informações suficientes	5	1,9%
Não ter interesse em votar	37	14,3%
Não ter tempo	4	1,6%
Outros	6	2,3%
Não informado	7	2,7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nota-se que mais da metade dos jovens entrevistados, 60,9%, não votou nas eleições por não possuir o título de eleitor, seguido pela opção de não ter interesse em votar com 14,3%, e por não ser obrigatório, com 11,2%. No entanto, dos 420 jovens, 61,2% não fez o título antes de completar os 18 anos de idade, o que revela a probabilidade de que estes só fariam o título de eleitor quando fosse obrigatório. Constata-se, assim, que a participação no processo eleitoral só ocorreria a partir da obrigatoriedade.

O voto, por ser obrigatório, é a única forma regular pelo qual a maioria dos brasileiros exerce a participação política. As outras formas de participação têm relevância no cenário nacional, mas envolvem segmentos minoritários (SCHMIDT, 2000, p. 248).

A obrigatoriedade do voto faz com que o eleitor participe do processo eleitoral. Dos jovens entrevistados, percebe-se que a maioria optou por participar do processo eleitoral somente quando compulsório, e somente 38,3% deles fizeram o título eleitoral antes de completar os 18 anos. No Brasil, o não comparecimento às urnas para quem possui mais de 18 anos é punível com multa e ações de aspectos burocráticos.

No que diz respeito a conhecer algum vereador do município de Toledo/PR, 44,3% dos jovens alegou não conhecer, 41,9% conhecia, 12,1% respondeu que não tinha interesse em conhecer e 1,7% não informou. Os jovens que conheciam algum

vereador do município apresentaram maior porcentagem de comparecimento às urnas, 57,2% deles votaram nas eleições de 2016, em compensação, dos que não conheciam nenhum vereador, 32,1% o fez.

O fato de conhecer um vereador pode ser considerado um dos motivadores de voto, pois as eleições de 2016 foram de âmbito municipal, em que a relação entre candidato e eleitor acaba sendo mais próxima, o que pode levar o eleitor a comparecer às urnas para tentar eleger o seu candidato.

5.5 CONHECIMENTO POLÍTICO

No questionário aplicado, sete questões estavam relacionadas a acontecimentos políticos de âmbito municipal, estadual e nacional. O intuito dessas perguntas era o de constatar se os jovens estavam acompanhando estes acontecimentos. Na mensuração das respostas, foi utilizada a seguinte escala de porcentagem: para nenhum acerto, foi atribuído o valor de 0%; de 1 a 2 questões corretas, 25%; de 3 a 4 questões, 50%; de 5 a 6 questões, 75%; e todas corretas, 100%. Dos 420 entrevistados, 2 não acertaram nenhuma questão, ou seja, 0%; 5 acertaram 25%, 79 responderam 50% corretamente, 268 acertaram 75%, e 66 atingiram 100%.

Constata-se, assim, que a maioria dos jovens acompanhou os acontecimentos e notícias relativos a questões políticas e é comum entre eles o fato de buscar informações sobre questões políticas, acompanhar o que acontece na política pelos meios de comunicação e conversar com as pessoas sobre assuntos políticos. Tendo em vista que as pessoas com as quais os jovens mais conversavam sobre política eram os colegas de escola, os pais e os professores, nota-se que a família e a escola são atuantes na socialização política dos indivíduos.

No que se referia ao conhecimento sobre assuntos políticos, dos jovens que não possuíam título eleitoral, 65,3% acertaram de cinco a seis das perguntas e 12,7% acertaram todas as perguntas. A respeito dos jovens que tinham, 62% acertaram de cinco a seis das perguntas e 19,6% acertaram a todas as perguntas. Identificou-se que tanto os jovens que tinham o título eleitoral quanto os que não tinham acompanhavam o que acontecia na política em âmbito municipal, estadual e regional.

5.6 MÍDIA COMO AGENTE DE SOCIALIZAÇÃO

Em relação ao meio de comunicação que os jovens utilizavam para acompanhar as notícias referentes aos acontecimentos políticos, sobressaiu-se a internet, com 366 jovens fazendo seu uso. Em seguida aparece a TV, com 333 jovens, que declararam utilizá-la para acompanhar as notícias referentes à política; as redes sociais, com 305; o rádio, com 288, usado como meio de acompanhar as notícias referentes aos acontecimentos políticos; e o jornal e a revista, em meio impresso, totalizando 273 jovens, sendo o meio de comunicação menos utilizado.

Entre as agências de socialização e a mídia também têm destaque e influência, e só aumentaram com o avanço da globalização e das tecnologias, alçando a mídia a condição de parte do processo de socialização, devido a sua abrangência. As informações que por muito tempo foram repassadas de forma impressa ou pelo rádio, ganharam notoriedade com a televisão, que passou a ser comum entre as pessoas. Outro marco importante para a mídia foi o avanço tecnológico e da internet, com os quais as informações se difundem de forma rápida, permitindo a interação entre pessoas e informações em tempo real.

A globalização não é algo controlável e gera novas situações que afetam a população e todos os setores da sociedade. Um dos setores que mais expandiu foi o da tecnologia da informação, possibilitando que os acontecimentos do mundo pudessem ser vistos e acompanhados por todos, além de facilitar o contato entre as pessoas. Sem dúvida, as novas tecnologias da informação causaram um impacto revolucionário na sociedade.

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer, que embora não determine a evolução histórica a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que a sociedades, sempre em um processo conflituoso, decide dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 1999, p. 26).

A revolução da tecnologia da informação está associada à reestruturação do sistema capitalista. Seguindo o pensamento de Castells (1999, p. 31), “[...] o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldadas pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões

desses interesses.”. Ocorreu, assim, um aumento significativo na utilização das novas tecnologias e a revolução tecnológica trouxe novos recursos que são utilizados nos diversos setores da sociedade, agregando mudanças e novos conhecimentos ao cotidiano das pessoas.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999, p. 51).

As novas tecnologias da informação resultaram em novos conhecimentos e os usuários aprenderam a utilizá-las e delas se apropriar. Dentre tantas novas tecnologias, uma das que mais se destacou foi a internet que, agregada a outras mídias, causou transformações relevantes nas comunicações em massa, como o jornal, a televisão, o rádio e a telefonia. A internet possibilita que um grande número de pessoas tenha acesso à informação e também possam ser reprodutores dela. A mídia é, nesse sentido, considerada formadora de opiniões, pois, em suas mais diversas formas, leva informações sobre acontecimentos de inúmeros lugares para as pessoas.

Os estudos realizados por Castells (1999, p. 34), sobre as novas tecnologias sugerem que “[...] o surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura.”. O autor já havia discutido sobre as mudanças que um novo sistema eletrônico de comunicação traria para a sociedade, porém quando chegou a essa conclusão o sistema eletrônico de comunicação não contava com as várias reformulações e avanços que ocorreram com o passar dos anos.

Pelo que mostram estudos empíricos, a mídia não é uma variável independente na indução de comportamentos. Suas mensagens, explícitas ou subliminares, são trabalhadas, processadas por indivíduos localizados em contextos sociais específicos, dessa forma modificando o efeito pretendido pela mensagem. Mas a mídia, em particular a mídia audiovisual de nossa cultura representa de fato o material básico dos processos de comunicação. Vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação (CASTELLS, 1999, p. 360-361).

De acordo com a ideia de Castells, a mídia não é neutra e suas mensagens buscam alcançar objetivos específicos e pré-definidos. Além disto, a busca pela audiência abriu o caminho para a diferenciação e transformação da mídia que, de comunicação de massa, passou à segmentação, adequação ao público e individualização. Em outras palavras, a mídia passou a produzir visando ao seu público consumidor, o que levou a uma significativa diversidade.

O que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais [...] É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflito social. Mas, o preço a ser pago pela inclusão no sistema é adaptação a sua lógica, a sua linguagem, a seus pontos de entrada, a sua codificação e decodificação (CASTELLS, 1999, p. 396).

Percebe-se, como já havia sido afirmado pelo referido autor, uma mudança cultural, proporcionada pelos avanços da tecnologia e dos sistemas de comunicação e a tendência é que esses sistemas continuem em constante transformação, adaptação e contemplem, ainda mais, a sociedade e as pessoas. Fundamentada a partir das transformações ocorridas devido aos avanços das tecnologias da comunicação e informação, surge a sociedade em rede, termo que foi elaborado pelo sociólogo Castells (2013, p. 9):

Os seres humanos criam significados interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

As mudanças ocorridas pela tecnologia alcançaram diversos setores da sociedade, porém nem todos tiveram o mesmo grau de abrangência ou transformação, pois apesar do avanço das tecnologias, ainda não ocorreu uma total organização social baseada em redes. “Na sociedade em rede a virtualidade é a refundação da realidade através de novas formas de comunicação socializável.” (CASTELLS, 2005, p. 24). A política é um dos setores que foi amplamente atingido pelas tecnologias da informação e comunicação, pois o avanço tecnológico transformou sua dinâmica, tendo em vista que ela é pública:

[...] uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem. De facto, a teoria da audiência interactiva, apoiada por investigações em várias culturas, determinou que os receptores de mensagens processam essas mensagens nos seus próprios termos (CASTELLS, 2005, p. 24).

Para Castells, as opiniões públicas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação, de modo que as inovações tecnológicas neste setor causaram grande impacto em relação às questões políticas, principalmente porque as informações passaram a ser de domínio público, trazendo consequências no processo político e nas instituições sociais. A globalização e as novas tecnologias trouxeram diversas consequências para as pessoas e a sociedade, ampliando o acesso às informações: o que antes ficava limitado apenas à imprensa, jornalistas e afins, passou a ser de carácter público. Com o avanço da internet e a facilidade ao acesso, as notícias e os acontecimentos passaram a ser divulgados em segundos e por diversas fontes, permitindo que várias opiniões fossem formadas.

Constatou-se, entre os jovens entrevistados, que o meio de comunicação mais utilizado para obter informação sobre questões políticas é a internet, seguida pela TV e pelas redes sociais. Considerando que para o acesso da maioria das redes sociais é necessário estar conectado à internet, esta demonstrou-se a alternativa prioritária entre os jovens na busca e acompanhamento das informações sobre política.

5.7 ACOMPANHAMENTO DOS JOVENS SOBRE AÇÕES E INFORMAÇÕES POLÍTICAS

A última parte desta pesquisa se voltou às atividades, aos eventos e às conversas que os jovens realizaram sobre assuntos políticos. As perguntas foram organizadas em quadros para que os jovens tivessem mais opções de respostas e, também, para facilitar a análise.

Em relação a **acompanhar as ações dos políticos**, 20% dos jovens declararam acompanhar de 1 a 3 vezes por semana; 6,7%, mais de três vezes por semana; 20%, nunca; 49,8%, raramente; 2,6%, todos os dias; e 1% não informou. Comparando esse item com os jovens que possuíam ou não título de eleitor, nota-se que a prática de acompanhar as ações dos políticos é similar, sendo que a opção que mais se destaca é a de raramente acompanhar as ações dos políticos. Entre os jovens que não possuíam título eleitoral, 51,3% acompanha raramente, e entre os que possuíam título eleitoral o percentual foi de 47,8%. Observa-se, assim, um baixo interesse em acompanhar as ações dos políticos, independentemente de ter ou não o título.

Nota-se que dentre os jovens que não têm título eleitoral, 1,7% acompanha as ações dos políticos todos os dias; em contrapartida, dos jovens que têm título eleitoral, 0,8% o fazem. Dos jovens entrevistados que mais acompanhavam as ações dos políticos, sobressaiu-se os do sexo masculino; os que se declararam de cor branca e parda; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados e seguidos os que nunca trabalharam; e os que declararam renda de 4 a 5 e de 8 a 9 salários mínimos.

Sobre **acompanhar o que acontecia na política pelos meios de comunicação**, 28,1% dos jovens acompanhavam de uma a três vezes por semana; 11,9%, mais de três vezes por semana; 12,4%, nunca; 35,5%, raramente; 11,4%, todos os dias; e 0,7% não informou. Dos jovens que não tinham título de eleitor, 8,5% acompanhava todos os dias e 30,1%, de uma a três vezes por semana. Com mais frequência estão os jovens que tinham o título, isto é, 15,2% acompanhava todos os dias e 25,5%, de uma a três vezes por semana. Portanto, tanto os jovens que tinham quanto os que não tinham o título acompanharam de maneira

significativa o que acontecia na política pelos meios de comunicação, e a mídia despontou como grande agência da socialização política dos jovens entrevistados.

Dos jovens que mais acompanharam o que acontecia na política pelos meios de comunicação, sobressaem-se os do sexo feminino; os que se declararam de cor branca e parda; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam nunca trabalhar e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

No quesito **buscar informações sobre os políticos**, 10,2% o fez de uma a três vezes por semana; 4,8%, mais de três vezes por semana; 29,8%, nunca; 50%, raramente; 2,6%, todos os dias; e 2,6% não informou. Em uma comparação com os jovens que não tinham título eleitoral, observa-se que 48,7% raramente buscou informações sobre os políticos e 31,8% nunca o fez, e entre os que tinham, o percentual foi de 50% e 29,8%, respectivamente. Percebe-se, assim, que buscar informações sobre os políticos não é comum entre os jovens entrevistados.

Dentre os jovens entrevistados que mais buscaram informações sobre os políticos, os mais frequentes são do sexo masculino; os que se declararam de cor negra e parda; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados e os que nunca trabalharam; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

A respeito de os jovens **buscarem informações sobre questões políticas**, 16,7% o fez de uma a três vezes por semana; 10,7%, mais de três vezes por semana; 26,2%, nunca; 40%, raramente; 4,5%, todos os dias; e 1,9% não informou. Dentre os que não possuíam título eleitoral, 38,6% raramente buscou informações e 27,5% nunca o fez, e dos jovens que o possuíam, o percentual é de 41,8% para raramente e 24,5% para nunca. Assim, na mesma linha do quesito anterior, buscar informações sobre questões políticas não é algo muito praticado pelos jovens.

Dos entrevistados que mais buscaram informações sobre questões políticas, destaca-se o sexo masculino; os que se declararam de cor negra e branca; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados e que os nunca trabalharam; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

Quanto aos jovens **conversarem com as pessoas sobre assuntos políticos**, 19,0% o fazem de uma a três vezes por semana; 11%, mais de três vezes por semana; 19,5%, nunca; 40,7%, raramente; 8,6%, todos os dias; e 1,2% não informou. Quanto àqueles que não tinham o título de eleitor, 19,1% conversa de uma a três vezes por semana e 38,6% raramente o faziam, já dos que tinham o título, o percentual é de 19% e 43,5%, respectivamente. Assim, quem não possuía o título, conversava mais.

Os entrevistados que mais conversavam com as pessoas sobre política foram os do sexo masculino; os que se declararam de cor negra e branca; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados e os nunca trabalharam; e os que declararam renda de 2 a 3 salários mínimos.

Acerca da **participação nas sessões da Câmara Municipal de Vereadores do município de Toledo/PR**, cumpre esclarecer que a análise será computada no item sobre ter participado de alguma das sessões durante o ano de 2016, considerando, para tanto: jovens que afirmaram participar todos os dias, mais de três vezes por semana, de uma a três vezes por semana e raramente. Isto posto, tem-se que 15,9% dos jovens participaram, 83,1% não participaram e 1% não informou. Relacionando estes dados aos jovens que não tinham título eleitoral, tem-se que 15,2% destes participaram, 83,9% não participou e 0,8% não informou. Entre os que tinham o título, 16,8% participou, 82,1% não participou e 1,1% não informou. Verifica-se, então, uma mínima diferença – maior para os que tinham título – entre os que declararam ter participado de sessões.

Os jovens que mais participaram das sessões são do sexo masculino; os que se declararam de cor branca e parda; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

Neste item de acompanhamento de ações e informações políticas, observa-se que existe semelhança no comportamento dos jovens, indiferentemente de possuir ou não o título de eleitor. Contudo, os que não o tinham realizavam mais ações, como acompanhar as ações dos políticos e conversar com as pessoas sobre assuntos políticos. As ações mais realizadas pelos jovens que tinham o título são: acompanhar o que acontecia na política pelos meios de comunicação e participar de

sessão da Câmara de Vereadores do Município de Toledo/PR. As ações de buscar informações sobre os políticos e sobre questões políticas eram semelhantes, independentemente de ter ou não o título eleitoral.

5.8 CONVERSAS SOBRE ASSUNTOS POLÍTICOS COM PESSOAS DO CÍRCULO SOCIAL

No que diz respeito à frequência com que os jovens costumavam conversar sobre assuntos políticos com as pessoas do seu círculo social, no item **conversar com os amigos**, 18,1% o faziam de uma a três vezes por semana; 10,2%, mais de três vezes por semana; 20,7%, nunca; 43,1%, raramente; 6,2%, todos os dias; e 1,7% não informou. Dos que não possuíam título de eleitor, 7,2% conversava todos os dias e 41,5% raramente o fazia, já entre os que o possuíam, o total é de 4,9% e 45,1%, respectivamente. Portanto, quem não tinha o título conversava mais assiduamente.

Os entrevistados que mais conversam com os amigos sobre assuntos políticos são do sexo masculino; os que se declaram de cor amarela e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que somente moravam com a mãe; os que declararam estar empregados e os nunca trabalharam; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

Sobre **conversar com seus colegas de escola** sobre assuntos políticos, 17,4% informaram conversar de uma a três vezes por semana; 10%, mais de três vezes por semana; 20,7%, nunca; 42,6%, raramente; 6,7%, todos os dias; e 2,6% não informou. Os que não possuíam o título de eleitor conversavam com mais regularidade – 11,9%, mais de três vezes por semana e 18,2%, nunca – do que os que possuíam – 7,6% e 23,9%, respectivamente.

Dentre os jovens que mais conversavam com os colegas de escola sobre assuntos políticos, prevaleceram os do sexo feminino; os que se declaram de cor branca e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam que nunca trabalharam e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

Quanto a **conversar com os familiares** sobre assuntos políticos, 19,8% conversava de uma a três vezes por semana; 12,1%, mais de três vezes por

semana; 17,1%, nunca; 41,9%, raramente; 7,9%, todos os dias; e 1,2% não informou. Quanto aos jovens que não tinham título de eleitor, 5,9% conversava todos os dias e 46,2% raramente o fazia, sendo, pois, menos frequente dos que possuíam o título, pois 10,3% conversava todos os dias e 36,4% raramente o fazia.

Entre os jovens que mais conversavam com os familiares sobre assuntos políticos, prevalecem os do sexo feminino; os que se declaram de cor negra e branca; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os jovens que declararam que nunca trabalharam e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

No que se refere a **conversar com a lista de contatos das redes sociais** sobre assuntos políticos, 7,6% conversava de uma a três vezes por semana; 5,5%, mais de três vezes por semana; 47,4%, nunca; 33,3%, raramente; 2,9%, todos os dias; e 3,3% não informou. Dos que não tinham título de eleitor, 32,2% raramente conversava e 48,3% nunca o faziam, e dos que tinham o título, o percentual é de 34,8% e 46,2%, respectivamente.

Dos jovens que mais conversavam com os contatos das redes sociais sobre assuntos políticos, sobressaem os do sexo masculino; os que se declararam de cor negra e branca; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam nunca ter trabalhado e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 1 a 2 e de 4 a 5 salários mínimos.

Verifica-se que os jovens, independentemente do título eleitoral, raramente ou nunca conversam com a lista de contatos das redes sociais sobre assuntos políticos. Mesmo sendo a internet e as redes sociais os meios de comunicação por meio dos quais eles mais buscam e acompanham as informações sobre política, são os meios pelos quais os jovens menos conversavam sobre os assuntos políticos.

Em relação a **conversar com os pais** sobre assuntos políticos, 18,8% conversava de uma a três vezes por semana; 13,6%, mais de três vezes por semana; 19,5%, nunca; 37,4%, raramente; 9,8%, todos os dias; e 1% não informou. Dos que não tinham o título de eleitor, 8,5% conversava todos os dias e 16,1% de uma a três vezes por semana; dos que tinham, o valor é de 11,4% e 22,3%, respectivamente, isto é, com mais regularidade do que os que não tinham.

Dos entrevistados que mais conversavam com os pais sobre assuntos políticos, têm destaque os do sexo feminino; os que se declararam de cor negra e branca; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam nunca ter trabalhado e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

O último item procurou levantar dados sobre o fato de **conversar com os professores** sobre assuntos políticos. 21,7% conversava de uma a três vezes por semana; 16%, mais de três vezes por semana; 17,9%, nunca; 35,5%, raramente; 6,9%, todos os dias; e 2,1% não informou. Comparando com os jovens que não tinham título de eleitor, 8,1% conversavam todos os dias e 14% nunca conversavam, sendo mais frequente do que os que tinham, pois 5,4% conversavam todos os dias e 22,8% o fazia.

Dos jovens que mais conversavam com os professores sobre assuntos políticos, destacam-se os do sexo feminino; os que se declararam de cor amarela e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam nunca ter trabalhado e os que estavam empregados; e os que declararam renda de 4 a 5 salários mínimos.

A respeito de conversar sobre política com pessoas do círculo social, observa-se que os jovens conversavam mais frequentemente sobre este assunto com os pais e familiares, o que permite constatar que a família tem grande influência na socialização política dos jovens. Considerando-a a primeira agência socializadora com a qual os indivíduos interagem, a família continuou influenciando na socialização política os jovens entrevistados com a faixa etária de 16 a 19 anos de maneira expressiva.

No quesito conversar com as pessoas sobre assuntos políticos, os jovens que não tinham título eleitoral conversavam mais com pessoas de diferentes círculos sociais, isto é, os amigos, os colegas de escola e os professores. Os jovens que tinham título de eleitor conversam mais com os familiares e com os pais. Já em relação a conversar com a lista de contatos das redes sociais, houve semelhança entre os jovens com e sem título eleitoral, sendo este o círculo social em que os jovens menos conversavam sobre política.

5.9 PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EM EVENTOS E ATIVIDADES

Existem diversos eventos e atividades relacionados à política que são abertos à participação da população e que os jovens também podem participar. Com a redemocratização, vários canais de participação permitiram que os cidadãos participassem das tomadas de decisões, porém nem todos são envolvidos nos processos decisórios. Como discutido nos capítulos anteriores, os jovens têm seu direito de participação garantido e a forma como ocorre essa participação juvenil passou por mudanças, assim como as gerações.

Conforme apontado por Carrano (2012, p. 94), “[...] os jovens tendem a se engajar mais em causas do que em instituições. Aderem a ações coletivas que lhes permitam controlar os processos decisórios e cujos resultados não sejam postergados para um futuro longínquo [...]”. Buscou-se também, nessa pesquisa, identificar com quais atividades e eventos relacionados à política os jovens estudantes do ensino médio no município de Toledo/PR mais se envolveram no ano de 2016, conforme explicita a Tabela 07, a seguir:

Tabela 07 - Participação dos entrevistados em eventos e atividades

Eventos/Atividades	Participou	Não Participou	Não Informado
Abaixo-assinados	33,6%	64,8%	1,7%
Associações comunitárias/de moradores	16,2%	81,7%	2,1%
Atividades religiosas	46,4%	51,9%	1,7%
Conselho Escolar	13,3%	84,3%	2,4%
Conselho Municipal da Juventude	5,0%	92,6%	2,4%
Grêmios Estudantil da Escola	18,1%	80,0%	1,9%
Manifestações, protestos, passeatas	38,8%	59,3%	1,9%
Ocupações de escolas	23,1%	76,2%	0,7%
Orçamento participativo	7,4%	90,5%	2,1%
Organizações Não Governamentais	6,2%	91,7%	2,1%
Partidos políticos	3,8%	94,3%	1,9%
Reuniões políticas	11,0%	87,1%	1,9%
Sindicatos de trabalhadores	6,2%	92,1%	1,7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que a atividade ou evento que os jovens mais participaram no ano de 2016 foram atividades religiosas, com um total de 46,4% de envolvimento. Os que mais participaram foram os do sexo feminino; os que se declararam de cor amarela e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, seguidos pelos que moravam somente com a mãe; os que declararam estar empregados e os que nunca trabalharam; e os que declararam renda de 2 a 3 e de 4 a 5 salários mínimos.

A segunda atividade que teve mais participação foram as manifestações, os protestos e as passeatas, com 38,8%. Sobressaíram-se, nesta, o sexo feminino; os que se declararam de cor indígena e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe; os que declararam nunca ter trabalhado, seguidos dos que estavam empregados; e os que declararam renda de 2 a 3 e de 4 a 5 salários mínimos.

Em terceiro lugar ficaram os abaixo-assinados, com 33,6%. As participações mais constantes foram de jovens do sexo masculino; dos que se declararam de cor indígena e negra; dos que estudavam em escola pública; dos que moravam com pai e mãe; assim como os que declararam estar empregados, seguidos dos que nunca trabalharam; e dos que tinham renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

Em quarto lugar estão as ocupações de escolas, com 23,1%. Nesta atividade, houve maior adesão do sexo feminino; dos que se declararam de cor negra e parda; dos que estudavam em escola pública; dos que moravam com pai e mãe; dos que estavam empregados e dos que nunca trabalharam; e dos que declararam renda de 2 a 3 salários mínimos.

Em quinto lugar aparecem os grêmios estudantis, com 18,1%. Os jovens entrevistados que mais participaram dessa atividade foram os do sexo feminino; os que se declararam de cor amarela e branco; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe; os que estavam empregados; e os que possuíam renda de 2 a 3 e de 4 a 5 salários mínimos.

Em sexto lugar constam as associações comunitárias/de moradores, com 16,2%, em que o maior índice de participação foi dos jovens de sexo masculino; os que se declararam amarelos e negros; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe; os que declararam estar empregados e os que nunca trabalharam; e os que possuíam renda de 2 a 3 e de 6 a 7 salários mínimos.

Em sétimo lugar está o conselho escolar, com 13,3%, em que os que mais participaram foram os jovens do sexo masculino; os que se declararam de cor amarela e indígena; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe, os que declararam estar empregados e os que nunca trabalharam; e os que possuíam renda de 4 a 5 salários mínimos.

Em oitavo lugar aparecem as reuniões políticas, com 11%. Nestas, foram mais constantes: o sexo feminino; os que se declararam de cor parda e amarela; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe; os que nunca trabalharam e os que estavam empregados; e os que possuíam renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

Em nono lugar está a presença em orçamentos participativos, com 7,4%, em que os jovens que mais frequentaram foram os do sexo masculino, os que se declararam de cor indígena e negra, os que estudavam em escola pública, os que moravam com pai e mãe, os que declararam estar empregados e os que possuíam renda de 6 a 7 e de 4 a 5 salários mínimos.

Em décimo lugar constam as Organizações Não Governamentais, com 6,2%. Os mais ativos foram os entrevistados do sexo feminino; os que se declararam de cor amarela e negra; os que estudavam em escola pública; os que moravam com pai e mãe; os que declararam estar empregado e os que nunca trabalharam; e os que possuíam renda de 4 a 5 salários mínimos.

A décima primeira atividade foram os Sindicatos de trabalhadores, com 6,2%. A maior adesão do sexo masculino; dos que se declararam de cor parda e negra; dos que estudavam em escola pública; dos que declararam estar empregados e os que nunca trabalharam; e dos que possuíam renda de 4 a 5 e de 2 a 3 salários mínimos.

A décima segunda foi a participação no Conselho Municipal da Juventude, com 5%, em que se destacam o sexo masculino, os que se declararam de cor parda e branca, os que estudavam em escola pública, os que moravam com pai e mãe, os que participaram do Conselho Municipal da Juventude, assim como os jovens que declararam estar empregados e os que possuíam renda de 2 a 3 e de 1 a 2 salários mínimos.

Por fim, a décima terceira atividade foi a participação em partidos políticos, com 3,8%, sobressaindo os jovens do sexo feminino, os que se declararam de cor branca e parda, os que estudavam em escola pública, os que moravam com pai e

mãe, os que declararam estarem empregados e aqueles com renda de 8 a 9 e de 4 a 5 salários mínimos.

Foi realizada, também, a comparação de participação em atividades e eventos entre os jovens que tinham ou não o título de eleitor com o objetivo de identificar se o fato de possuir o título eleitoral influencia na participação em atividades e eventos, de acordo com a Tabela 08:

Tabela 08 - Cruzamento participação em eventos e atividades dos entrevistados com e sem título eleitoral

Eventos/Atividades	Jovens sem título eleitoral		Jovens com título eleitoral	
	Participou	Não Participou	Participou	Não Participou
Abaixo-assinados	29,7%	69,5%	38,6%	58,7%
Associações comunitárias/de moradores	16,5%	81,8%	16,2%	81,5%
Atividades religiosas	45,8%	52,5%	47,3%	51,1%
Conselho Escolar	11,9%	86,0%	15,2%	82,1%
Conselho Municipal da Juventude	5,9%	92,4%	3,8%	92,9%
Grêmio Estudantil da Escola	17,8%	80,1%	18,5%	79,9%
Manifestações, protestos, passeatas	39,4%	58,9%	38,8%	59,8%
Ocupações de escolas	23,7%	75,0%	22,3%	77,7%
Orçamento Participativo	5,5%	92,4%	9,8%	88,0%
Organizações Não Governamentais	7,2%	91,1%	4,9%	92,4%
Partidos Políticos	3,4%	94,9%	4,3%	93,5%
Reuniões políticas	9,7%	88,6%	12,5%	85,3%
Sindicatos de trabalhadores	5,1%	93,6%	7,6%	90,2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que a participação em eventos e atividades é semelhante entre os jovens que tinham ou não título eleitoral, de modo que os que possuíam apresentaram mais participação em oito atividades ou eventos, dos treze apresentados. Os jovens que tinham o título participaram mais de abaixo-assinados, do orçamento participativo e do conselho escolar e entre os que não o tinham,

destacam-se as organizações não governamentais, o Conselho Municipal da Juventude e as ocupações de escola.

No ano de 2013, foi realizada no Brasil uma pesquisa de nível nacional intitulada “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros”, que teve como objetivo analisar as características da juventude no país, com foco na participação política. Um dos pontos semelhantes da pesquisa “Agenda Juventude Brasil”, realizada em 2013, e a pesquisa em questão é a adesão ao título eleitoral. Na pesquisa realizada em 2013 os dados mostraram que:

É alta a porcentagem de jovens que tira o título de eleitor, mesmo nas faixas etárias em que essa adesão é facultativa. Isso demonstra um grau elevado de reconhecimento desse ritual de exercício da democracia uma vez que 2/3 dos jovens tiraram (55%) ou pretendem tirar (10%) antes dos dezoito anos de idade (BRASIL, 2014, p. 85).

Na pesquisa com os jovens estudantes do município de Toledo/PR a adesão ao título eleitoral antes dos 18 anos foi efetuada por 38,3% dos entrevistados, ou seja, mais de um terço aderiu ao título antes da obrigatoriedade – um número menor se comparado com a pesquisa de nível nacional realizada em 2013.

Outro ponto semelhante das pesquisas reside em analisar a participação dos jovens em associações e entidades. Na pesquisa de 2013, algumas associações, entidades e alguns grupos se destacaram de maneira negativa no que se refere ao interesse do jovem em participar ou não ter vontade de participar, dentre elas: o Partido Político, com 88% de negatividade entre os jovens. Semelhante dado nota-se na pesquisa realizada em 2016 no município, em que 94,3% dos entrevistados não participaram de Partido Políticos.

No que se refere às formas de atuação, na pesquisa realizada em 2013, os jovens citaram que “[...] dentre as principais formas de atuação que devem ser feitas para ajudar o Brasil a mudar e a melhorar, cerca de 46% mencionam a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas [...]” (BRASIL, 2014, p. 89). Na presente pesquisa, uma das atividades em que os jovens mais participaram no ano de investigação foram as manifestações, passeatas e os protestos, com 38,8% de adesão, notando-se similaridade entre os jovens do município de Toledo/PR aos de nível nacional.

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber

até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões. Numa perspectiva funcionalista de elogio ao ajustamento pode-se dizer que a apatia política seria salutar por expressar potencialmente a estabilização da ordem social. Do ponto de vista democrático, contudo, a sociedade não pode ser encarada como um conjunto de regras permanentemente instituídas que devem ser seguidas pelas novas gerações, mas como cultura que se coloca em movimento pela interação entre os sujeitos que participam da vida social e são capazes de modificar as regras que herdaram das gerações precedentes (CARRANO, 2012, p. 88).

Conforme apontado por Carrano (2012), as novas gerações não, necessariamente, precisam seguir um conjunto permanente de regras. As mudanças na forma de participação são imprescindíveis, tendo em vista que as necessidades da sociedade e da juventude também se transformam. Assim, é fundamental compreender como é praticada a participação e atuação juvenil, de acordo com cada geração, considerando as particularidades e as diferentes formas de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre cultura política têm como destaque os autores Almond e Verba, que definem cultura política como padrão de atitudes e orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político, e se tornaram precursores na utilização de pesquisas empíricas relacionadas ao comportamento político. Conforme desenvolvido até aqui, a cultura política tem início na infância do indivíduo e se prolonga no decorrer da vida, pois sua formação ocorre por meio das relações sociais entre os indivíduos e o contato destes com as agências socializadoras.

A cultura política tem como um de seus objetivos a busca pela explicação do comportamento político, abrangendo, para tanto, estudos sobre socialização política, que envolvem a ideia do processo de aprendizagem dos indivíduos, por meio das influências externas socializantes que recebem. Estas, por sua vez, são fatores que contribuem para a formação da personalidade do indivíduo. Os estudos e pesquisas sobre socialização política estão relacionados à questão da formação política dos indivíduos, isto é, ao conjunto de experiências a que cada um é exposto durante seu processo de formação de identidade social – o que também influencia nas relações e nos comportamentos políticos.

Assim, a socialização política compreende o processo permanente e contínuo pelo qual o indivíduo passa no decorrer da vida, estimulado pelas agências socializadoras como a família, a escola, a mídia, os grupos de pares, entre outros. Essa socialização não acontece de maneira única, pois leva em consideração a realidade social, temporal, histórica e a conjuntura em que cada indivíduo está inserido. Estas peculiaridades, portanto, constituem a socialização política, motivada por fatores pessoais e sociais.

Como exposto, a socialização política ocorre em todas as fases da vida e de maneira constante. Há muitos estudos que se voltam para a socialização política na fase da juventude – e em que se assenta a presente pesquisa. Contudo, aqui o objetivo foi analisar a socialização política de jovens estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR, com faixa etária entre 16 a 19 anos de idade, partindo do princípio de que o Estatuto da Juventude do Brasil, promulgado no ano de 2013, considera jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos.

O conceito de juventude se encaixa em uma categoria social construída na modernidade e, mesmo sendo considerada uma categoria social, cada pessoa

experimenta a juventude de maneira diferente, de acordo com o meio que está inserida. Nesse percurso, a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero e o contexto histórico, nacional e regional influenciam na formação e na experiência de juventude de cada indivíduo, fazendo com que a juventude seja vivenciada de forma diferente, por mais parecidas que sejam as experiências.

A juventude também está inserida no contexto cultural e possui suas características particulares, passando por mudanças, recebendo influências e contribuindo com as demais culturas. Por esse motivo, ela é considerada uma condição com diversos significados e também uma construção social, já que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis com dificuldades, facilidades e poderes distintos entre as sociedades.

Existem, no Brasil, diversas leis e políticas públicas elaboradas para o segmento da juventude, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Conselho Nacional da Juventude (2005) e o Estatuto da Juventude (2013), que são os principais instrumentos legais para garantir os direitos dos jovens e adolescentes no país. Considerando que nem todos os jovens possuem as mesmas oportunidades, as políticas públicas de juventude deveriam agir como um instrumento em busca da minimização das desigualdades deste segmento.

O Estatuto da Juventude (2013) assegura a participação social e política dos jovens como direito, entendendo a necessidade de promoção de políticas, programas e ações que incentivem e ampliem a participação juvenil e promovem, também, a participação ativa nos espaços decisórios. O Estatuto compreende que é fundamental que os jovens participem das arenas de decisões e se analise a socialização política deles, percebendo quais meios os influenciam, os espaços de que participam e os assuntos e as questões políticas de que se interessam.

Para a realização deste trabalho, primeiramente, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica e a análise de trabalhos semelhantes já concretizados no país. A segunda etapa foi a aplicação dos questionários quantitativos, em que foram aplicados 420 questionários aos jovens, com idade entre 16 e 19 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas do município de Toledo/PR. Após o término da aplicação dos questionários, realizou-se a tabulação dos dados e, em seguida, a análise dos dados e comparação com a literatura.

Sobre a análise dos dados socioeconômicos, a maioria dos jovens entrevistados possuía idade entre 16 e 17 anos, mais de 50% era do sexo feminino

e a maioria residia na área urbana do município. Quanto a ter aderido ao título eleitoral e ao comparecimento às urnas nas eleições de 2014 e 2016, observou-se um percentual maior de participação do sexo masculino. É relevante ponderar, também, que, apesar de mais da metade dos entrevistados se autodeclararem de cor branca, nota-se que os negros foram os que mais tinham aderido ao título de eleitor, garantindo, conseqüentemente, maior participação nas eleições de 2016.

Com a Constituição de 1988, todos os que possuem entre 18 a 70 anos passaram a ter a obrigatoriedade ao voto, independentemente de sexo ou cor. A consequência disto foi a oportunidade de a maioria da população brasileira participar dos processos eleitorais, o que inclui a presença juvenil.

Em relação à situação familiar, mais de 60% dos jovens entrevistados moravam com o pai e a mãe. Sabe-se que a família é considerada a primeira e uma das principais agências socializadoras, assim como um agente de socialização política, pois no núcleo familiar muitas ideias e opiniões são discutidas, inclusive sobre questões políticas e, muitas vezes, os jovens podem seguir a posição política dos seus pais e familiares – daí ser importante que tenham contato com outras agências socializadoras.

Apesar da idade dos entrevistados condizer com a idade em que os indivíduos ingressam no mundo do trabalho, mais de 55% dos jovens entrevistados já havia tido uma experiência em relação ao trabalho. A adesão ao título eleitoral e o comparecimento às urnas nas eleições de 2016 foi maior por parte dos jovens que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado, o que se deve, em parte, ao fato de que as relações de trabalho também serem consideradas agências socializadoras e ingressar no mundo do trabalho pode ser considerado um motivador para participar de questões políticas.

A escola também é outra importante agência socializadora em que, além da formalidade do repasse de conteúdos aos alunos, o processo de ensino-aprendizagem é complementado por compartilhamento e discussões de ideias e opiniões. Em outras palavras, a escola proporciona condições para a socialização política do indivíduo devido à diversidade de conhecimento e crenças. Nesta pesquisa, foram entrevistados estudantes de escolas públicas e privadas e notou-se que a adesão ao título eleitoral e a participação nas eleições do ano de 2016 foi maior por parte dos alunos de escola pública e do período noturno.

A análise dos questionários aplicados a 420 jovens estudantes do ensino médio do município de Toledo/PR permitiu perceber como estes jovens representam a atividade política e participam das ações políticas de sua geração, bem como as agências socializadoras que os influenciam na construção do seu ser político, pois, conforme exposto por Castro (2009, p. 180), “[...] é apenas no espaço da convivência comum dos cidadãos que se pode falar, pensar e agir politicamente [...]”. Em relação aos jovens entrevistados, observou-se que as agências socializadas mais influentes em sua formação política são a família, a escola e a mídia. Portanto, é nesses ambientes, conforme demonstrado pelos jovens, que ocorre a maioria das discussões, trocas de ideias e formações de opinião sobre as questões políticas, o que influencia nas suas decisões políticas.

Na juventude, após os 16 ou 18 anos de idade, passa-se a usufruir de vários direitos, dentre eles o direito eleitoral que permite ao jovem a partir dos 16 anos de idade aderir ao título eleitoral e votar. A presente pesquisa tinha como um dos objetivos analisar a adesão ao título eleitoral e o comportamento e participação dos entrevistados em relação às questões políticas. Foi possível notar que dentre os entrevistados, 43,8% tinham aderido ao título eleitoral. No entanto, o fato de ter aderido ou não o título eleitoral não é o único indicador de socialização política, conforme destacado acima.

Outro ponto observado durante a pesquisa foi a falta de confiança dos jovens nos resultados das urnas eletrônicas, pois os que tinham dúvidas e os que não confiavam nos resultados das urnas eletrônicas somaram 74,3%. Percebeu-se, também, uma baixa adesão dos entrevistados – 1,7% apenas – à filiação a partidos políticos. A falta de confiança nos resultados das urnas eletrônicas e na filiação a partidos políticos pode estar relacionada à insatisfação e desconfiança dos jovens em relação ao sistema eleitoral e partidário vigentes, o que pode refletir no comportamento eleitoral do indivíduo.

Observa-se, assim, que o comportamento eleitoral é uma questão pessoal que pode ser influenciada ou não por fatores externos, isto é, a decisão de votar, porque votar e em quem votar cabe ao indivíduo. Outro aspecto observado entre os entrevistados foi a participação nas eleições, no ano de 2016, em que todos os teriam idade para votar e somente 37,9% compareceu às urnas.

Dentre os motivadores para voto, o que mais se destacou foi o interesse em votar, de mais da metade dos jovens: 58,6%. Dentre os motivos para não votar, o

que mais se destacou foi o fato de não possuir título eleitoral, com 60,9%. Considerando que os entrevistados já tinham idade para fazer o título de eleitor, constata-se que a adesão ao título eleitoral e a participação nas eleições é algo que acontecerá para vários jovens somente quando for obrigatório.

No questionário, foi realizado um bloco de questões políticas de âmbito nacional, estadual e municipal, com o objetivo de verificar se os jovens acompanhavam os acontecimentos políticos. Constatou-se que a maioria dos jovens acompanhou os acontecimentos e as notícias relativos às questões políticas. Sobre os meios de comunicação utilizados para se informar sobre questões políticas, os mais utilizados pelos jovens da pesquisa foram a internet e a TV.

Sabe-se que a mídia também é considerada uma agência socializadora e formadora de opiniões e com o avanço das tecnologias de informação, as informações se difundem de forma rápida, permitindo que exista interação em tempo real entre pessoas e informações. Essa possibilidade ampliou a atuação da mídia como uma referência e uma influência para os cidadãos e, também, como instituição presente na formação da socialização política.

Na pesquisa, outro bloco de perguntas visou ao acompanhamento dos jovens em relação às ações e informações políticas. Nota-se uma baixa adesão dos jovens em acompanhar as ações dos políticos, com uma maior interesse em acompanhar o que acontecia na política pelos meios de comunicação. A respeito de buscarem informações sobre questões políticas, percebeu-se maior adesão por parte dos jovens, assim como a prática de conversar com as pessoas sobre assuntos políticos. Participar da Sessão da Câmara dos Vereadores do município de Toledo, todavia, conforme os dados levantados, não foi uma prática muito realizada.

Outro objetivo deste estudo foi o de verificar com quais pessoas do círculo social os jovens conversavam com mais frequência sobre assuntos políticos. Sobressaíram-se os pais e familiares, seguido dos professores, colegas de escola e amigos. Conversar com os contatos das redes sociais sobre assuntos políticos não se constatou como uma prática habitual entre os jovens. Verifica-se que a família e a escola são os ambientes em que os jovens mais discutem assuntos sobre política, o que ressalta a influência dessas agências socializadoras na socialização política dos jovens.

Buscou-se investigar, também, a participação dos jovens nas questões políticas. No período da ditadura, eram constantes as ações e movimentações dos

jovens em prol dos seus direitos e da igualdade e muitos sofreram tortura e até mesmo foram assassinados, em um período marcado pela truculência e violência em relação aos cidadãos. Na década de 1990, destacou-se o movimento dos caras-pintadas, em que um considerável número de pessoas, em sua maioria jovens, foram às ruas pedindo pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Após esses episódios históricos mencionados, entraram em cena outras formas de participação dos jovens nas questões políticas: no ano de 2013 aconteceram diversas manifestações no país que levaram um grande número de pessoas às ruas, destacando-se os jovens. As manifestações de 2013 tinham as mais diversas reivindicações e as pessoas não necessariamente precisavam pertencer a um grupo para fazer as suas reivindicações. O diferencial dessas manifestações é que a ferramenta utilizada para convocar os indivíduos para as manifestações foi a internet, permitindo às pessoas se organizarem rapidamente por meio das redes sociais e outros meios fornecidos pelas tecnologias de comunicação e informação.

Sobre a participação dos jovens em eventos e atividades no ano de 2016, a atividade que os entrevistados mais participaram foram as religiosas, seguida da participação em manifestações, protestos, passeatas, abaixo-assinados e ocupações de escolas – ocorridas no ano de 2016, no estado do Paraná. Os eventos que tiveram menor adesão foram os partidos políticos, seguidos do Conselho Municipal da Juventude, das Organizações Não Governamentais e dos Sindicatos de trabalhadores.

A pesquisa com os jovens estudantes do município de Toledo/PR, além de levantar um perfil socioeconômico dos entrevistados, buscou analisar a participação em relação as atividades e eventos de caráter político e averiguar a adesão do título eleitoral entre esses jovens, buscando perceber se esse fator seria um diferencial na socialização política. Os jovens, independentemente de aderirem ou não ao título, demonstraram semelhanças em relação ao conhecimento político de âmbito municipal, estadual e federal. Houve semelhança, também, no acompanhamento em relação às ações e informações políticas; às pessoas com que e à frequência que conversavam sobre assuntos políticos; e à participação em eventos e atividades relacionadas à política.

Os meios e as formas pelas quais os jovens constroem a socialização política são estabelecidos conforme o meio social que estão inseridos e as agências

socializadoras de que participam. Na pesquisa em questão, um dos objetivos foi verificar se o fato de os jovens aderirem ou não ao título eleitoral influenciaria em sua socialização política. Observou-se que em ambos os casos eles apresentaram semelhança na sua formação, socialização e participação política – exceto no quesito de participação nas eleições, o que requer o título eleitoral. Os demais fatores analisados de socialização política tiveram a mesma proporção entre os jovens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena (Org.). **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.
- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.) **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p. 18-54.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. La Cultura Política. In: **Diez textos básicos de ciencia política**. 2º ed. Barcelona: Ariel, 2001. p. 171 -201.
- AMORIM, Maria Salete de Souza de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2010.
- ANDRADE, Angelo Bôsko Machado de. **O sistema eleitoral brasileiro**: condições de elegibilidade. 2009. 45 f. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 6-10, jul. 2010.
- BAQUERO, Marcello. Identificação partidária e comportamento eleitoral. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX., 1996, **Anais...** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu, MG, 22 a 26 out. 1996. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt08-16/5097-mbaquero-identificacao/file>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciências Políticas**, Porto Alegre n. 8, p. 3-34, jul. 1997.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: _____ (Org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-45.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia R. C. da. A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas. In:

BAQUERO, Rute; NAZZARI, Rosana Kátia (Org.). **Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2010. 200 p.

BARANOV, Tamára. **A conquista do voto feminino, em 1932**. Revista GGN. Rio Claro, SP, 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-conquistado-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Agenda juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. **Microdados do censo escolar 2015**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2015.

CARLOS, Marcella Fernanda Felipe. **Socialização política e participação**: como o processo de socialização influencia a participação política dos indivíduos. 2015. 59f. Monografia (Graduação em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 2, p. 83-100, 2012.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 235-250.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). **DADOS**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.) **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política**. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 17-30. Disponível em:

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, out./dez. 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 299-324.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; LEON, Alessandro de. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes**. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

CUNHA; Patrícia R. C. da; ROCHA, Camila Rodrigues Della. O alistamento eleitoral juvenil: reflexões sobre comportamento político e comportamento eleitoral da juventude no Rio Grande do Sul/Brasil. **Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 39-58, maio/ago. 2014.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. VI, n. 1, p. 109-136, 2000.

FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antônio Gramsci. **ETD - Educação Temática Digital** Campinas, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88-108, jun. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação brasileira contemporânea: desafios do ensino básico**. [S.l.], 1997.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOZZI, Ricardo. **Educação sob ataque: resistência e luta dos educadores do Paraná**. São Paulo: Campos, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, [Online], ano 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Online], 2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2016.

JAHODA, Marie. Socialização. In: OUTHAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. p. 710-712.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje. Uma nova forma de participação na *pólis*? In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 17-48.

LÉON, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

MANNHEIM, Karl. (1982). O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Mannheim. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, p. 67-95.

MEZZARROBA, Orides. E-democracia no processo político brasileiro: da tradição do papel para o desafio da virtualidade. In: GALINDO, Fernando (Ed.). **El derecho de la sociedad en red**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2013. p. 63-84.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 35-70.

NAZZARI, Rosana Kátia. **Empoderamento da Juventude no Brasil**: Capital Social, Família, Escola e Mídia. Cascavel: Coluna do saber, 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia. **Juventude brasileira**: capital social, cultura e socialização política. Cascavel: Edunioeste, 2006.

NAZZARI, Rosana Kátia. **Socialização política e construção da cidadania no Paraná**. 2. ed. Cascavel: Edunioeste, 2005.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 343-367.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016.

TOLEDO, Prefeitura Municipal. [Online]. Disponível em <www.toledo.pr.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2016.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. A história do Oeste Paranaense. In: _____. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro uma análise do comportamento eleitoral**. 2001. 285f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1º sem. 1998.

RIBEIRO, Matilde. **As políticas de igualdade racial no Brasil**. [S.l.]: Fundação Friedrich Ebert. Séries Análises e Propostas. n. 35. 2009. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/06429.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Vinte anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e as políticas para infância e juventude. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 399-427.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. 392f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 179-215.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. [Online], 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 16 jun. 2017.

WEISHEIMER, Nilson. A construção social da juventude. In: _____. **Sociologia da Juventude**. Curitiba. InterSaberes, 2013. p.13-30.

WEISHEIMER, Nilson. Teoria sociológica das gerações. In: _____. (Org.). **Sociologia da Juventude**. Curitiba. InterSaberes, 2013. p. 55-74.

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE TOLEDO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Pesquisadora: Francieli Piroli da Silva – Mestranda em Ciências Sociais – UNIOESTE.

QUESTIONÁRIO

Colégio _____ **Série:** _____ **Turno:** _____

Data Nascimento: _____ **Idade:** _____ **Sexo:** () Fem. () Masc.

Bairro de residência: _____

Cor: () Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena

1) Qual é a sua situação familiar?

- A) Moro com pai e mãe B) Moro com parentes
C) Moro com a mãe D) Moro sozinho
E) Moro com o pai F) Moro com esposa (o) ou companheira (o)
G) Moro com amigos(as) H) Outra: _____

2) Qual é a sua situação profissional?

- A) Estou empregado (a) B) Já fui empregado, mas agora estou desempregado (a)
C) Nunca estive empregado (a) D) Outra situação: _____

3) Incluindo todos os moradores de sua casa, em média, qual é a renda da família por mês?

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| () Até R\$ 880,00 | () De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 |
| () De R\$ 1.760,00 a R\$ 2.640,00 | () De R\$ 2.640,00 a R\$ 3.520,00 |
| () De R\$ 3.520,00 a R\$ 4.400,00 | () De R\$ 4.400,00 a R\$ 5.280,00 |
| () De R\$ 5.280,00 a R\$ 6.610,00 | () De R\$ 6.610,00 a R\$ 7.040,00 |
| () De R\$ 7.040,00 a R\$ 7.920,00 | () De R\$ 7.920,00 a R\$ 8.800,00 |
| () De R\$ 8.800,00 a R\$ 9.680,00 | () De R\$ 9.680,00 a R\$ 10.560,00 |
| () De R\$ 11.440,00 a R\$ 12.320,00 | () De R\$ 12.320,00 a R\$ 13.200,00 |
| () De R\$ 13.200,00 a R\$ 14.080,00 | () De R\$ 14.960,00 a R\$ 15.840,00 |
| () De R\$ 15.840,00 a R\$ 16.720,00 | () De R\$ 16.720,00 a R\$ 17.600,00 |
| () Acima de R\$ 17.600,00 | () Não sei informar |

04) Você possui título de eleitor?

- A) Sim B) Não

05) Você fez o título de eleitor antes de completar 18 anos?

- A) Sim B) Não

06) Você confia no resultado das urnas eletrônicas?

- A) Sim B) Não C) Tenho dúvidas

07) Você é filiado (a) a algum partido político?

- A) Sim. Qual? _____ B) Não

08) Você votou nas eleições de 2014?

- A) Sim B) Sim, mas anulei ou votei em branco C) Não

09) Você votou nas eleições de 2016

- A) Sim B) Sim, mas anulei ou votei em branco C) Não

10) Por qual motivo você votou nas eleições?**(Se você não votou, vá para a questão de número 11).**

- | | |
|---------------------------------|---|
| A) Interesse em votar | B) Influência dos meios de comunicação |
| C) Influência dos pais | D) Somente porque fiz o título de eleitor |
| E) Simpatizei com o candidato/a | F) Não saberia dizer |
| G) Influência dos amigos(as) | H) Outros: Qual? _____ |

11) Por qual motivo você não votou nas eleições?

- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| A) Não ter interesse em votar | B) Não ter informações suficientes |
| C) Não ser obrigatório | D) Não possuir título de eleitor |
| E) Não simpatizar com os candidatos | F) Não ter tempo |
| G) Outros: Qual? _____ | |

12) Você conhece algum (a) Vereador (a) do município de Toledo?

- | | | |
|---------------------|--------|-------------------------------------|
| A) Sim. Qual? _____ | B) Não | C) Não tenho interesse em conhecer. |
|---------------------|--------|-------------------------------------|

13) Nas eleições de 2014, quais os(as) candidatos(as) que disputaram o segundo turno para o cargo de presidente?

- A) Aécio Neves e Marina Silva
- B) Aécio Neves e Dilma Rousseff
- C) Dilma Rousseff e Luciana Genro
- D) Dilma Rousseff e Marina Silva
- E) Marina Silva e Luciana Genro

14) Nas eleições municipais de 2016, quais os(as) dois(duas) candidatos(as) que foram mais votados para o cargo de prefeito (a) no município de Toledo?

- A) Adriano Remonti e Beto Lunitti
- B) Adriano Remonti e Lúcio de Marchi
- C) Beto Lunitti e Odacir Fiorentin
- D) Beto Lunitti e Jacqueline Parmigiani
- E) Lúcio de Marchi e Beto Lunitti

15) Quais são os senadores (as) que representam o estado do Paraná?

- A) Álvaro Dias, Dilceu Sperafico, Roberto Requião
- B) Álvaro Dias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião
- C) Dilceu Sperafico, Gleisi Hoffman, Roberto Requião
- D) Dilceu Sperafico, Gleisi Hoffmann, José Carlos Schiavinato
- E) Gleisi Hoffmann, José Carlos Schiavinato, Roberto Requião

16) Por que a presidente Dilma Rousseff sofreu impeachment?

- A) Foi acusada de recebimento de doações ilegais pela campanha da presidente à reeleição e compra de apoio político.
- B) Foi acusada de tentativa de obstrução de protestos pró-impeachment.
- C) Foi acusada de conhecimento do esquema da lava-jato.
- D) Foi acusada de irresponsabilidade na condução da economia e indicações indevidas a cargos de confiança.
- E) Foi acusada de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal - as chamadas "pedaladas fiscais".

17) Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff quem assumiu o cargo de presidente?

- A) Aécio Neves
- B) Eduardo Cunha
- C) Michel Temer
- D) Renan Calheiros
- E) Sérgio Moro

18) O que é a operação Lava Jato?

- A) É a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras.
 B) É a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro por sonegação de impostos.
 C) É a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Central do Brasil.
 D) É a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo os partidos políticos.
 E) É a investigação de corrupção e lavagem de dinheiro por empresas de Lava-carros.

19) Qual o motivo das ocupações das escolas ocorridas no estado do Paraná no ano de 2016?

- A) Em apoio à greve dos trabalhadores da educação.
 B) Em protesto contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff.
 C) Em protesto contra a PEC 241/2016 e a MP 746/2016.
 D) Em manifestação a venda do Pré-sal.
 E) Em manifestação a favor da PEC 241/2016 e a MP 746/2016.

20) Em relação às notícias das questões 13 a 19, por qual meio de comunicação você soube? Marque a primeira, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta mais utilizada.

	1º	2º	3º	4º	5º
Internet					
Jornal impresso e revista					
Rádio					
Redes sociais					
TV					
Outras Qual?					

21) Sobre as atividades relacionadas abaixo, você as realiza com qual frequência?

	Todos os dias	Mais de três vezes por semana	De uma a três vezes por semana	Raramente	Nunca
Acompanho as ações dos políticos.					
Acompanho o que acontece na política pelos dos meios de comunicação.					
Busco informações sobre os políticos.					
Busco informações sobre questões políticas.					
Converso com as pessoas sobre assuntos políticos.					
Participo das sessões da Câmara de Vereadores (as) do meu município.					

22) Com que frequência você costuma conversar sobre assuntos políticos com:

	Todos os dias	Mais de três vezes por semana	De uma a três vezes por semana	Raramente	Nunca
Seus amigos(as)					
Seus colegas de escola					
Seus familiares					
Sua lista de contatos das redes sociais					
Seus pais					
Seus professores					

23) No ano de 2016, você participou de algum evento ou atividades relacionados abaixo?

Eventos e atividades	Participei	Não participei
Abaixo-assinados		
Associações comunitárias/de moradores		
Atividades religiosas		
Conselho Escolar		
Conselho Municipal da Juventude		
Grêmio Estudantil da Escola		
Manifestações, protestos, passeatas		
Ocupações de escolas		
Orçamento Participativo		
Organizações Não Governamentais (ONGs)		
Partidos Políticos		
Reuniões políticas		
Sindicatos de trabalhadores		

**Você participou e colaborou com nossa pesquisa.
Muito obrigada!!!**